

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

VANESSA SANTANA GODOY

**VULNERABILIDADE E CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO
COM BASE NA EDUCAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MENINAS
ADOLESCENTES EM CONDIÇÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

**CAMPO MOURÃO - PR
2022**

VANESSA SANTANA GODOY

**VULNERABILIDADE E CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO
COM BASE NA EDUCAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MENINAS
ADOLESCENTES EM CONDIÇÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anacleto

**CAMPO MOURÃO – PR
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Godoy, Vanessa Santana

Vulnerabilidade e construções de enfrentamento com base na educação: a percepção de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis / Vanessa Santana Godoy. -- Campo Mourão-PR, 2022. 125 f.: il.

Orientador: Adilson Anacleto.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2022.

1. Igualdade de Gênero. 2. Vulnerabilidade. 3. Assistência Social. 4. Interdisciplinaridade. I - Anacleto, Adilson (orient). II - Título.

VANESSA SANTANA GODOY

**VULNERABILIDADE E CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO
COM BASE NA EDUCAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MENINAS
ADOLESCENTES EM CONDIÇÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Adilson Anacleto (Orientador) – Unespar, Campo Mourão – PR

Dr. Bruno Eduardo Procopiuk Walter (Convidado) – Instituto Federal do Paraná - PR

Dr. Alessandro Vinicios Schneider (Convidado) – Unioeste – PR

Data de Aprovação


06/06/2022

Campo Mourão - PR

VANESSA SANTANA GODOY

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Adilson Anacleto (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr. Alessandro Vinicios Schneider – UNIOESTE/ São José dos Pinhais



Prof. Dr. Bruno Eduardo Procopiuk Walter – IFPR/ Curitiba



Data de Aprovação

06/06/2022

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

A todas as meninas adolescentes de comunidades socialmente vulneráveis, pela força e coragem de lutar constantemente por seu espaço, enfrentando olhares incompreendidos de uma sociedade excludente. Que vocês sejam exemplos para nossa sociedade, pela persistência em querer transformar a realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desta trajetória, para a concretização de mais uma etapa na minha vida. O mestrado surgiu de maneira inesperada, no dia da inscrição tinha dúvidas se realmente era o que desejava, e hoje posso dizer com toda certeza. Era sim!

Esta pesquisa permitiu-me perceber o quanto sou determinada, pois, foi um desafio enorme e um dos maiores que exigiu foco para continuar. Nesse período fui estudante, profissional (psicóloga) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CRAS, um ambiente que é extremamente delicado, pois lida com violações de direitos, o sujeito em sua maior vulnerabilidade e sofrimento, sou mãe, esposa, dona de casa e filha.

Realmente foi um desafio enorme, e por realizar diversas atividades pensei que não iria conseguir, lidei com a exaustão emocional e não foi fácil. Por isso, que essa dissertação tem maior importância ainda, para valorizar o gênero feminino e as múltiplas tarefas que são exigidas, e ainda, precisa conquistar o seu espaço e seus direitos por igualdade. A mulher deve e pode estar aonde desejar, essa é minha luta por igualdade de gênero e pelo lugar de destaque e respeito as mulheres.

Apesar disso, espero ter atingido as expectativas do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD. Agradeço a turma de 2020 por sermos unidos e ajudar um ao outro, foi um prazer caminharmos juntos. Aos professores, meus sinceros agradecimentos por compartilhar conhecimento e nos orientar, por toda paciência e rigidez necessária para o melhor desenvolvimento pessoal e profissional, foi essencial vocês nessa jornada. Os professores convidados para banca de defesa que tanto contribuíram, os doutores Bruno Eduardo Procopiuk Walter (IFPR) e Alessandro Vinícios Schneider (UNIOESTE), trazendo o aprimoramento da dissertação.

Um agradecimento mais que especial para o Prof. Adilson Anacleto, que me aceitou como sua orientanda, acompanhando e orientando com toda paciência e dedicação, sem ele não teria chegado até aqui. Ele foi um orientador que proporcionou autonomia, apontou meus erros, me deu suporte na elaboração dos trabalhos e sempre esteve disposto a me auxiliar, propiciando um crescimento pessoal incalculável nessa trajetória.

Agradeço os meus pais, Maria Tereza e Joel que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, ao meu esposo Vanderson que me incentiva e me apoiou incansavelmente, a minha filha Isadora, que é a minha inspiração e motivação com sua doçura conseguia repor minha energias e deixar tudo mais leve, aos meus sogros por me auxiliar nos cuidados com minha filha

para estudar e trabalhar e aos meus amigos, em especial, a Daiane Maciel (amiga-irmã) que me apoia e vibra comigo nas minhas conquistas e está sempre presente em todos os momentos da minha vida, e ao meu primo Diego Henrique que me ajudou e apoiou a não desistir do mestrado.

Também sou muito grata a equipe do CRAS de Mamborê - PR, pela recepção e por me ajudarem na busca pelas adolescentes, vocês são profissionais excelentes mesmo com todos os empecilhos das políticas públicas de Assistência Social, exercem com maestria os seus trabalhos. Agradeço a minha equipe do CREAS de Mamborê, na qual faço parte, por toda compreensão e auxílio para que conseguisse concluir essa etapa na minha vida, vocês são demais.

Contudo, o mestrado e o programa realmente me proporcionaram uma experiência única, desafiadora e enriquecedora, que desejo compartilhar com vocês, por meio da minha dissertação. E no final, só tenho o sentimento de gratidão a todos!

GODOY, Vanessa Santana. **Vulnerabilidade e construções de enfrentamento com base na educação**: a percepção de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis. 126f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022.

RESUMO

A desigualdade social é um dos fenômenos sociais que está acometendo ainda mais a população brasileira, tornando-se um fator de risco psicológico, físico e social que influencia na formação de jovens. Sendo que, as meninas são mais suscetíveis aos riscos devido a questões históricas de dominação e subordinação sobre sexo feminino. Ponderando, que as condições socioeconômicas aumentam ainda mais os fatores de riscos, que impossibilita novas condições e possibilidades de enfrentamento diante das adversidades. Consequentemente, reafirma a condição de vulnerabilidade, dado que o contexto e a interação social podem interferir na constituição e formação humana, perpassando para a vida adulta. Desse modo, este estudo objetiva-se investigar a autopercepção de meninas adolescentes, o quão a pobreza aumenta os riscos e a vulnerabilidade socioeconômica, e as construções de enfrentamento ao mundo nas perspectivas da educação e das políticas públicas de assistência social. A realização se justifica devido que, ao traçar as percepções sobre as vivências das meninas adolescentes, possibilita a compreensão mais abrangente da realidade das comunidades carentes, dando visibilidade e voz às mesmas, analisando os impactos psíquicos, emocionais e de identidade. Para isso, foi realizada a pesquisa no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Mamborê – PR, foram analisadas as percepções das vivências das adolescentes, quais as formas que utilizam para o enfrentamento diante das adversidades sociais, como possíveis alternativas a educação e as políticas públicas. A investigação se divide em: levantar dados de meninas que são acompanhadas pela assistência social do município, que se encontram em condições socialmente vulneráveis, após, observar e aplicar questionários em formato de entrevistas com as mesmas. As considerações finais trouxeram uma compreensão ampla, permitindo o entendimento da realidade que são impostas as adolescentes a se conformarem com sua condição de vulnerabilidade, impactando diretamente na constituição e formação humana, que impossibilita novas percepções e meios de enfrentamentos as adversidades, decorrentes da vulnerabilidade econômica e psicológica. Sendo que, a educação por si só não possui subsídios para lidar e proporcionar instrumentos suficientes para transformar a realidade das adolescentes, pois, o Estado e a gestão pública são ineficientes ou ausentes nesse contexto.

Palavras-chave: Riscos, Interdisciplinaridade, Comunidades pobres, Igualdade de gênero.

GODOY, Vanessa Santana. **Vulnerability and education-based coping constructions: the perception of adolescent girls in socially vulnerable conditions.** Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2022.

ABSTRACT

Social inequality is one of the social phenomenon that is affecting the Brazilian population even more, becoming a psychological, physical and social risk factor that influences of young people. Being that, girls are more susceptible to risks due to historical issues of domination and subordination over females. Considering that the socioeconomic conditions further increase the risk factors, which makes new conditions and possibilities of coping in the face of adversity impossible. Consequently, it reaffirms the condition of vulnerability, given that the context and social interaction can interfere in the constitution and human formation, passing through to adult life. Thus, this study search to investigate the self-perception of adolescent girls, how poverty increases risks and socioeconomic vulnerability, and the constructions of coping with the world from the perspectives of education and public social assistance policies. The achievement is justified because, by tracing the perceptions about the experiences of adolescent girls, it enables a more comprehensive understanding of the reality of needy communities, giving visibility and voice to them, analyzing the psychic, emotional and identity impacts. For this, a research was carried out at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the city of Mamborê - PR, the perceptions of the adolescents' experiences were analyzed, what forms they use to face social adversities, as possible alternatives to education and public policies. The investigation is divided into: collecting information from girls who are accompanied by the cities' social assistance, who are in socially vulnerable conditions, after observing and applying questionnaires in the form of interviews with them. The final considerations brought a broad understanding, allowing the understanding of the reality that adolescents are forced to conform to their condition of vulnerability, directly impacting the constitution and human formation, which makes new perceptions and means of coping with the adversities impossible, resulting from economic vulnerability. and psychological. Begin that education alone does not have subsidies to deal with and provide sufficient instruments to transform the reality of adolescents, since the State and public management are inefficient or absent in this context.

Keywords: Risks, Interdisciplinarity, Poor Communities, Gender Equality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição amostral por faixa etária das adolescentes entrevistadas de 12 a 18 anos

Quadro 2: Constituição familiar das adolescentes em vulnerabilidade social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fatores de riscos e ameaças na auto percepção das adolescentes relacionado ao ambiente onde vivem.

Tabela 2. As dificuldades vivenciadas pelas meninas adolescentes em vulnerabilidade

Tabela 3. Fatores de riscos e ameaças na auto percepção das adolescentes relacionado ao ambiente onde vivem.

Tabela 4. As dificuldades vivenciadas pelas meninas adolescentes em vulnerabilidade

Tabela 5. Meios de enfrentamento aos riscos na percepção das adolescentes entrevistadas

Tabela 6. Na percepção das adolescentes o que a escola traz de bom

Tabela 7. A percepção das adolescentes se a escola pode ajudar nos problemas vivenciados pelas mesmas.

Tabela 8. Perspectivas futuras das adolescentes entrevistadas

Tabela 9. As 3 melhores coisas do viver na percepção das adolescentes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de escolaridade das adolescentes entrevistadas em vulnerabilidade do Município de Mamborê/PR

Gráfico 3: Quais as pessoas que as adolescentes procuram quando percebem suas dificuldades em suas vivências

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A vulnerabilidade de meninas adolescentes e os fatores de risco a integridade física e psicológica

Figura 2: Relação da categoria central “Sobrevivendo”: flutuação do sujeito adolescente entre a opressão social e a superação de vida; e os fenômenos secundários.

LISTA DE SIGLAS

APCA – Abrigo Provisório de Crianças e Adolescentes
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS – Organização Mundial da Saúde
PMM – Portal Municipal de Mamborê
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
RS – Representações sociais
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
TRS – Teoria das Representações Sociais
UNICEF - O Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS PSICOSSOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA: PERCUSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA	17
2.1 O abandono da infância para assumir o papel de adulto	20
2.2 O problema histórico-social e cultural da adolescência	22
2.3 A desigualdade social e a relação com adolescência	24
2.4 A interdisciplinaridade	27
2.5 Procedimentos metodológicos	29
3 VULNERABILIDADES SOCIAIS VIVENCIADAS POR MENINAS ADOLESCENTES DE COMUNIDADES POBRES	35
3.1 Vulnerabilidade econômica e psicológica de meninas adolescentes	36
3.2 Conflitos familiares e relações frágeis envolvendo as adolescentes	38
3.3 Uso de drogas e a repressão social	41
3.4 Gravidez precoce: adolescência interrompida	44
3.5 Abandono e evasão escolar: a deficiência educacional envolvendo as questões sociais	46
3.6 As várias formas de violência que atingem as adolescentes em situação de vulnerabilidade social	49
3.7 A violência doméstica e o feminicídio: o mal do século para o gênero feminino ...	53
4 A EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE ENFRENTAMENTO ÀS ADVERSIDADES DE MENINAS ADOLESCENTES	57
4.1 A educação como instrumento de enfrentamento à vulnerabilidade social de meninas adolescentes	58
4.2 Deficiências do sistema educacional e do Estado na garantia de direitos de adolescentes em condições socialmente vulneráveis	61
4.3 As políticas públicas de assistência social voltadas a comunidades pobres	64

4.4 O papel das políticas públicas no enfrentamento das adversidades para meninas adolescentes	68
5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MENINAS ADOLESCENTES EM CONDIÇÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO	72
5.1 Os fatores de risco e ameaças na percepção das adolescentes em vulnerabilidade social.....	75
5.2 As adversidades que dificultam as vivências das adolescentes e suas percepções .	80
5.3 Meios de enfrentamentos adotadas pelas adolescentes em condições de risco físico, psicológico e social	85
5.4 A educação como meio para a enfrentar a exclusão e a desigualdade social	90
5.5 Perspectivas de futuro das adolescentes em condições socialmente vulneráveis ..	94
6 RECOMENDAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE DE MENINAS ADOLESCENTE	100
6.1 Possíveis contribuições pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no desenvolvimento de ações para meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis.....	100
6.2 Possíveis contribuições pelas instituições educacionais.....	101
6.3 Possíveis contribuições da comunidade	102
6.4 A importância de desenvolver ações para a problemática das adolescentes em situação de risco a integridade física e psicológica	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	117

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa desenvolvida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, tem como propósito discutir quais são as percepções de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis e as suas construções de enfrentamento diante das adversidades.

O presente tema de pesquisa dialoga com a experiência da pesquisadora, que viveu e estudou em uma comunidade pobre da cidade de Mamborê/PR, nomeada por Distrito do Guarani durante a infância e a adolescência. Durante esse período da adolescência, algo que sempre inquietou foi o fato das colegas de escola e da comunidade possuírem suas percepções limitadas de vivências e perspectivas futuras, seus objetivos e metas de vidas eram reflexos do contexto e de suas relações pessoais, voltadas somente a construir famílias e viver em prol das mesmas.

Com histórias baseadas no conformismo de uma realidade à qual estão acostumadas, muitas dessas adolescentes acabavam desistindo da educação/escola para ter filhos e casar-se, outras simplesmente concluíam os estudos como uma exigência dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente. Tornando-se um ciclo de gerações vivendo em condições de vulnerabilidade econômica, psicológica e social, por não compreenderem o seu papel na sociedade de agente transformador e a educação como instrumento didático para o enfrentamento às adversidades.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem por objetivo investigar a autopercepção de meninas adolescentes de comunidades menos favorecida, vinculadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Mamborê – PR, sobre os riscos e as vulnerabilidades acerca da pobreza e das construções de enfrentamento ao mundo nas perspectivas da educação e das políticas públicas de assistência social. Para saber como pensa e percebe a sua condição social, os fatores de riscos, como os enfrentam e os apoios que recebem, tendo a finalidade de gerar subsídios teóricos para a orientação de profissionais que atuam com esta realidade e de políticas públicas que venham a beneficiar esta população.

Por conseguinte, quais são as vulnerabilidades vivenciadas por meninas adolescentes nos aspectos socioeconômicos e psicológicos? Quais as percepções de meninas adolescentes sobre os riscos a integridade física, psicológica e social? Quais são as formas que utilizam para o enfrentamento as adversidades no ambiente onde estão inseridas? E, qual papel da educação

e das políticas públicas de assistência social em relação às meninas adolescentes?

Logo, percebe-se que a problemática desta pesquisa envolve a vulnerabilidade e a adolescência, a necessidade de mais estudos aprofundados sobre a temática focados na realidade de comunidades pobres, especificamente, ao que diz respeito às meninas adolescentes, por estarem mais suscetíveis aos riscos. Pois, ao discutir sobre a autopercepção das mesmas sobre adversidades, compreendemos como a visão de mundo das adolescentes pode interferir na constituição e formação humana, diante das vivências e experiências na comunidade.

Sendo que, é premissa da realidade social, entender que todo ser humano é constituído e se constrói por relações pessoais e dos espaços sociais em que está inserido (GUARESCHI, 2001; DURKHEIM, 2011). As relações pessoais e sociais é um fator constitutivo para o modo de viver, as percepções e comportamentos, pois esses são responsáveis pela construção do mundo interno (psiquismo) e o desenvolvimento da subjetividade, que são fundamentadas pelas percepções e experiências do contexto onde estão inseridas.

Mas, e se as experiências e vivências são negativas e fragilizadas, como irão perceber o mundo e as adversidades? Será que terão condições psicológicas e sociais para mudar a realidade? A educação conseguirá ser um instrumento de enfrentamento às vivências negativas? E motivar a buscar outros meios de mudança? E o papel da sociedade, do Estado e da gestão pública? São questionamentos que devem ser realizados em torno do sujeito e da sociedade, pois as adolescentes se tornaram adultas em uma sociedade excludente e sem muitas perspectivas de vida melhores.

Portanto, a pesquisa se justifica em traçar e analisar as percepções das meninas adolescentes, possibilitando a compreensão mais ampla da realidade das comunidades menos favorecidas, proporcionando a possibilidade de serem ouvidas e vistas, dando voz e visibilidade. O público em condições de vulnerabilidade possui a necessidade que sejam ouvidos, e também a coletividade advinda do convívio social (comunidade), para que possam reconhecer a si, sentimentos, comportamentos relacionados à interação na sociedade e aos mecanismos de enfrentamento que utilizam para lidar com as adversidades, que tem influências agravantes na construção e formação humana.

Para isso, partimos da interdisciplinaridade para análise dos dados, discutindo conceitos das representações sociais, educação, políticas públicas e relações sociais, nas disciplinas Psicologia Social, Teoria das Representações Sociais (TRS), Sociologia, Educação e Políticas Públicas de Assistência Social. Segundo Alvarenga (2011) a interdisciplinaridade permite uma nova forma de conhecimento integrando saberes, aprofundando e promovendo

trocas transpondo as fronteiras das disciplinas, como alternativa ao disciplinar, mas igualmente complementar e inovadora.

Logo, para a realização deste estudo, foi desenvolvida a pesquisa exploratória descritiva no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Mamborê – PR, onde foram analisadas as percepções das vivências das adolescentes e, quais as formas que utilizam para o enfrentamento diante das adversidades sociais, como possíveis alternativas a educação e políticas públicas de assistência social. A investigação se divide em: levantar dados quali-quantitativos de meninas que são acompanhadas pela assistência social do município, que se encontram em condições socialmente vulneráveis, após observar e aplicar questionários em formato de entrevistas com as mesmas.

É válido destacar ainda que a adolescência é marcada por transformações físicas, sociais e psicológicas que causam conflitos, dúvidas, inseguranças, medos e angústias. É um processo normal de transição para assumir as responsabilidades do papel de adulto e reafirmação da identidade, porém, foram criadas representações sociais - RS que descaracteriza a importância do período da adolescência, implicando em concepções sobre o comportamento e as subjetividades na adolescência (MOSCOVICI, 2007). Somadas as vulnerabilidades da própria adolescência e acerca da pobreza, tende a ser um agravante para as vivências e relações sociais dificultando o acesso e a inserção ao mundo contribuindo de maneira ativa para a sociedade (ABRAMOVAY, 2002).

Para isso, a Teoria das Representações Sociais – TRS é de fundamental importância para compreender a problemática da pesquisa em si, rompe com a Psicologia Social Tradicional nos aspectos e paradigmas individualista existentes. Todavia, existe um dualismo entre o mundo individual e o mundo social, os elementos individuais e os fatos sociais, que são influenciados pelos contextos sociais, não somente nos comportamentos individuais, mas também na construção das próprias realidades sociais (GUARESCHI, 2001; MOSCOVICI, 2007). Os elementos das representações sociais, tem correlação com os pensamentos Durkheim (2011) sobre as produções mentais, por meio das idealizações coletivas, desprezando qualquer explicação psicológica para os fatos sociais.

As representações sociais e as vulnerabilidades sociais, presentes em comunidades menos favorecidas geram condições de desigualdade social, no contexto e nas vivências de adolescentes impactando em crenças, comportamentos e subjetividades (conteúdos emocionais) que desfavorecem os sujeitos, devido a vulnerabilidade psicológica causada por suas vivências diante dos fatores de risco a integridade física, psíquica e social.

Isso permite que os torne vítimas de sua condição de vulnerabilidade, impedindo meios, instrumentos e possibilidades para que reconheça como pertencente e parte da sociedade. Sendo assim, a educação como Freire (1967) afirma é um instrumento didático para o enfrentamento das adversidades, este é um sistema revolucionário aos menos favorecidos, aqueles sujeitos que vivem excluídos em uma sociedade capitalista e individualista, desenvolvendo capacidades cognitivas de ser um ser pensante e reflexivo, em que está vivendo alienado tornando-se ativo e produtivo, rompendo com a sua condição de vulnerabilidade.

Diante do exposto, a presente pesquisa está estruturada em 4 capítulos: no primeiro, intitulado “As transformações e conflitos psicossociais da adolescência: percurso teórico e metodológico da pesquisa”, tem como propósito abordar aspectos teóricos da adolescência, contextualizando a fase do desenvolvimento, as transformações e conflitos vivenciados pelos adolescentes neste período de transição para a vida adulta (ABERASTURY, KNOBEL, 1981). Contrapondo, com os conceitos históricos, social e cultural da adolescência no contexto atual e as especificidades do sexo feminino. Além disso, discussões acerca da desigualdade relacionada com a adolescência, como um fator decisivo para a vulnerabilidade social. Enfatizamos neste capítulo também, a interdisciplinaridade e os procedimentos metodológicos, explicando os percursos e percalços da pesquisa.

No segundo, com o tema “As vulnerabilidades sociais vivenciadas por adolescentes em comunidades pobres” abordam-se as vulnerabilidades enfrentadas pelas meninas adolescentes, embasadas nas percepções e vivências trazidas por meio das entrevistas semiestruturadas. As vulnerabilidades trazidas nem sempre são percebidas pelas adolescentes, como a vulnerabilidade econômica e psicológica, algumas dessas já apareceram de maneira explícita como: conflitos familiares, uso de drogas, gravidez precoce, evasão ou abandono escolar, violência física, sexual e psicológica, violência doméstica e feminicídio. Esses fenômenos sociais interferem no psíquico e na formação humana de meninas como neste presente capítulo (ABRAMOVAY, 2002).

No terceiro capítulo, subscrito como “A educação e as políticas públicas como meio de enfrentamento às adversidades de meninas adolescentes”, traz discussões acerca da educação e das políticas públicas, expondo questões fundamentais para o enfrentamento das adversidades, propostas que deveriam ser direcionadas às meninas adolescentes e comunidades vulneráveis (CRUZ, GUARESCHI, 2013). Destacando a importância e as consequências da ausência ou ineficiência do Estado, do governo e da gestão pública para essa população.

Por fim, no quarto capítulo intitulado como “Análise da percepção de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis e o papel da educação para o

enfrentamento”, faz a correlação da análise dos dados e reflexões oriundas da literatura científica. A fim de destacar, a autopercepção das meninas adolescentes sobre as vulnerabilidades, dos fatores de risco para a integridade psicológica, física e social, e as representações sociais acerca da adolescência e das comunidades menos favorecidas (DURKHEIM, 2011; GUARESCHI, 2001; MOSCOVICI, 2007). Os meios que utilizam para enfrentar as adversidades com ênfase na educação (FREIRE, 1967) e quais são as influências que possuem para perspectivas futuras.

Contudo, a pesquisa aborda questões fundamentais que precisam ser discutidas na contemporaneidade do sujeito e sociedade. As meninas são ainda mais suscetíveis, devido a cultura, que ainda nos dias atuais são impostas através do machismo, dominação e subordinação, diariamente precisam lutar por igualdade de gênero e por seu espaço na sociedade, o que torna imprescindível repensar, refletir os fatores de riscos e as relações do contexto, devido aos impactos e influências que estão diretamente ligadas, nas esferas emocionais, psicológicas, sociais e econômicas, e de desenvolvimento humano.

2 AS TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS PSICOSSOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA: PERCUSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os adolescentes precisam de liberdade para escolher, mas não tanta liberdade que no final das contas não saibam escolher.
Erik Erikson

A adolescência nos últimos anos passou a ser o foco de muitos estudiosos, mas nem sempre esse conceito foi utilizado, e tampouco era dada a devida importância que se tem a essa fase de desenvolvimento. De acordo, com Papalia e Feldman (2013) e Áries (1981) a sociedade nos tempos pré-industriais desconsiderava esse período de desenvolvimento, quando se alcançava essa fase ou condições para viver separadamente sem auxílio/ajuda, características percebidas pelo amadurecimento e crescimento corporal, conseqüentemente, iniciavam as responsabilidades e atividades para o trabalho, eram vistas como crianças adultas. A partir disso, não se distinguia mais destes, foi apenas no século XX que a adolescência passou a ser definida como um estágio de vida separada da infância e da vida adulta.

Atualmente, é vista como um fenômeno global que perpassa a todas as pessoas, de diferentes formas e características, que se distingue de acordo com cada crença e ritual, reafirmando que a sociedade é regida pela cultura que molda o seu significado em diferentes sociedades.

Para Aberastury e Knobel (1981) o termo adolescência vem do latim (*ad:a, + olescere*: forma incoativa para *olere* = crescer), que é desencadeado por uma condição ou o processo de crescimento, que se dá na transição da infância para o mundo adulto, envolvendo os aspectos psicológicos, físicos e psicossociais.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a faixa etária está entre 12 e 18 anos de idade, conforme a Lei 8.069 promulgada dia 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). Mas, na realidade, essa limitação de idade é imprecisa, o processo de desenvolvimento e crescimento de cada indivíduo é único e individual, o que não caracteriza uma idade certa podendo variar o início e o término da adolescência.

No caso das meninas, essa faixa etária é ainda mais incerta devido à puberdade marcada pelo desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e o início da fase reprodutiva percebida em ambos os gêneros. Por isso, é errôneo especificar uma idade exata que inicia e termina a adolescência, isso se deu devido aos avanços da medicina sobre a idade cronológica,

ocorrendo algumas mudanças comparadas ao tempo de vida dos indivíduos, um indicador deficiente da idade biológica. Isto é, adolescência deve ser trabalhada, analisada e percebida individualmente, e pelo gênero (ABERASTURY, KNOBEL, 1981; BEE, 1997; PAPALIA, FELDMAN, 2013).

A adolescência é uma fase naturalizada do desenvolvimento e se apresenta em uma aparente universalidade, entendendo-se a partir dos fatores fisiológicos da puberdade e das transformações psicossociais, e terminam quando o mesmo consegue concluir os estudos, ser independente, casar e ter filhos. Mas, para Aberastury (1981) nem sempre os jovens conseguem alcançar essas condições e de maneira sequencial, de modo que são impostos padrões comportamentais distintos de cada cultura, ou seja, a adolescência é marcada pela ambivalência entre dependência e autonomia dos pais ou responsáveis.

Durante esse período de transição do desenvolvimento, acontecem diversas mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, diferenciadas e percorridas de maneiras oriundas, moldadas pelo contexto social, cultural e econômico de cada adolescente. Para Moscovici (2007) as representações das mudanças do corpo, genética, relações sociais, justiça e de mundo se desenvolvem a partir da maturidade advinda do desenvolvimento, a sociedade de modo geral é concebida e experimentada por grupos e gerações de maneiras distintas.

Uma das mudanças físicas mais bruscas acontecem no início da puberdade, um processo natural e universal que leva à maturidade sexual ou à capacidade de reproduzir. Dessa forma, acontece sem uma data exata e prevista podendo variar de cada indivíduo, até mesmo ser observada antes mesmo dos 10 anos de idade (PAPALIA, FELDMAN, 2013; BEE, 1997). Conforme Papalia e Feldman (2013 p.432) “[...] tanto os meninos quanto as meninas passam por um surto de crescimento adolescente. Os órgãos reprodutores aumentam de tamanho e amadurecem, aparecendo as características sexuais secundárias”.

Além disso, as mudanças anatômicas e fisiológicas resultam para o adolescente uma excessiva preocupação com o próprio corpo. Para as meninas, ocorre o desenvolvimento dos seios, o aumento do quadril, questões estéticas da face, altura e dentre outras preocupações femininas. Sendo que, a procura por beleza é mais intensa para se encaixar dentro dos padrões estéticos, como estar magra, cabelos sempre perfeitos e com vestes demonstrando seguir as tendências de moda, causando mais conflitos internos/externos de aceitação (LOPES, MENDONÇA, 2016).

Desse modo, as mudanças físicas que acontecem marcam a saída da infância e a entrada na adolescência, o crescimento e as mudanças são consideradas agressivas, e logo, as

peças conseguem notar rapidamente devido às transformações corporais que desestabiliza e desestrutura o adolescente.

Aliás, a puberdade tem algum benefício psicológico para o adolescente? Isso vai depender de como cada adolescente interpreta as mudanças associadas, as vivências e a transição seja positiva ou negativa, como parte do contexto que estão interligados, devido aos efeitos sob os mesmos e o desenvolvimento da maturação precoce ou tardia, que tem ligação direta com o tipo de relações sociais que foram construídas.

Na maioria dos adolescentes as mudanças são associadas como não vantajosas, por acontecer ao mesmo tempo da transição para o ensino secundário, onde as cobranças por responsabilidade são ainda maiores, dois eventos estressantes que ocorrem ao mesmo período.

Além das mudanças físicas acontecem também as cognitivas, é perceptível através da fala e da maneira como passam a pensar e agir, devido ao aumento no aceleração do processo de informação, permanecendo imaturo, emitindo julgamentos morais mais aprimorados e realização de planos para o futuro de maneira mais realista (PAPALIA, FELDMAN, 2013).

Conforme Rappaport (1981-1982), a teoria de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo, o adolescente se encontra no nível mais alto, quando desenvolvem a capacidade de percepção a termos abstratos e de reflexão para manipular informações, denominado o período das operações concretas da teoria de Piaget, que ocorre a partir dos 11/12 anos. Este período é marcado por grandes aquisições intelectuais, o declínio do egocentrismo, ampliação do pensamento lógico, formação de esquemas conceituais, esquemas mentais verdadeiros na qual a realidade passará a ser estruturada pela razão e não mais pelo egocentrismo. Sendo substituída por atitudes críticas e a necessidade de explicar as suas ideias e ações de maneira lógica, por mais que a inteligência se manifeste de maneira notável, ainda assim possui algumas manifestações egocêntricas.

De acordo com Moscovici (2007) e Durkheim (2011), as representações sociais de um conjunto de conhecimento para o adolescente são mais lógicas e individuais, quando alcançam um estágio de evolução no processo de desenvolvimento, a partir da percepção de suas vivências constituídas durante a vida, evocadas por um dado acontecimento, pessoa ou objeto.

O adolescente tem condições de lidar com aspectos psicológicos, através do amadurecimento que desenvolve, gerando mudanças de atitudes sejam elas positivas ou negativas, ativas e proativas, isto só é possível, quando as relações pessoais e sociais, proporciona meios para que o jovem se adapta a sua nova condição de “tornar-se adulto”.

Assegurando que o mesmo irá entender sem limitações, conceitos abstratos e por princípios da lógica formal, fazendo com que tenha flexibilidade em conteúdo, tornando-o mais consciente em seu próprio pensamento e ideias racionalizadas (RAPPORT, 1981-1982).

Portanto, os fatores internos é o aspecto mais dificultoso para o adolescente, devido à complexidade e abrangência em lidar com as transformações, contexto e as relações pessoais, confronto marcado por conflitos, que causam a diminuição das expectativas, da percepção de vida que tende a se tornarem mais negativas, mas, isso não significa que não possa gerar um aprendizado ao adolescente diante desses fatores psíquicos, sociais e econômicos.

2.1 O abandono da infância para assumir o papel de adulto

A adolescência é marcada por um processo de diversas mudanças, nos âmbitos físicos, psicológicos e sociais. Mas, também é o início da concretização para assumir o papel de adulto e as responsabilidades que são exigidas para viver em civilização, é uma fase confusa tanto para o adolescente, como para os pais ou as pessoas que estão ao seu redor.

De modo geral, adolescência não é reconhecida e dada a devida importância que possui para a vida humana de preparação e aprendizagem para ser “adulto”. Um processo de desenvolvimento das competências cognitivas e sociais, possibilitando tornar-se um indivíduo ativo na sociedade e capaz de transformar a sua realidade (PAPALIA, FELDMAN, 2013; BEE, 1997).

Adolescência é o momento mais difícil da vida de todo ser humano, é uma explosão de sentimentos, emoções, transformações em um processo de instabilidades e perdas. E lidar com a perda de ser criança e as exigências é algo doloroso, as transformações corporais é lenta intensificando ainda mais esse processo de sofrimento.

Para Aberastury e Knobel (1981), a adolescência passa por três lutos fundamentais:

[...] a) o luto pelo corpo infantil perdido, base biológica da adolescência, que se impõe ao indivíduo que não poucas vezes tem que sentir suas mudanças como algo externo, frente ao qual se encontra como espectador impotente do que ocorre no seu próprio organismo; b) o luto pelo papel e a identidade infantis, que o obriga a uma renúncia da dependência e a uma aceitação de responsabilidades que muitas vezes desconhece; c) o luto pelos pais da infância, os quais persistentemente tenta reter na sua personalidade, procurando o refúgio e a proteção que eles significam, situação que se complica pela própria atitude dos pais, que também têm que aceitar o seu envelhecimento e o fato de que seus filhos já não são crianças, mas adultos, ou estão em vias de sê-lo (ABERASTURY E KNOBEL, 1981 p.10).

Esse processo de luto para os adolescentes é de extrema importância para o desenvolvimento, e conseqüentemente, para a maturidade na vida adulta. Porém, esse processo de desenvolvimento marcado pelo o abandono da infância, acontece a reafirmação da identidade, para Giddens (2002) o conceito de identidade e modernidade tem estrita relação, na qual, as instituições modernas são mecanismos de auto identidade que constitui a formação humana de ordem social, as transformações constantes ao dinamismo, hábitos, costumes, impacto global.

As transformações em extensão alteram radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afetam os aspectos pessoais da nossa existência, entrelaçando com os aspectos da vida de maneira direta, da identidade e personalidade dos sujeitos. Essas manifestações ocorrem através das relações da socialização, unificando os aspectos psíquicos da formação humana de identidade, como responsável pelo processo de construção da identidade, ocorrendo por meio da interação e comunicação com outras pessoas.

Através disso, vão se apropriando e internalizando esse mundo social a que pertencem, identificando os papéis que mais se assemelham com aqueles do contexto inserido, partindo do pressuposto da construção do “eu” para o mundo socializado para ser socializador. Pois, são caracterizadas por instabilidades, que além de ser um fator negativo, auxilia na realidade como uma forma de reajuste, adaptando ao fato de não ser mais criança e ainda não ser adulto.

Esse “tornar-se adulto” assusta o adolescente, lidar com as responsabilidades que são exigidas é algo que o apavora, pois, todos os sujeitos possuem dificuldade em lidar com o novo e as transformações. Um dos mecanismos de defesa é ativado, a negação tem o propósito de reduzir as manifestações que colocam a integridade do ego em perigo, o inconsciente bloqueia tais situações ou informações que por algum motivo consideram como ameaçadoras para a consciência, geralmente, são conflitos e angústias que transcorre a capacidade do indivíduo em lidar ativando-os.

Deixar de ser “adolescente” ou “jovem” para tornar-se “adulto” significa, nesse sentido, assumir uma nova identidade. Embora nunca completa ou acabada, a identidade “adulta” é inerente à identidade social. “Ser adulto” é apenas uma das categorias socialmente disponíveis e legítimas de identificação. Porém, para o indivíduo tornar-se “adulto,” em primeiro lugar, é preciso que seja identificado como tal (atribuição da identidade) pelos agentes em relação direta com ele e pelas instituições e em que se efetiva a formalização legítima dessa categoria; em segundo, é preciso que os próprios indivíduos se identifiquem como “adultos” (incorporação da identidade) (PIMENTA, 2007 p.129).

Deste modo, adolescência perpassa por categorias e fenômenos sociais definidos pela vida social, relacionadas ao comportamento de um grupo ou sociedade que irá determinar o modo como o sujeito irá assumir o “papel de adulto” ou “tornar-se adulto”, as experiências têm impactos na identidade, sejam elas positivas ou negativas.

De acordo com Pimenta (2007), o ser adulto é algo que ocorre partir do momento que o adolescente passa a se perceber e se identificar como tal, quando chega a essa fase acarretada por acúmulos de experiências, começando a ter a consciência de seus comportamentos, problemas e consequências advindas, submergindo sentimentos criados pela infância e adolescência de ingenuidade, fantasias e sonhos, adotando uma nova maneira de ver o mundo e as pessoas.

Mas, socialmente falando, quando o adolescente passa a ser considerado adulto? A sociedade de modo geral entende como adulto aquele que é ativo, produz e faz algo de relevância. Quando apresenta a maturidade e assume as responsabilidades, palavra esta que determina o ser adulto, seja ela de si ou do outro, do comportamento e das consequências, isso é um dos principais pontos de abandonar a infância para assumir o papel de adulto.

2.2 O problema histórico-social e cultural da adolescência

A adolescência é uma fase de diversas transformações, conflitos internos e externos como apresentados, na qual, o adolescente lida nos mais diferentes aspectos, simbolizados culturalmente, envolvendo algumas percepções errôneas ou caricatas ocasionando problema histórico de ordem cultural e social.

Dessa forma, é um processo histórico-social, da relação indivíduo e sociedade, recebe influências, estímulos, momentos culturais, interferindo no desenvolvimento da personalidade, comportamento e subjetividade, as conjunções da realidade desses vários fenômenos refletem no adolescente e, conseqüentemente, na vida adulta (OLIVEIRA, et al, 2020). Contudo, a sociedade em si não é a simples soma dos indivíduos, mas sim da realidade com características próprias de cada ser, isto é, a relação indivíduo e sociedade, a consciência individual de tudo aquilo que se pensa correspondendo a consciência coletiva (DURKHEIM, 2011).

Existe um desafio para profissionais trabalharem essa concepção de que o sujeito, o adolescente principalmente, é formado pela sociedade e pela cultura. Quando as ações e comportamentos são denominados como marginalizados, pois, são influenciados pelos adultos e contexto onde estão inseridos, ainda mais, que nesse período querem experimentar e vivenciar

tudo que é acessível sem medir consequências de seus atos, e conseqüente, será discriminado e julgado, sem chances de defesa, empatia e respeito.

Por isso, dá necessidade de entender como algo separado da questão cultural e de maneira não simplificada, levando em consideração as concepções e interiorizações psicológicas sem essência universal permanente e acabada. É evidente a construção social, histórica e cultural da adolescência, como algo criado e institucionalizado pela sociedade contemporânea; e industrializada pelos interesses desse universo reificado e consensual (ABERASTURY, 1981).

Além do mais, o conceito de adolescência surgiu para atender os interesses sociais e políticos da época, com pretensões ao mercado econômico difundidas, as características da sociedade no geral e as novas representações que foram surgindo por fenômenos desconhecidos (BERNI, ROSO, 2014).

Através da adolescência e do adolescente surgiram diversas representações sociais, que dificultam o processo de desenvolvimento de ser/estar adolescente, criando-se maneiras e percepções enraizadas pela cultura. Para Jovchelovitch (2000), convivemos no cotidiano diariamente com as representações sociais em todos os contextos, a comunicação se propagando e transmitindo-as, e gradualmente são internalizadas pelas pessoas e culturas, passam a gerar concepções e decisões com base no que foi elaborado.

A partir do consenso universal sobre a adolescência, encontramos possibilidades para restaurar a finalidade sobre o que é adolescência e a desmistificar, pois para Moscovici (2007) é através da interação social e comunicação que são criadas “as representações sociais, por outro lado, restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos (p. 52).

De acordo com Guareschi (2005) a fase da adolescência por ser institucionalizada/internalizada pela sociedade, os fatos e os fenômenos abordados trazem qualidade para a dimensão e discussões a que se chegou pela historicidade do que entendemos ser adolescente, recorrendo às múltiplas determinações como um período que “todos os fatos são passageiros, temporais, transitórios, precários, relativos, incompletos” (p.15).

Além disso, outro ponto a ser discutido devido às representações sociais que foram construídas com o passar do tempo, é a falta de orientação e compreensão por parte dos familiares que entende como algo ruim ou período de dificuldade. Os conflitos familiares nesse período tendem a se intensificar devido ao estresse, angústia e desordem por parte de ambos;

compreendendo os fenômenos sociais e a propensão que possuem, incidindo sobre os adolescentes e colocando em situações de vulnerabilidade social e risco.

Muitos desses adolescentes como maneira de lidar com sentimentos, a necessidade e a falta procuram na violência, nas drogas, criminalidade meios de aceitação e alívio dos estressores evidenciados pela condição de instabilidade e fragilidade emocional. Principalmente, em comunidades pobres que o acesso a esses fatores de riscos é mais propício, por ser marcada pela ausência do Estado e da gestão pública nos recursos e intervenções nesse contexto. Em populações vulneráveis e fragilizadas, introduz a esses sujeitos a relações instáveis e a práticas delinquentes, devido a precariedade e a falta de acesso aos direitos básicos de sobrevivência.

Por essa fabricação social dotada de interpretações e significados produzidas pela sociedade culturalmente, o sujeito vivencia um processo de “devir” com possibilidades de “vir-a-ser”, em uma constante transformação, tornando-se e metamorfosear-se (BERNI, ROSO, 2014). O que precisamos como sociedade é apresentar uma alternativa de visualizarmos a adolescência de maneira compreensiva do que virá, para entendermos as experiências das relações humanas como um ser social e histórico, sendo constituído a partir da cultura (GUARESCHI, 2012).

Contudo, a adolescência está atrelada à fase desenvolvimento como algo da condição humana, de reafirmação da identidade para a constituição do “eu”, como ser de transformação e atividade na sociedade. Constantemente as representações sociais são questionadas a veracidade, somente assim, desmitificar o ser/estar adolescente, para permitir aos profissionais que trabalham com estes, não sobressaia o ser humano de maneira singular, produtor de história, cultural e de relações sociais de maneira mais valiosa e compreensiva com base no conhecimento científico.

2.3 A desigualdade social e a relação com adolescência

Um dos fenômenos sociais mais comuns no Brasil é a desigualdade, produz condições socialmente vulneráveis devido a questões econômicas, no caso de adolescentes reflete diretamente, nas percepções, concepções, comportamentos e identidade. Incidindo-os nos fatores de risco, como nos casos de criminalidade, violência, drogas, conflitos familiares, abusos sexuais, gravidez na adolescência e evasão/abandono escolar.

De acordo com Oliveira, *et al.* (2020), o Brasil é considerado uns dos países mais desiguais, que posicionam os sujeitos em condições entre dicotomias de pobre ou rico, branco

ou preto, bandido ou mocinho e burguês ou favelado. O que faz com que haja a divisão de classes e de pessoas, excluindo aqueles que são vulneráveis e desfavorecendo, limitando o acesso ao desenvolvimento saudável e de maneira positiva aos adolescentes.

A condição socioeconômica deve ser considerada por estar diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento do adolescente, se ocorre de maneira positiva ou negativamente, expondo a situações de risco vivenciando nas proximidades desses fenômenos sociais que os influenciam.

As pressões socioeconômicas vividas constantemente somam ainda mais o aumento dos riscos acerca da pobreza, que são classificados como fatores vulnerabilizantes para o adolescente, é o principal reflexo nas iniquidades sociais em seu bem-estar, muitas das vezes, é a dificuldade de acesso à educação e saúde pública sendo um retrato das exclusões sociais no país. (OLIVEIRA, *et al.* 2020).

Os adolescentes inseridos em uma comunidade excludente e escassa de recursos desencadeiam fatores negativos, ocorrendo o desenvolvimento não saudável, levando a promover características de insuficiência, agressividade e de vulnerabilidade (PAPALIA, FELDMAN, 2013). Esse acesso aos fenômenos sociais negativos demonstra ainda mais os aspectos da desigualdade social que se faz tão presente no país.

Para Abramovay (2002) os processos de integração social ocasionam tensões, conseqüentemente quando associadas à pobreza são intensificadas, “[...] as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos” (p. 14).

Portanto, a pobreza e a desigualdade social são um fator negativo para a construção da identidade, como consequência da condição socioeconômica, colocando o adolescente em uma condição de vulnerabilidade social maior (MOSCOVICI, 2007; DURKHEIM, 2011). As condições socioeconômicas são determinantes no desenvolvimento da personalidade expõe e influência de modo singular ao adoecimento e marginalização do adolescente durante o processo de socialização (OLIVEIRA, *et al.*, 2020).

O sujeito que está em um ambiente desigual, assume essa posição de marginalizados, moldando a percepção e os pensamentos, expressando ideias que não são suas e sim da coletividade advinda daquela comunidade ou grupo em que está inserido. Por isso, que as percepções e comportamentos devem ser vistos isoladamente, para analisar a autoridade das particularidades do que é verdadeiro e individual. A desigualdade social advinda dessa coletividade e particularidade possui uma engrenagem reprodutora entre gerações, os adultos

transmitem essa herança cultural. Contribuindo assim, para internalização de consensos lógicos e morais

Quando falamos de adolescentes, é garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente assegurar quaisquer direitos, principalmente os sociais. De acordo com ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Muitas das comunidades pobres e sujeitos o Estado não consegue assegurar os direitos descritos, habitando em precariedade e vulnerabilidade social, isso afirma que o Estado é falho e ineficiente. O que condiz ainda mais com a condição do nosso país em ser desigual e excludente, principalmente, aos desfavorecidos e de comunidades pobres. Faltando condições mínimas de qualidade de vida para o desenvolvimento físico, psicológico e social visando a integridade e o bem-estar.

No entanto, o contexto quando está ligada aos fenômenos sociais, influencia no processo de formação humana e nos mecanismos de enfrentamento diante das adversidades. Pois, precisamos destacar que a socialização dos adolescentes determina a identidade e a construção da subjetividade, e conseqüentemente, determina o comportamento que produzirá perpassando para a vida adulta diante de tais condições que vivenciam. De acordo com Guareschi (2001) e Durkheim (2011), todo ser humano é constituído e se constrói, são formadores da sociedade é produto dela, através das relações pessoais e dos espaços sociais em que estão inseridos.

Sendo assim, todo sujeito tem responsabilidades na construção dos demais sujeitos, inclusive os adolescentes, para que todo ser humano assume seu papel como agente transformador.

Enquanto isso, a rede de assistência nas comunidades empobrecidas tem papel determinante para a transformação. No entanto, os recursos destinados são escassos e a desigualdade concorre para o aumento da violência, tráfico de drogas, criminalidade, abandono escolar, relações familiares e sociais fragilizadas, afetando ainda mais os adolescentes por serem uma classe vulnerável, propiciando e aumentando as chances de se inserir nos fenômenos sociais, ligada a grupos que já se incidem na comunidade.

A desigualdade social é um fator agravante para as vulnerabilidades sociais como consequência da condição socioeconômica, impossibilitando possibilidades e instrumentos no enfrentamento das iniquidades, a dificuldade por vezes colocam os sujeitos em situações de conformismo, aceitando sua condição devido à exaustão emocional advinda de lutas que não são sustentadas por reforços positivos. Pois, não há incentivo de transformações da realidade, principalmente, do Estado e de gestões públicas, que reforçam ainda mais para o aumento acerca da pobreza devido à escassez de recursos alienando os sujeitos para lutarem e buscar por seus direitos e espaço na sociedade.

2.4 A interdisciplinaridade

Diante do fenômeno da desigualdade social, que vem abarcando várias pessoas de diversas faixas etárias, e muitas das cidades brasileiras que possuem IDH baixo, se faz necessário repensar, refletir os fatores de riscos e as relações do contexto. O gênero feminino é mais afetado devido à cultura que são impostas de dominação e subordinação ainda existentes.

As adversidades que surgem na contemporaneidade, de acordo com Fazenda (2013) vivenciamos uma transitoriedade de saber, as informações atingem um nível alto de velocidade e a produção científica e tecnológica não dão conta de explicar e acompanhar rapidamente, tornando-se obsoleto e permanente, constantemente está em transformação surgindo novos fenômenos, deste modo o conhecimento é temporário e pontual.

A interdisciplinaridade propõe um encontro entre o teórico e o prático, o filosófico e o científico, ciências, humanas e tecnológicas, buscando garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

Por isso, da necessidade de compreender de maneira interdisciplinar os elementos que se articulam nesse contexto que são aspectos entrelaçados, é um desafio a partir de trocas empíricas e científicas na produção de conhecimento que possa orientar novas formas de compreensão das problemáticas (ALVARENGA, 2011). Por mais que seja atualizada e confiável a fonte não é definitiva, pois novas variantes, divergências vão se modificando e surgindo, e, integrar disciplinas para o conhecimento permite de maneira mais ampla chegar-se a um novo conhecimento e saberes acompanhando as transformações da realidade.

O autor Raynalt (2014) afirma:

Estamos atravessando hoje um momento de reconstrução radical na forma de se pensar tanto o mundo material dentro do qual vivemos e atuamos como a relação que nós, Seres humanos, estabelecemos – individual ou coletivamente

– com esse mesmo mundo. O movimento que está acontecendo agora apela por novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa, novas formas de ensino. [...] Fronteiras conceituais estabelecidas entre áreas de conhecimento distintas tornam-se permeáveis. Trocas e ajustes metodológicos são necessários. O apelo para a colaboração interdisciplinar expressa-se hoje com cada vez mais força (RAYNALT (2014, p. 1).

Deste modo, a natureza da análise valeu-se da pesquisa interdisciplinar, promovendo um diálogo com diversas áreas do conhecimento, para compreender os meandros subjetivos da formação humana, relacionados à constituição, devido às múltiplas relações entre os fenômenos, às interações e relações (DURKHEIM, 2011; GUARESCHI, 2001), as representações sociais (MOSCOVICI, 2007), a educação (FREIRE, 1967), políticas públicas de assistência social (CRUZ, GUARESCHI, 2013), sendo que os elementos se articulam com escritos de ordem argumentativa, colaborando para a compreensão dos contextos sociais e contribuindo para a relevância da temática.

Com base nisso, a análise promoverá um diálogo com áreas do conhecimento, tendo como embasamento a Psicologia Social e do Desenvolvimento, a Teoria das Representações Sociais (TRS), a Sociologia na percepção de Durkheim, as considerações utilizadas pela teoria da educação de Paulo Freire e discussões acerca das políticas públicas de assistência social.

A pesquisa é embasada nos pressupostos da Psicologia Social, especialmente nos aspectos que permitem e oferecem suporte para reflexões do “eu”, sobre a coletividade advinda do convívio social, reconhecendo a si, sentimentos, comportamentos relacionados à interação na sociedade e aos mecanismos de enfrentamento diante dos fatores de risco que essas adolescentes se encontram.

De acordo com Guareschi (2001), a Psicologia Social tem compromisso com a realidade social, entendendo que todo ser humano é constituído e se constrói por relações pessoais e dos espaços sociais em que está inserido. Defende que a construção do mundo interno (psiquismo) se dá através das relações sociais, ou seja, é abarcado como o fator constitutivo para o desenvolvimento da subjetividade.

E para uma compreensão mais precisa dos fenômenos sociais, buscam-se reforço e subsídios na Teoria das Representações Sociais do autor Moscovici (2007), que faz um amparo entre a Psicologia Social e a Sociologia, dentre eles também está a autora Jovchelovitch (2000; 2008). O segmento na TRS parte do intuito de traçar compreensões acerca das representações sociais em relação às adolescentes, a partir disso, buscar discutir como percebem e interpretam os acontecimentos, as experiências de vulnerabilidade e de risco do contexto onde estão inseridas e mecanismos que adotam para enfrentamento ao mundo.

Segundo Moscovici (2007) existe uma relação dialética entre individual e social, na sua estrutura figurativa e simbólica que se caracteriza, sendo que não significa somente compreender o objeto particular, mas sim, que o sujeito é um ser individual e coletivo, a partir dessa relação passa a ter a capacidade de definição, identidade e expressão do seu valor simbólico. Na qual, se configura em um instrumento didático-metodológico de importância para a pesquisa científica sobre a realidade existencial, dentre elas, as concepções, discursos, reflexões e significados acarretados pelas relações sociais e experiências vivenciadas pelos indivíduos.

Além disso, utilizamos os conceitos também do campo da Sociologia na percepção de Durkheim, para colaborar no que diz respeito aos fenômenos sociais e a relação com a educação e escolas, principalmente das adolescentes em questão. Contudo, Durkheim (2011) traz definições do funcionalismo ordenado da sociedade, o ser é construído socialmente, para estabelecer esse ser a educação tem papel fundamental, pela socialização com a geração do adulto, isto é, o homem é formador da sociedade e também é um produto dela.

Portanto, tais conceitos dialogam com os que são defendidos por Freire (1967) acerca do processo de educação, como algo revolucionário e libertador; que permite quantificar e instrumentalizar para a ação e a capacidade de interpretar os diferentes contextos em que estão inseridos, em um processo dialético da educação sobre o conhecimento e a dependência. Possibilita a compreensão da importância da educação em comunidades vulneráveis e como pode oferecer subsídios para as adolescentes no contexto daquelas que são excluídas, por meio das políticas públicas de educação e de assistência social que tem acesso direto a essa população.

Portanto, a interdisciplinaridade possibilita um novo avanço de conhecimento e de técnica científica, unindo-os gerando novos conceitos para compreender as multiplicidades de fenômenos de maneira mais abrangente no amplo movimento reflexivo crítico, permitindo um olhar mais vasto a partir das junções de disciplinas que se articulam, transpondo e ultrapassando limites para estabelecer e possibilitar o conhecimento da realidade concreta (ALVARENGA, 2011).

Uma nova forma de fazer pesquisa de maneira crítica, humana e transformadora em tempos tão difíceis, nesse mundo moderno do avanço da ciência e da tecnologia, são fundamentais para o conhecimento e para a sociedade.

2.5 Procedimentos metodológicos

A pesquisa é embasada no conhecimento técnico científico, de fontes bibliográficas, de acordo com Gil (2002) é produzida com base em livros, teses, dissertações e artigos de periódicos que possibilita elaboração uma revisão sistemática que contemple as diversas áreas do conhecimento, a busca pela sustentação dos problemas específicos na qual se deseja pesquisar.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve por objetivo investigar a autopercepção de meninas adolescentes de comunidades menos favorecida, vinculadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Mamborê – PR, sobre os riscos e as vulnerabilidades acerca da pobreza e das construções de enfrentamento ao mundo nas perspectivas da educação das políticas públicas de assistência social, para saber como pensam e percebem a sua condição social, os fatores de riscos, como os enfrentam e os apoios que recebe, tendo a finalidade de gerar subsídios teóricos para a orientação de profissionais que atuam com esta realidade e de políticas públicas que venham a beneficiar esta população

O estudo foi realizado com base em pesquisa exploratória descritiva, que tem como propósito construir hipóteses acerca do problema, tornando-o evidente e familiarizado. AS questões levantadas acerca do tema foram? Quais são as percepções das meninas adolescentes diante das adversidades e os meios de enfrentamento ao mundo? Os fatores de riscos mais propícios e vivenciados pelas adolescentes nos aspectos socioeconômicos e psicológicos? As percepções sobre os riscos e as vulnerabilidades? As formas que utilizam para o enfrentamento no ambiente onde estão inseridas? E, quais as implicações e as políticas públicas de assistência social em relação às meninas adolescentes?

Tendo como finalidade aprofundar, explicar e traçar questões, buscando descrever as características significativas da população, de fenômenos e as relações, com técnicas padronizadas de coletas de dados, através de entrevistas e observações sistematizadas (GIL, 2002), a pesquisa se utilizou do posicionamento metodológico da epistemologia interpretativa com procedimentos do tipo etnográfico como, por exemplo: observação, entrevista, história de vida, dentre outras.

Quanto à natureza da pesquisa, esta é qualitativa e quantitativa, que serve de auxílio para investigação nas ciências sociais, proporcionando uma maior precisão nos dados e na conclusão do problema de pesquisa (GIL, 2008). Segundo Turato (2005) a pesquisa qualitativa é caracterizada por buscar a representação e significado individual ou coletivo das pessoas em relação a um determinado fenômeno, desde crenças e valores. Essa metodologia proporciona maiores detalhes e a exploração mais intensa da amplitude e profundidade da questão, revelando a realidade social para aprendê-la e compreendê-la.

As pesquisas quantitativas têm como princípio a mensuração, enquanto, as qualitativas buscam a compreensão do contexto e da percepção de determinado grupo interpretando a realidade. Por isso, a relação em conjunto com os dois tipos de pesquisa, quantiquantitativa enriquece a análise total de determinado fenômeno (GOLDEMBERG, 2007, SANTOS, 2004).

De acordo com Gil (2008), a técnica de coleta de dados é baseada na observação do comportamento e expressões durante as entrevistas, que podem ser complementares. A partir do comportamento, também contribui para o conhecimento necessário para compreender uma determinada realidade existencial. A observação possibilitou, além de informações da realidade social das entrevistadas, proporcionou uma análise das políticas públicas de assistência social e a educação para o enfrentamento das adversidades.

De acordo com Silva et al (2018), esse tipo de entrevista e observação é um método inovador que requer estratégias criativas e instigantes entre o sujeito e o objeto de pesquisa, sendo de fundamental importância a participação do pesquisador de maneira reflexiva e crítica, tendo como base prática e saberes científicos pautados na consciência e na produção de conhecimento.

As entrevistas foram realizadas, com roteiros pré-elaborado que envolve os seguintes tópicos: levantamento de dados sobre a condição econômica, percepção de mundo, dificuldades e riscos (como os enfrentam), a relação com outras pessoas, como percebem a educação, atividades desenvolvidas na comunidade para minimizar a sua condição e a relação com os projetos futuros.

O estudo foi direcionado a meninas adolescentes de comunidades empobrecidas, vinculadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Mamborê (local de atendimento de famílias em condições de vulnerabilidade no município). De acordo com IBGE (2020), este local foi escolhido devido ao município possuir 37,1% da população com renda menor que meio salário mínimo por pessoa. Além disso, deve-se levar em consideração que há elevadas taxas de evasão de adolescentes do ensino formal, destaca-se que outro fator relevante na escolha do local é a acessibilidade e a predisposição da gestora em receber os integrantes da pesquisa.

As entrevistas aconteceram de forma presencial, com 30 meninas adolescentes que vivem em condições socialmente vulneráveis, de 12 a 18 anos, conforme a Lei 8.069 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, com duração de 50 minutos no período de fevereiro a abril de 2021. Obedecendo às normas sanitárias de proteção a pandemia do Covid-19, adotadas pelo CRAS em suas atividades diárias, com distanciamento social, máscara, o uso de álcool em gel. As entrevistadas foram atendidas uma por vez, com intervalo divididas em dias consecutivos,

para esterilização da sala que foi disponibilizada para a realização da pesquisa e do funcionamento do equipamento (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição amostral por faixa etária das adolescentes entrevistadas de 12 a 18 anos

Quantidade	Idade
5	12 anos
5	13 anos
4	14 anos
4	15 anos
5	16 anos
5	17 anos
2	18 anos
Total: 30	Idade média: 14,73

Fonte: A autora

O critério de inclusão ou exclusão das meninas adolescentes a participar do estudo foi pautado na seleção preexistente realizada pela assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades municipais consideradas porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsáveis em atender pessoas em vulnerabilidade social. Assistente social usou do critério das adolescentes que possuem acompanhamento ao longo prazo, assim como, o vínculo com a instituição, disponibilidade em participar dos eventos, cursos e a probabilidade em aceitar a pesquisa.

Adicionalmente, foram traçados perfis das adolescentes por serem mais suscetíveis ao risco pela cultura de machismo, subordinação e dominação ao sexo feminino. Além, das características socialmente vulneráveis, tais como: aspectos de abandono nas vestes, a falta de higiene corporal, histórico de vida no decorrer dos níveis escolares, histórico dos familiares, contato com fatores de riscos e alunas que abandonaram o ensino de educação.

Para o contato com essas adolescentes, foram realizadas visitas domiciliares com apoio da assistente social em horário de funcionamento, no período da manhã às 08h00min às 11h30min, e no período da tarde às 13h00min às 17h00min, variando conforme a disponibilidade da técnica de serviço social, as residências para familiarizar-se com a situação deste grupo, já que são meninas, acompanhadas pelo equipamento CRAS com frequência aos seus núcleos familiares. Observando-as com um maior contato, desenvolvendo conversas informais com objetivo de “aproximação”, para romper a resistência ao discorrer suas

experiências, emoções e sentimentos.

As adolescentes foram abordadas e chamadas pelo CRAS, na qual aconteceram as entrevistas neste mesmo local por ser um ambiente que contribui para a realização da mesma, proporcionando um ambiente seguro, sala individual, sigilo, sem interferências externas e para não constranger a entrevistada diante de outras pessoas.

As entrevistas realizadas com as adolescentes foram gravadas, atendendo a Resolução 466/2012 do comitê de ética.

Durante as visitas domiciliares, aconteceram os convites para a participação voluntária na pesquisa e ao demonstrar interesse foi realizado contato com familiar ou com responsável, marcando horário em comum acordo no equipamento CRAS, para não haver divergências, proporcionando o conhecimento da pesquisa, os objetivos e as condições que seriam realizadas as entrevistas.

Somente após o consentimento de ambas as partes, por meio de assinatura no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) do responsável e do participante (adolescente menor de dezoito anos), o termo lido em voz alta pela pesquisadora, esclarecendo dúvidas, e após assinatura em duas vias respeitando a resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo humanos.

A participação aconteceu de maneira voluntária, individual, não identificada e confidencial, explicando o objetivo da pesquisa, com a finalidade de beneficiar a população e propor alternativas de contribuir com a sociedade na mitigação dos problemas encontrados na adolescência.

Foi destacado e explicitado que a participação era totalmente voluntária, podendo a adolescente recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sendo que, 23,33% das entrevistadas suas respostas eram limitadas, 76,67% responderam aos questionários. Além disso, 13,33% das meninas adolescentes avaliou-se a necessidade de atendimento psicológico, devido à complexidade de seus conflitos e o comprometimento da saúde mental das mesmas.

Finalmente de acordo com o proposto por Vergara (2015) utilizamos da análise interpretativa, na busca pela compreensão da percepção de meninas adolescentes, por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares, sendo o foco classificar elementos e percepções que pudessem ser percebidos como similares ou relativamente homogêneos.

Com base, no conjunto de questões pesquisadas sobre as vulnerabilidades vivenciadas por comunidades socialmente vulneráveis, especificamente meninas adolescentes buscando

homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos e simultaneamente maximizar a heterogeneidade entre o grupo investigado.

3 VULNERABILIDADES SOCIAIS VIVENCIADAS POR MENINAS ADOLESCENTES DE COMUNIDADES POBRES

O adolescente infrator será sempre resultado de uma sociedade que descuida das suas crianças e jovens. É preciso terminar esse ciclo de vitimação: a sociedade abandona, cria uma vítima que é a criança, e essa mesma criança cria outras vítimas quando começa a furtar, roubar, violentar, assassinar.
Mario Sergio Cortella

A vulnerabilidade é um termo usado para pessoas ou indivíduos em situação de fragilidade, que estão expostos a riscos, exclusão e discriminação, decorrentes de fatores como a pobreza, deficiência educacional, contexto (comunidades e favelas), níveis baixos de cultura, representatividade e oportunidades nos aspectos socioeconômicos.

Diante do cenário da questão da pobreza, surge o conceito de vulnerabilidade, que tem aspecto individual do sujeito, notadamente pela ausência ou baixa renda em decorrência do desemprego ou da inserção precária ou não no mercado de trabalho, que tem impactado a vida de muitas pessoas privando de liberdade básica e garantias individuais dos direitos. De acordo com Fernandes (2020) este conceito de vulnerabilidade surgiu através da problemática de financeirização¹ da riqueza do Estado, em busca do lucro ou da acumulação patrimonial, como consequência, acabam esquecendo das necessidades, liberdades e garantias da população.

Segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2021), o número de brasileiros que vivem na pobreza quase triplicou em seis meses, saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021, um aumento significativo envolvendo a pobreza da população brasileira.

O termo pobreza faz parte de um fenômeno econômico integrante de uma relação direta entre capitalismo e o trabalho. Já a exclusão social em decorrência do fator econômico, por sua vez, pode ser entendida como parte das relações sociais do contemporâneo, expressas pela precarização do trabalho e de oportunidades, desqualificação social, desagregação identitária e desumanização do outro. Isso ocorre de uma forma que, os processos de exclusões controlam e negam o acesso aos direitos fundamentais de sobrevivência, trabalho, educação e consumo, desvalorizando a condição e as subjetividades dos indivíduos (SCOTT *et al.*, 2018)

¹ É um termo usado para descrever o desenvolvimento do capitalismo financeiro e econômico, pelas transformações, as relações de dívida e bens que tem aumentado devido a globalização e industrialização, e, o índice crescente da renda nacional em relação aos demais setores.

Portanto, a pobreza e a vulnerabilidade estão entrelaçadas, decorrente da ideia de predisposição aos riscos sociais das mais diversas naturezas, constituindo sujeitos em vulnerabilidade social, limitando meios de sobrevivências de saúde, educação e moradia, e da capacidade de enfrentamento dos riscos e das adversidades pertinentes à vida em sociedade.

3.1 Vulnerabilidade econômica e psicológica de meninas adolescentes

A vulnerabilidade social e as influências das condições socioeconômicas estão impactando em muitas vidas, devido aos fenômenos sociais que permeiam e determinam o modo e a qualidade de vida, especialmente, as de comunidades pobres. Em relação a isso Moscovici (2007) revela que os recursos econômicos são escassos e as necessidades precisam ser coordenadas, devido ao exagerado custo de vida, causando incerteza, medo e insegurança na existência de diversas pessoas, sobre os recursos disponíveis para o acesso a economia de mercado, sendo divergente com os objetivos recíprocos.

Nas comunidades pobres vivem pessoas quase ou completamente excluídas de possibilidades, não possuem meios de escolher o modo ou estilo de vida, apenas são levados a viver como tal, em uma sociedade excludente e desigual.

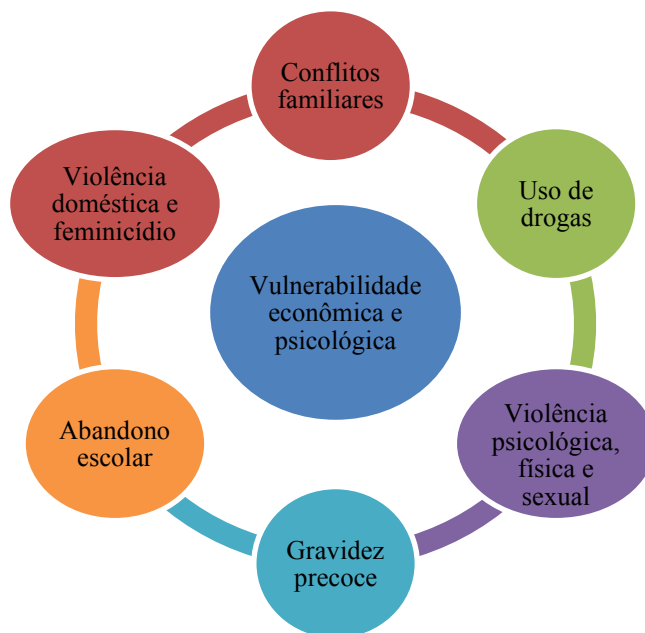
De fato, divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, como as que dizem respeito a gênero ou etnicidade, podem ser em parte *definidas* em termos do acesso diferencial a formas de auto realização e de acesso ao poder discutidas aqui. A modernidade, não se deve esquecer, produz *diferença, exclusão e marginalização*. Afastando a possibilidade da emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu (GIDDENS, 2002 p.13).

As condições atuais da economia e do crescimento do índice de pessoas, por consequência da globalização, rompem com a proteção de comunidades pequenas e tradições. São substituídas por interesses visando somente o lucro nas organizações e indústrias, que são muito maiores e impessoais, tornando-se uma problemática nas relações “eu” e “sociedade”. Isso implica em instabilidades emocionais, níveis de ansiedades que observados através do indivíduo e seu comportamento que precisa ser equilibrado.

Como consequência, há inúmeros fatores decorrentes desse desenvolvimento mundial, dentre eles as relações interpessoais que se tornaram frágeis e inconsistentes, que leva a condições psíquicas que desestabilizada e tornando-as ainda mais vulneráveis.

Portanto, a vulnerabilidade econômica, social e psicológica incide em outros fenômenos sociais como ilustrado na Figura 1.

Figura 1: A vulnerabilidade de meninas adolescentes e os fatores de risco a integridade física e psicológica



Fonte: A autora

Desse modo, percebe-se que os fenômenos sociais giram em torno da condição de vulnerabilidade econômica e psicológica, produzindo condições de risco a integridade física, social e psicológica. Porém, isso não significa que em outras classes não há evidência dessa vertente, pelo contrário, todos os adolescentes são suscetíveis aos fatores de risco por sua condição em “ser adolescente”, que automaticamente coloca-a em vulnerabilidade devido as várias instabilidades emocionais do processo de desenvolvimento da transição para a fase adulta e a imaturidade em colocar-se em risco.

Por conseguinte, a vulnerabilidade econômica e social também incide na vulnerabilidade psicológica, um estado emocional do aspecto do caráter humano, mas, alguns são vivenciados de maneira mais intensa do que outros, de curto ou a longo prazo.

O conceito vulnerabilidade psicológica traz a ideia daquele sujeito que ainda não sofreu consequências ou está frágil. De acordo com Guareschi (2007) esse estado de vulnerabilidade colabora para que tais riscos, que estão mais propensos ao contexto aconteçam, caracterizados pelo processo de exclusão social de grupos ou sujeitos que estão à margem da sociedade sem oportunidades, perdendo a representatividade e necessitando muito das vezes o auxílio do Estado para garantir a sua sobrevivência.

Mas afinal, o que leva um sujeito a estar em condição de vulnerabilidade econômica e psicológica? Existem diversos fatores responsáveis, que caracterizam a exclusão social e de

tensão pela falta de acesso ao básico como meio de sobrevivência de um determinado grupo ou comunidade, tornando-se a vulnerabilidade cíclica, repetindo-se a cada geração.

Pois, a vulnerabilidade psicológica não é uma indisposição, falta de força ou coragem pessoal, é um estado emocional que limita e paralisa impedindo o sujeito de ser racional e ativo na sociedade. No caso as adolescentes em condição de vulnerabilidade psicológica, somado a condição econômica e social, torna-se um agravante que aliena o sujeito a saírem deste estado emocional, negando ou idealizando a realidade, vivendo em desequilíbrio emocional contribuindo para a desestruturação do sujeito (ABRAMOVAY *et al.* 2002).

Nos grupos e programas de prevenção e reparação de danos, desenvolvido pelo Estado por meio das políticas públicas de assistência social, observa-se que os recursos destinados não atendem às especificidades e demandas na rede. Mas, o que se vivencia nos órgãos de proteção a adolescência, é o aumento da procura por auxílio econômico e situações de violações de direitos envolvendo-as, como um reflexo da diminuição da oferta de serviços educacionais e ações sociais eficazes para o enfrentamento as adversidades, com objetivo de evitar o adoecimento e marginalização das adolescentes.

3.2 Conflitos familiares e relações frágeis envolvendo as adolescentes

A família é o primeiro espaço social no qual as adolescentes estão inseridas. As questões familiares fazem parte do desenvolvimento do ser humano, inclusive na adolescência, inicialmente pelos valores éticos, culturais, assistenciais, religiosos, econômicos e afetivos que são constituídos por meio desses.

Atualmente, sabe-se que a família faz parte do grupo primário, sendo primordial à vida de todos os seres humanos para a convivência harmoniosa com a sociedade. As relações familiares que irão abrir as portas, para a conquista de espaços em outras relações sociais ou para conflitos e questionamentos. Pois, as experiências familiares baseiam-se nos modos e na convivência em grupos sociais, como: a escola, amigos e trabalho, que levam a pertinente estagnação ou contingências de ideais e atitudes de uma pessoa.

Aliás, para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a família independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar como um espaço contraditório, caracterizando as dinâmicas cotidianas de convivência, que podem ser marcadas por conflitos. E geralmente, também por desigualdades

nas sociedades capitalistas, a família é fundamental no âmbito da proteção social (BRASIL, 2004).

De acordo com Brasil (2004), os sentidos de famílias estão em constante transformação, que nos remete a um novo cenário:

As novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (BRASIL, 2004 p. 44).

Desse modo, as transformações constantes de conceitos familiares foram-se constituindo novas representações sociais, que impactam a vida das adolescentes, nas relações pessoais e na construção da personalidade, pelas instabilidades dos processos familiares pelo desapego e desvalorização dos vínculos afetivos, pois, a família deveria ser vista e considerada como um lugar de proteção e socialização primária, provedora de cuidados, mas, ao mesmo tempo que também exige cuidados. Porém, nem sempre isso acontece, por existir a necessidade de inserção de políticas eficazes para o resgate e fortalecimento de vínculos familiares, como detentoras de proteção, cuidado e afeto, atuando em suas fragilidades para garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

Durkheim (2011) revela em seus escritos que o homem é um ser sociável por conta da convivência em grupo sociais e familiares, aprendendo hábitos e costumes, reproduzindo por meio do externo. Em conformidade com seu pensamento, Moscovici (2007) ressalta que os fenômenos sociais tanto para o bem quanto para o mau, refletem as representações apreendidas pelo convívio do indivíduo. Nesse sentido, partindo do pressuposto que a família, é órgão principal e fornecedor dos primeiros hábitos e costumes do indivíduo, na sua forma de desestruturação, afeta e pode posteriormente provocar várias formas e práticas de vulnerabilidade.

Embora existe tal concepção, reforça ainda que é justamente o fato de a família ser a base da educação e da formação humana, por isso, que as adolescentes procuram no externo uma base de “apoio/sentindo” como uma válvula de escape para amortizar seu sofrimento, colocando-se ou sendo colocada em estado de vulnerabilidade e risco a integridade física e

psicológica. Para Moscovici (2007), pensar em vulnerabilidade na forma de desequilíbrio e sofrimento, diante dessa perspectiva da família, não se pode desconsiderar-se que por si só é culpada deste estado emocional.

Uma vez que, segundo Guareschi (2012) é neste plano do conhecimento que começa a engendrar-se na direção da produção de um sujeito dotado de um “mundo interno”, de um “mundo de representações” de uma identidade, que forjam a figura do sujeito privado, ou seja, de um sujeito privado somente às análises do contexto familiar. Este sujeito privado, difere do sujeito privado da economia política, pois não se trata de localizar essa experiência do privado, em um primeiro momento, no âmbito da economia doméstica, do lar, e sim de localizá-lo em um espaço interior. Espaço este dentro do sujeito não específico da atividade cerebral, do organismo do ser vivo, mas específico da condição humana, de sua relação com o passado e com o futuro dentro da concepção família.

Na atual conjuntura social, observa-se que diante desta realidade de conflitos familiares e também dos contextos que foram-se construindo os processos familiares, tem influência nas escolhas das adolescentes, pois, o sofrimento causado pelas rupturas familiares, são impulsionadas a tomar atitudes e práticas que venham a amenizar tais sofrimentos advindos das relações frágeis (PIMENTA, 2007).

Mas de que realidade estamos falando? A pobreza tem relação com essa realidade? E a família? E, quanto a estas realidades, é difícil termos uma compreensão destas, por não fazermos parte dessa realidade das adolescentes e da coletividade que advém da mesma?

Para Silva (2020) traz a luz que a pobreza é uma destas realidades, fator intrínseco na representação familiar. Pois diante da mesma, outras formas de vulnerabilidade acontecem dentro do lar, como deparamos com a realidade sobre a violência doméstica, maus tratos, fome, uso de drogas, criminalidade, evasão escolar, problemas de saúde física e mental, gravidez indesejada, falta de acesso à educação e falta de vínculos afetivos sólidos.

Diante disso, o Estado buscou estratégias políticas públicas de assistência social no campo da psicologia para tentar frear as consequências da desestruturação familiar, ainda somam pouca força diante da realidade no Brasil (GUARESCHI, 2001). Contudo, as mudanças na forma de se organizar, não tem mais correspondido ao modelo nuclear burguês, composto por pai, mãe e filhos. Deste modo, constituiu a chamada “desestruturação familiar”, frequentemente utilizada para designar problemas nas famílias de grupos populares, decorrentes da pobreza, da falta de afeto e desamparo social, conceito este errôneo que não acompanhou as transformações dos processos familiares.

Nesse sentido, as famílias que não conseguem realizar as próprias funções são consideradas desestruturadas, desintegradas ou desorganizadas, compactuando para menosprezar-se as consequências dos processos de exclusão social, delimitando ações pontuais e focalizadas nos “problemas das famílias” culpabilizando-as. Ao invés, de analisar os vieses do processo excludente por escassez de acesso aos meios e oportunidades igualitárias.

Por tal concepção, estas tornam-se as famílias foco privilegiado de políticas e intervenções por parte do Estado, por identificar nestes contextos populares situações de violências e maus-tratos voltados a crianças e adolescentes. Em algumas situações, o Estado acaba entrando na “privacidade” dessas famílias, impondo-lhes as leis a respeito do modo “correto” de criação e educação dos filhos, buscando oferecer suporte e auxílio necessário para desempenhar funções parentais, que vai além de uma concepção estigmatizada de família. Uma vez que, no ambiente do lar as principais figuras de autoridade são os pais, podendo ocorrer outras figuras que representam essa autoridade.

O próprio princípio da matricialidade previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, reforça que o princípio da matricialidade sócio familiar contido, não supera a tendência familiar característica da política social brasileira. Na medida em que se tenta minimizar a culpabilização e responsabilização das famílias nos processos de vulnerabilidade, rompendo com paradigmas conservadores, pois cabe ao Estado apenas ajudar nessa tarefa, como meio de proteção e auxílios decorrentes da PNAS (BRASIL, 2004).

Evidenciamos, a importância atribuída à família e as políticas públicas de proteção e assistência aos contextos de vulnerabilidade, viabilizando reflexões e estratégias para os processos psicológicos e educacionais como geradora de sofrimentos e desequilíbrio social, físico e mental nas comunidades pobres. Fazendo-se urgente, ações acerca desses sentidos relacionados ao objeto social familiar entre os profissionais, inseridos nesses contextos e demandas propostas acerca dos processos familiares de fortalecimentos de vínculos, mais eficazes e com intuito de transformar ou reproduzir relações familiares saudáveis e sólidas.

3.3 Uso de drogas e a repressão social

Atualmente, o uso de drogas configura-se como um problema de saúde pública, que precisa ser visto a partir de vários fatores psicológicos e sociais, tais como o debate sobre as políticas públicas, a discussão política acerca do enfrentamento e da prevenção, a perspectiva dos usuários, os diferentes equipamentos sociais que se direcionam ao tratamento como: os Centros Atenção Psicossocial (CAPS), comunidades terapêuticas, centros de apoio e

reabilitação, entre outros. Enfatiza-se que o consumo das substâncias psicoativas, fazem parte da realidade social e frequentemente na adolescência e juventude (SOUZA, *et al.* 2015).

O consumo de drogas ilícitas e lícitas por adolescentes está associado a várias questões de ordem familiar, social, econômica, cultural, emocional e educacional, são mais propensos ao uso, devido a vulnerabilidade que se encontram por sua condição em “ser adolescente” e pelo desejo/curiosidade em experimentar tudo ao seu redor, têm sido alvo de estudos e práticas na contemporaneidade por especialistas de diversas áreas do conhecimento, cada qual buscando compreender algum ângulo desse objeto complexo e interdisciplinar.

Nesse sentido, adolescentes também são estigmatizadas como usuárias de drogas, por sua condição: pela cor, gênero, classe econômica, orientação sexual, religião, locais de moradia e, ainda, por diversificadas experiências de convivência com drogas e que acarreta em consequências psicossociais ou sanções legais as adolescentes, conflitos com os pais, perda de interesse na escola, culpa e ansiedade.

A adolescência é constituída em um período, denominado como crucial no ciclo vital para o início do uso de drogas, seja como mera experimentação, ou consumo ocasional indevido ou abusivo. Entender a repressão sofrida pelo uso de drogas na adolescência, é importante para que se possa ter uma real noção do quanto as vulnerabilidades causadas pelos vícios, atuam para o surgimento de outros fatores que também colocam a vida em risco (SCHENKER, MINAYO, 2005).

Nesta perspectiva, é necessário entender os fatores de riscos causados pelo uso das drogas e o que leva um adolescente a fazer consumo. De acordo com Schenker e Minayo (2005), o tema central de estudo da epidemiologia, a respeito de situações reais ou potenciais que produzem efeitos adversos e configuram algum tipo de exposição grave ao uso de drogas.

Para entender a repressão causada pelo uso de ilícito Oliveira *et al.* (2020) em seus arquivos intitulados *sobrevivendo*, trouxe a experiência de sua pesquisa a qual relata que no Brasil pela alta demanda e pouca oferta de serviços, a repressão é um estigma ainda a ser vencido. Para o autor o conhecimento popular e a cultura estigmatizante distância a procura de ajuda e otimiza o uso de drogas, e conseqüentemente o uso da violência para manter o vício.

Em uma aplicação de seus estudos o autor revela, a seguir os principais fenômenos sociais que incidem sobre os adolescentes, quando sob o uso de drogas e os riscos, interconectados, à vulnerabilidade social (FIGURA 2):

Figura 2: Relação da categoria central “Sobrevivendo”: flutuação do sujeito adolescente entre a opressão social e a superação de vida; e os fenômenos secundários.



Fonte: OLIVEIRA, et al. 2020 (p. 2).

Segundo Oliveira, *et al.* (2020) a figura acima apresenta três importantes fenômenos: “Vivenciando a violência no contexto sócio comunitário e familiar”; “Convivendo no paradoxo das drogas: prazer, superação e opressão”; e “Buscando a superação”, os quais sustentam o fenômeno “Sobrevivendo: flutuação do sujeito adolescente entre a opressão social e a superação de vida”. Os dados evidenciaram a existência de uma dinâmica nos contextos comunitário e familiar composto por fatores que limitam o desenvolvimento social do adolescente, representado pelo fenômeno central “sobrevivendo”.

Sendo que, as adolescentes flutuam entre a opressão e a superação, processo que resultará em desfiliação ou coesão social. Nesse funcionamento, muitas vezes, um mesmo fator, a escola, a família e as gangues, assumem um sentido de opressor ou promotor de superação, o que irá depender será como essas instituições se posicionam diante de tais situações e da vulnerabilidade em “ser adolescente”.

Contudo, não basta entender somente as significâncias e consequências do uso, como dito no início, há muitos profissionais das áreas do conhecimento, buscando cada qual no seu meio maneiras de interpretação e prática, por isso, a psicologia como ciência busca a compreensão do indivíduo como contribuinte neste aspecto.

O primordial nesse aspecto, é a importância de compreender o núcleo de vivência dos indivíduos em estado de vulnerabilidade social e o uso de drogas, um dos causadores do estado vulnerável, deve ser tratado com mais ênfase, uma vez que o uso por si só é causador de várias

problemáticas sociais aumentando assim a repressão da população ao usuário (PEREIRA, GUARESCHI, 2014).

Desse modo, os espaços cotidianos, onde são possíveis de serem identificadas as formas cooperativas de existência, vem sofrendo a colonização e a modernização. Este processo tem como resultado uma série de distúrbios como: a perda de sentido das tradições culturais, a reprodução social, a fragilidades das interações sociais, psicopatologias e distúrbios de formação da identidade devido às inconsistências da socialização e individuação, fatores estes que também contribuem para o uso de entorpecentes.

Além disso, em concordância com Lima (2008):

[...] esse não é um problema recente. Ao longo da história ocorreram diversas tentativas de caracterizar a identidade do dependente de drogas, com o intuito de desenvolver tecnologias que pudessem abarcar o fenômeno. No entanto, nenhuma dessas tentativas teve êxito, dada a pluralidade de formas de vida na qual está inserida a pessoa que utiliza substâncias psicoativas (LIMA, 2008, p. 95-96).

Contudo, observa-se um consenso no que se refere a condição psicológica à impossibilidade de traçar uma identidade para o dependente de drogas, pelas dificuldades nas instabilidades e fragilidades decorrentes desse fenômeno social e vulnerabilidade. Desse modo, entende-se que o uso da droga, independentemente de sua origem, é condicionado pelo desejo ou energia que direciona os instintos vitais, quanto mais existir a repressão na sociedade, maior será o uso/abuso de drogas por parte das pessoas, advindas pela curiosidade, mera experimentação, busca pelo prazer momentâneo, pela equivocada percepção para anestesiarem o vazio acarretado por outros fenômenos sociais.

Portanto, a droga seria uma denúncia ao sistema de prevenção e punição ao uso de drogas, pois o indivíduo vive em constante procura por seus desejos e satisfação dos mesmos, de maneira não institucionalizada. Assim sendo, abordará outra expressão de vulnerabilidade que também se apresenta quando há uso de drogas, não de maneira generalista, mas que também participa dessa realidade por repressões sociais, responsabilizando-se por atender o indivíduo na procura por suas necessidades básicas de prazer.

3.4 Gravidez precoce: adolescência interrompida

Os índices de gravidez na adolescência nos últimos anos houve um aumento considerável no Brasil, que evidencia implicações, biológicas, familiares, emocionais e econômicas na sociedade como um todo (CANAVEZ, *et al.* 2010). Para Papalia e Feldman

(2013), a maioria das adolescentes que engravidam não é planejado e acontecem nos seis primeiros meses do início da vida sexual, com probabilidade de que estas sofreram algum tipo de abuso, seja físico, emocional ou sexual, ou foram expostas a situações de estresse e sofrimento como: divórcio, separação dos pais, violência doméstica, uso de drogas, criminalidade, transtornos mentais, recursos financeiros limitados e evasão escolar.

Observa-se que a maioria das adolescentes grávidas são as de comunidades pobres, com pouco escolaridade, solteiras e de poucas oportunidades, de faixa etária entre 13 a 19 anos de idade (PAPALIA, FELDMAN, 2013). Essas adolescentes por sua vez são imaturas, buscam no filho uma maneira de preencher vazio decorrente de outros fenômenos sociais.

Na atualidade, percebe-se que o início da atividade sexual está começando cada vez mais cedo, motivada pela exposição social e acesso fácil a conteúdo impróprios a sua faixa etária, principalmente, por redes sociais. De acordo com Canavez (2010 p.478), a sexualidade pode ser entendida, “construída e transformada pelas relações sociais, culturais e políticas, pelos diferentes valores, atitudes e padrões de comportamentos existentes na sociedade moderna”.

Deste modo, as adolescentes reconhecem os riscos da gravidez precoce e nas relações sociais. Porém, Pontes *et al.* (2010) nos revela em seus estudos, o comportamento das adolescentes diante da sexualidade, são movidos pelos pensamentos de origem do “imaginário coletivo” em relação a gravidez precoce, por ser vista como uma punição ou castigo por ter tido relações sexuais antes mesmo de alcançar a vida adulta. Com base, em uma postura onipotente no que tange a sexualidade, tendo dificuldade de perceber a possibilidade de uma gravidez indesejada, denominado de “pensamento mágico”, termo este usado para criar uma realidade psíquica que o indivíduo cria como mais real do que a realidade externa.

Com isso, o autor descreve essa conduta exclusiva do gênero feminino:

[...] captamos o imaginário de que a gravidez precoce corresponderia a uma punição pela conduta “criminosa” de ter relações sexuais durante a adolescência, e que esse castigo seria vivido exclusivamente pela menina, que ou seria abandonada pelos pais, ou teria um viver sem realizações, enquanto o menino ficaria espertamente isento da situação (PONTES *et al.* 2010, p.88).

Este estudo demonstra, que a percepção das adolescentes sobre gravidez precoce é atribuída como “castigo”, se dá não somente por ser gerado em seu corpo um bebê, mas principalmente, por ainda vivermos em uma sociedade em que os cuidados ficam centralizados na figura materna/feminina, independentemente da faixa etária. Uma sociedade conservadora em relação ao gênero, que são atribuídos estigmas que deterioram sua imagem feminina, cuja

vida teria acabado, sem possibilidades e oportunidades além da maternidade, exigindo que as tornem adultas interrompendo a adolescência para ser mães.

Segundo Papalia e Feldman (2013), a questão da gravidez precoce requer uma solução multifacetada, incluir programas e políticas que levem o retardamento da reprodução humana na adolescência, para prevenir a gravidez, e também, doenças sexualmente transmissíveis.

Os motivos pelos quais as adolescentes engravidam são diversos: não utilização de métodos contraceptivos, falta educação sexual, falta de informação, fatores sociais, falta de acesso a serviços específicos para atender essa faixa etária e início cada vez mais precoce de experiências sexuais. Pensar que as adolescentes estão preparadas simplesmente porque lhes ensinam técnicas contraceptivas, ignorando os valores da vida humana, e não ensinando o sexo no contexto de valores verdadeiros, é um grande engano contra os quais, os pais, a escola e a sociedade como um todo deve ficar alerta (CANAVEZ, 2010 p.479).

Contudo, a escola/educação são um dos meios de comunicação mais relevantes de conhecimento, com caráter social para abordar tais temas que afetam as adolescentes e sua formação humana. Pois, muitas das famílias têm dificuldade em tratar do assunto ou também tiveram seus filhos na adolescência, podendo se repetir dentro do ciclo familiar, para isso, se faz necessário ações e políticas públicas voltadas a temática, além dos contraceptivos fornecidos gratuitamente.

No entanto, observa-se que algumas das adolescentes estão lidando com a sexualidade de maneira emocionalmente empobrecida, vinculado somente ao prazer e aos seus desejos imediatos de maneira despreocupada e impulsiva, sem medir consequências reais permanentes como a gravidez precoce.

Dessa maneira, é muito importante traçar estratégias de prevenção a gravidez levando informação e conhecimentos as adolescentes, possibilitando num primeiro momento, que as adolescentes percebam as vulnerabilidades e riscos inerentes de uma gravidez indesejada. Para que possam desenvolver um maior amadurecimento emocional, para lidar com as questões da sexualidade feminina. O trabalho deve ocorrer em rede, envolvendo os vários setores da gestão pública, organizações, igrejas e nos núcleos familiares, por meio de informações adequadas e diálogo coerente para expor dúvidas, medos e ter apoio familiar na formação e constituição da personalidade.

3.5 Abandono e evasão escolar: a deficiência educacional envolvendo as questões sociais

O abandono e a evasão escolar têm se tornado um problema que persiste a anos, e longe de acabar. O termo em si possui diversos sentidos e conceitos na educação brasileira, pois, requer uma compreensão das relações entre os motivos da trajetória e da desistência ao ensino escolar, em função da realização de outra atividade. Segundo o INEP (1998 não paginado) “o conceito técnico de abandono é diferente de evasão. Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema”.

A dificuldade em conceituar o que é abandono e evasão escolar, atrapalha a quantificação dos dados para analisar e estudar as causas e os princípios que regem esse comportamento de alunos do sistema educacional, permitindo novas ações claras e objetivas para superar essa problemática envolvendo, principalmente, as adolescentes (SOUZA FILHO, ARAÚJO, 2017).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é prevista e garantida por lei, sendo um direito assegurado a todos como apresentado:

Art. 205. A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Apesar da educação ser um direito de todos, mesmo assim as metas não conseguem alcançar a universalização e erradicação da analfabetização (BRASIL, 1988). Para a garantia do direito a educação, o aluno não deve estar somente matriculado no ensino, o acesso ao sistema de educação perpassa e engloba também o rendimento escolar dos alunos, estar vinculado durante toda a trajetória da idade do ensino escolar, devendo progredir adequadamente com o ensino e os anos seguintes.

Haja visto, que os números de abandono e evasão escolar tem se tornado alarmantes, existem diversas causas que leva um adolescente a sair da escola, são fenômenos desagregadores como: a vulnerabilidade econômica e psicológica, conflitos familiares, gravidez precoce e uso de drogas, desmotiva e induz a evasão ou abandono, envolvendo fatores internos e externos.

Observa-se que os fenômenos sociais, têm grande importância e influência, quando retratamos a questão da evasão e abandono escolar, como descritos por Souza Filho e Araújo (2017):

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego (SOUZA FILHO e ARAÚJO, 2017 p.36)

Com o novo cenário da pandemia, a falta de interação diária entre estudantes, amigos e professores, geraram sentimentos de solidão, abandono e exclusão entre os adolescentes. Tal fato, somado às dificuldades de inserção e adaptação ao novo modelo de ensino remoto, comprometeu o engajamento e o ensino educacional de qualidade, pois o ensino remoto não conseguiu substituir o ensino presencial e, em consequência, aumentou o abandono e a evasão escolar.

De acordo com o IBGE (2020), o Brasil aponta que o país tem quase 1,4 milhões de crianças e adolescente entre 6 a 17 anos de idade, que estão fora da escola. Estes dados demonstram aumento do impacto da pandemia sobre a educação escolar e o reflexo das desigualdades sociais. Sendo que, muitos dos estudantes não conseguiram prosseguir com o ensino remoto por falta de acesso as tecnologias, devido ao isolamento social da Covid – 19, dificultando a manutenção do vínculo com a escola, com o ensino educacional e professores.

Portanto, a condição socioeconômica e os reflexos da desigualdade se tornam um agravante para incidir em evasão ou abandono escolar? Os grupos mais propensos são de comunidade pobres?

Segundo Papalia e Feldman (2013), sim e uma das razões é o ensino de má qualidade e ineficiente, com baixas expectativas, tratamentos diferenciados de classes, falta de apoio dos professores, desconsideram os grupos culturalmente pouco representados por parte dos professores e possuem mais riscos do que aquelas de comunidades desenvolvidas.

Deste modo, estas falhas no ensino têm causado efeitos negativos para que a educação não alcance o seu objetivo de formar cidadãos de bem, escolarizados e profissionais competentes. A escola tem papel fundamental no sucesso ou fracasso de alunos, os mesmos acabam perdendo muito rapidamente o entusiasmo pelos estudos, assim como também, denotam o próprio fracasso das relações sociais frágeis, desapegadas e desumanas que se vivencia na realidade. Em contrapartida, para Souza Filho e Araújo (2017), a evasão e o

abandono escolar representam uma abordagem quali-quantitativa, em uma visão contextualizada e ampla em um processo complexo, dinâmico e acumulativo pela saída do estudante do ambiente escolar.

Quando as adolescentes abandonam a escola são permeados de eventos críticos e estigmatizados, por caminhos negativos propensos a ficar desempregadas ou possuírem renda baixa, dependendo do auxílio do Estado para a sobrevivência, envolvendo-se com drogas, criminalidade e problemas de saúde.

Para mudar esta realidade, é preciso mudar os conceitos escolares nas comunidades pobres e a participação ativa da aluna, demonstrar interesse, atenção, investimento e esforço ao ensino educacional. Sendo que, as famílias têm participação importante nesse papel de motivação e em atividades extracurriculares, desenvolvidas pela própria escola para aproximar e indicar novas possibilidades no enfrentamento as adversidades do contexto.

Contudo, criar formas de enfrentamento com perspectivas escolares e individuais, capazes de amenizar as causas da evasão e abandono escolar, levando a superação para a diminuição dos dados referente a temática, que tem alarmado o sistema educacional e de políticas públicas alternativas num sentido amplo para a redução da problemática citada.

3.6 As várias formas de violência que atingem as adolescentes em situação de vulnerabilidade social

As adolescentes em situação de vulnerabilidade social são as maiores vítimas da violência no Brasil, incluindo as físicas, psicológica e sexual. As violências físicas envolvem ações que se usa da força sobre alguém, como: tapas, socos, chutes, empurrões ou utilização de objetos com finalidade de impor, oprimir ou causar algum tipo de dano físico.

Já a violência psicológica são comportamentos que se utilizam de palavras ou atos ofensivos, como forma de agressão, humilhação, xingamentos, opressão e submissão coagindo vítimas sem a necessidade de utilização da força física. Outro tipo de violência que se destaca entre as vivências traumáticas das adolescentes é a sexual, assume características de assédio, abuso, violações e estupro. Esse tipo de violência ocorre quando não há o consentimento entre as partes ou quando a vítima é incapaz de opor-se ao ato.

Deste modo, Abramovay (2002) ressalta que a violência sofrida por adolescentes possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social, dificultando, por conseguinte o seu acesso às oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. A

situação de vulnerabilidade quando aliada a condição socioeconômica possui impactos, e, é um agravante para adolescência, como ressalta a autora:

[...] “aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade”. Em consequência, delineiam-se cenários críticos difíceis de serem enfrentados por políticas de efeito parcial (ABRAMOVAY, 2002, p. 9).

Portanto, a condição socioeconômica impossibilita a inserção das adolescentes nos processos de integração social, dificultando e eximindo as possibilidades de enfrentamento as adversidades, e acabam incidindo-as aos contextos em que os fatores de risco a integridade física, psicológica e sexual são mais propensos.

De acordo com Miura et al. (2014), a violência se dá através de experiências abusivas do contexto onde estão inseridas, principalmente no ambiente intrafamiliar. Quando são adolescentes isso se torna um fator de risco, provocando um desequilíbrio psíquico, afetando o desenvolvimento e a identidade. Quando a vítima não consegue externalizar ou simbolizar o sofrimento, conseqüentemente, isso se torna patológico ocasionando em distúrbios, transtornos, fobias e dificuldade em adaptação social. Considerando, que as adolescentes estão em processo de construção e reconstrução social da identidade, vivências como essas são ainda mais traumáticas.

A exposição à violência que ocorre no ambiente doméstico e familiar, é causadora de efeitos negativos sobre a saúde e o bem-estar físico e psicológico das adolescentes (ABRANCHES & ASSIS, 2011). Sendo uma consequência das relações interpessoais dos atores envolvidos: criança/adolescente e familiares (pais, tios, irmãos etc.)

Mas, se a violência ocorre no ambiente familiar é transmitida culturalmente? Sim e não, o que acontece é a perpetuação da violência, ou seja, quando adolescente presenciado ou vivencia a violência independentemente da sua tipificação, na vida adulta tende a repetir esses comportamentos agressivos, devido ao processo de construção da personalidade e de socialização. No futuro podem utilizar a violência como uma estratégia de enfrentamento de conflitos, e dificuldades quando não resolvidas de maneira civilizada.

Giddens (2002) nesse ponto de vista ressalta que os indivíduos são propensos as mudanças, a identidade pode ser moldada, configurando o seu “eu”, construindo e reconstruindo a todo momento, por experiências e diversidades de opções, que concilia na

construção da personalidade e no enfrentamento ao mundo como forma de adaptação ao contexto que está inserido.

Contudo, aproximadamente 10% das adolescentes em idade escolar sofrem violência física, mas, considera que essa taxa pode ser ainda maior devido ao medo que as adolescentes têm de contar para os amigos ou familiares. Além do dano da violência física, há também o dano psicológico, na qual passam a se envolver em situações de risco, como uso de drogas, álcool, transtornos alimentares, ir mal na escola, depressão e suicídio (PAPALIA, FELDMAN, 2013). Esse tipo de violência pode ocorrer pelo contexto, em que já são existentes o uso abusivo de substâncias e drogas, conflitos e/ou violência doméstica, pares antissociais e altas taxas de criminalidade.

Mesmo havendo danos psicológicos tal violência é a menos diagnosticada e denunciada do que a violência física, o que contradiz com os números, pois, é a mais prevalente e causadora de danos no desenvolvimento cognitivo e emocional, comparadas aos danos da violência física. Isso se dá, pela complexidade distorcendo o mapa psicológico da vítima que vivencia situações tensas de agressões verbais que serão traumáticas e incisivas na personalidade. As consequências mais observadas de ordem psicológica em adolescentes são de ansiedade, depressão, insegurança constante, transtornos de estresse pós-traumático, distúrbios alimentares, tentativas de suicídio e embotamento (ABRANCHES & ASSIS, 2011).

Pode-se elucidar também as adolescentes, a adoção de comportamentos de risco, provenientes dos traumas gerados, sendo eles: abuso de álcool e outras drogas, gravidez precoce, problemas mentais, comportamentos agressivos, prostituição e tentativas recorrentes de suicídio na adolescência ou idade adulta (BRASIL, 2008).

Portanto, as consequências da violência infligida podem decorrer de uma ação psíquica e/ou somática, mas, sempre acarretará em dor e trauma psíquico, para qualquer tipo de violência. Ainda que na violência física sobressaia a dor somática, é sempre a dor psíquica que vigora como fator traumático e desestruturante da personalidade, é um trauma doloroso que comove e irrompe a estruturação psíquica do seu eu, do seu ser, da sua vida (SILVA, 2002).

Entretanto, as configurações da violência sexual contra adolescentes têm se tornando um problema de saúde pública. De acordo com Papalia e Feldman (2013), ao todo, 1 a cada 4 adolescentes foi vítima de violência sexual seja por namorado, conhecido ou familiar. A Unicef (2021) revela que a maioria das vítimas, aproximadamente 80% da violência sexual ocorre com adolescentes meninas na faixa etária de 15 e 19 anos, com prevalência de autores do ambiente familiar, desses crimes alguns acabam sendo letais como maneira de silenciar a vítima.

A violência sexual acontece por meio da diferença de idade entre o agressor e a adolescente, com impossibilidade da vítima consentir em razão da desigualdade de poder e da condição mental. Para Santos e Costa (2011) a violência sexual está situada nas relações sociais e familiares, de ordem cultural, de valores e socioeconômico, como ressaltado pelos autores:

Somam-se a isso os aspectos socioeconômicos que, apesar de não serem determinantes e de não limitarem a ocorrência da violência sexual às classes menos favorecidas, agregam maior complexidade ao fenômeno, promovendo maiores prejuízos além daqueles provocados pela situação sexualmente abusiva. As ações de proteção, então, devem focalizar a imediata resolubilidade dos casos, com o objetivo de dirimir os efeitos nefastos da violência sexual e das condições contextuais que ampliam a condição de vulnerabilidade das crianças e adolescentes vítimas (SANTOS, COSTA, 2011, p.530).

Assim sendo, a violência sexual por si coloca a adolescente em situação de vulnerabilidade, por ser a imposição de poder sobre um sujeito que não consegue se opor a tal ato violento. Porém, quando a violência sexual é incidida em um contexto familiar se torna algo mais abrupto, principalmente, pelas mudanças na constituição familiar e econômica, quando o agressor é o provedor da família tende a perder o sustento dificultando a estabilidade econômica e psicológica da família, gerando uma vulnerabilidade social maior. Na tentativa de proteger a adolescente, há o deslocamento da vítima para outro ambiente em que um responsável assuma seus cuidados ou a modificação da configuração familiar para que esta possa continuar sobre o poder familiar.

Nessa condição de suporte a família da vítima o Estado é falho e ineficiente quando não oferece auxílio para a reparação dos danos, para enfrentar a crise que se segue após a denúncia tanto para a vítima como a família (SANTOS, COSTA, 2011). Proporcionando outras violações de direitos para essa adolescente, que deveriam ser garantidos como descritos pelo ECA como o respeito, dignidade, liberdade, saúde, moradia, alimentação, lazer, educação, convivência familiar e comunitária e desenvolvimento de uma sexualidade saudável, que se estendendo aos demais familiares.

Contudo, analisa-se que não basta denunciar somente as tipificações da violência que atingem as adolescentes no contexto de vulnerabilidade socioeconômico e familiar para que seja interrompida, é necessário que os sujeitos e o Estado estejam preparados para atender tais demandas que cercam as adolescentes.

3.7 A violência doméstica e o feminicídio²: o mal do século para o gênero feminino

Em muitos dos relacionamentos atuais são deparados com relações abusivas, dessas resultam em comportamentos violentos, principalmente, com características de violência física, sexual e psicológica. O abuso mantém a relação de poder do abusador sobre o abusado, que é tido como o seu objeto, nas relações abusivas, o poder está no cerne da questão, ela demonstra a desigualdade existente entre as forças do abusador e do sujeito que sofre o abuso. O poder é então uma via pela qual a força física ou simbólica será aplicada, no intuito de atingir determinado objetivo.

Diante disso, a violência permeia nesse aspecto enraizado por dinâmicas sociais que nem sempre são percebidos como tais, se caracterizando por violências que podem ser fatais, por um lado, trafegam entre redes de culturas que tolera a opressão. As adolescentes no caso, também são acometidas ou presenciam experiências através do ambiente familiar, ou seja, as vítimas são ligadas diretamente ou indiretamente podendo reafirmar essa cultura de opressão desde cedo ao sexo feminino e de vulnerabilidade.

Nos tempos atuais, o conceito de vulnerabilidade envolve os fatores de riscos determinado por ambientes que não oferece qualidade de vida digna, do contexto e relações opressivas e patriarcais, que percorre em várias classes sociais, etnias e idades. De acordo com Giddens (2002) existe uma forte relação entre os riscos e modernidade, sendo a maneira como organizam o mundo social, de modo geral, em constante processo de transformação.

As relações sociais são construídas através do convívio e desse mundo social, ambientes violentos tende a transmitir uma cultura machista e de dominação do sexo masculino, e de subordinação do sexo feminino, tornando-se um ciclo vicioso da violência contra a mulher reproduzindo esse comportamento em gerações futuras, “[...] em decorrência de um processo de aprendizagem com base na imitação de modelos. Por isso, uma rede de atendimento adequada, com ações necessárias para quebrar esse ciclo de violência, mostra-se tão imprescindível” (JUNG, CAMPOS, 2019 p. 90).

Na atualidade, a violência contra a mulher é um dos fatores de risco que servem de alerta para a sociedade, por ter se tornado um problema que mata, fere e deixa marcas nos sujeitos. Contudo, as adolescentes também sofrem com esta violência, dentro do núcleo familiar, causadas por companheiros, parentes ou responsáveis, dentro dessas predominam os

² Feminicídio é um termo usado para assassinatos de mulheres no ambiente doméstico, crime este baseado no ódio ao gênero feminino ou pela aversão ao gênero da vítima, porém, as definições variam dependendo do contexto cultural.

casos de violência contra a mulher, que ocorrem dentro das relações de conjugalidade, relacionamento íntimo ou casamento.

Perante o agressor, a vítima evidencia uma posição subalterna que ocupam nas relações de gênero e/ou geração, facilitando a cultura de naturalização da violência (ARPINI, SAVEGNAGO, WITT, 2017). Sendo que, a violência doméstica é o estopim para outras formas de violência que ocorrem no âmbito familiar, às mulheres em sua maioria não estão sendo assassinadas por “estranhos” e sim por pessoas do seu convívio familiar. Isso torna a situação mais agravante, causam sentimento de revolta e de culpa por ser um dos motivos da desestruturação familiar. Por isso, que a violência é vivenciada pela família e a vítima de maneira silenciosa, por anos ou até se tornar algo fatal e cultural.

Isso demonstra como a cultura e a modernidade, ainda têm fragilidades no que diz respeito à cultura machista e de dominação perante a mulher, que também abarcam as adolescentes quando não possuem auxílios necessários para o enfrentamento da violência contra a mulher e o rompimento dos ciclos de violência que podem se estender anos ou até a fatalidade. Desse modo, compreender os fenômenos sociais, a relação e interação com o outro e a sociedade (contexto), traz subsídios para identificar como o feminicídio se tornou uns dos crimes “mais comuns” no Brasil, que haja intervenções eficientes para que mulheres não sejam mortas por seus companheiros e muitas das vezes na frente de seus filhos.

Neste aspecto, o feminicídio se tornou uns dos assuntos mais gritantes e o ápice da violência contra o gênero feminino, destacando-se ainda mais, nesse período de isolamento social devido à pandemia do Covid – 19 desde o seu início, trazendo maiores indícios de brutalidade contra o gênero feminino (OKABAYASHI, *et al.* 2020).

Conforme Saad (2018) o feminicídio é a maior violência da expressão do ódio ao sexo feminino, da misoginia³ e da autarquia do sexo masculino sobre o feminino, sendo uma das causas de mortes de mulheres mais brutais no Brasil. Constituindo o desfecho que se materializa através de um ciclo de violências, justificada por uma ordem social de subordinação e dominação, denunciando os fatores externos que determina a prevalência e a justificativa existente ainda na sociedade moderna.

Percebe-se que esse processo de mudança na perspectiva da violência em tempos atuais não acontece, devido ao fato da mídia e a sociedade naturalizam esse fenômeno tão violento, talvez seja isso que o Brasil é referência negativa nesse aspecto (JUNG, CAMPOS, 2019). Com isso, se faz necessário medidas urgentes de intervenções mais severas e eficazes,

³ Nome dado para aversão ou desprezo às mulheres.

pois, o sistema judiciário e de primeiros atendimentos possuem lacunas que inviabiliza intervenções mais eficazes.

De acordo com Jung, Campos (2019), as famílias expostas ao feminicídio e a violência contra mulher, devem ser asseguradas com serviços de saúde e proteção garantindo o acolhimento, acompanhamento médico, psicológico e social. As redes de atendimentos deveriam ter o propósito de oferecer subsídios para mudar a realidade e o contexto social que vive, mas nem sempre é dessa maneira que funciona os órgãos competentes por falta do Estado entender essa demanda de maneira ampla.

De acordo Giddens (2002) a partir do momento, que o indivíduo tem o conhecimento da auto identidade, ele passa impedir os acontecimentos que possam vir a prejudicar, na qual o indivíduo precisa se arriscar para mudar, no que causa inseguranças e medos, um processo de transformação normal.

O feminicídio traz dificuldades que perpassa por diversos aspectos, dentre eles: os reflexos na personalidade/identidade, o comportamento e o emocional, as representações sociais que são advindas dessa violência diante da construção humana, principalmente, nas suas vítimas indiretas ou invisíveis (crianças e adolescentes do ambiente familiar) que passam despercebidas.

As vítimas indiretas/adolescentes que faz parte deste microsistema familiar de violência doméstica e feminicídio, funciona como fator de risco para o desenvolvimento, a qual pode vir a expressar raiva, medo, ansiedade, revolta contra o agressor e vítima, desconfiança, diminuição do desenvolvimento cognitivo e dificuldade de aprendizagem, relações evitativas, baixa autoestima, medos sem motivo eminente, ambivalência de sentimentos e percepção distorcida de si mesmo e de sua família (REIS, PRATA, PARRA, 2018).

Os prejuízos no desenvolvimento da adolescente podem ser de curto, médio e longo prazo, sendo de ordem tanto física quanto psicossocial, podendo ser tão desgastante que reflita em comportamentos e atitudes desajustadas também na idade adulta. Fazendo-se necessário discussões de enfrentamento para combater a violência contra a mulher, reflexões sobre o “eu”, reconhecendo o gênero feminino e empoderando-as na construção da subjetividade (psiquismo) e da identidade. Por mais, que as mulheres tenham conquistado os seus direitos, é preciso continuar lutando pela igualdade.

Um problema social, que necessita de políticas públicas para minimizar os efeitos dos traumas e das consequências psicológicas que agravam ainda mais a condição, medo e insegurança ao sexo feminino e a transmissão entre culturas e gerações patriarcais, rompendo com o ciclo da violência. É preciso infringir a invisibilidade da problemática, nomeando e

desconstruindo estereótipos discriminatórios, denunciando para não compactuar com a violência, conhecendo as dimensões que vai além do fenômeno social, desnaturalizando práticas enraizadas por gerações e relações pessoais que estão contribuindo para a perpetuação de mortes de mulheres.

Só assim, começara a construir uma modernidade compatível com as transformações da globalização, de modo a contribuir tornando-se as relações mais estáveis e sólidas, para um futuro melhor por meio do qual o gênero feminino não precise viver com medo, desenvolvendo suas potencialidades e possam vivenciar suas escolhas de forma plena, sem serem silenciadas pelo machismo, decorrente de uma sociedade que mata mulheres por motivos banais.

É preciso ensinar e conscientizar a sociedade como um todo, de que as oportunidades existem e são para todos independentemente do gênero.

4 A EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE ENFRENTAMENTO ÀS ADVERSIDADES DE MENINAS ADOLESCENTES

São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução.
Silva, 2010

Em seu contexto histórico a educação formal no Brasil, é voltada para o atendimento as elites com objetivo de favorecer aqueles em condições boas em que possam “contribuir” com a sociedade. Desse modo, as classes sociais menos favorecidas sempre tiveram seus direitos básicos negados, elevando as desigualdades sociais presentes no país até hoje.

No final dos anos 80, houve o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal em 1988 no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, destacando em seu Art. 205 que a educação é direito de todos sem distinção, sendo um dever do Estado e da família a garantia, de promover e incentivar com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho e para sociedade (BRASIL, 1990). Percebe-se que após a inserção da garantia dos direitos das crianças e adolescentes, houve movimentos de governos nacionais para reverter o quadro de exclusão social.

Neste sentido, há a garantia por lei ao acesso e a permanência da criança e do adolescente nas escolas, garantido no Artigo 54 que é dever do Estado:

Garantir ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; Oferecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; Oferecer atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; Promover atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Lei nº 13.306, de 2016; BRASIL, 1990, p.47).

No mesmo sentido, o Artigo 53 do referido documento, aponta que “a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990, p.46).

Para Cury (2007) o direito à educação parte do reconhecimento de que o “Saber” sistemático é mais do que uma importante herança cultural, é também a forma como o cidadão torna-se capaz de absorver padrões cognitivos e formativos, pelos quais tem maiores possibilidades de participar ativamente da sociedade, colaborando na transformação e o desenvolvimento da mesma.

Com o passar dos anos, e após a referida Constituição de 1988, a escola passou a ser uma instituição de promoção à educação, tornaram-se veículos para a sociedade no aperfeiçoamento das questões morais e éticas. No entanto, a moralidade é mais que meramente um conjunto de normas sociais, é o comportamento de perpetuar a empatia, respeito e solidariedade de maneira automatizada na sociedade. “Sem a civilização, o homem seria apenas um animal. Foi através da cooperação e da tradição social que o homem se tornou homem. Moralidades, linguagens, religiões e ciências são obras coletivas, coisas sociais” (DURKHEIM, 2011 p. 11).

Sendo assim, para a sociedade a escola tem duas funções básicas para o sujeito, desenvolver suas aptidões individuais e o fortalecimento de questões morais e racionais. Buscando construir o “ser” de cada um, ligados as condições psicológicas da personalidade relacionada as crenças, ideologias e representações advindas do coletivo.

4.1 A educação como instrumento de enfrentamento à vulnerabilidade social de meninas adolescentes

A escola tem como intuito estimular e favorecer a aprendizagem, tem papel fundamental de propiciar subsídios onde os estudantes possam refletir os conteúdos da grade currículos dados em sala e conteúdo de ordem social de levar informação e orientação. E assim, agregarem conhecimento que possibilitem a superação das desigualdades sociais estabelecidos pelas diferenças sociais.

Cada estudante constrói seus conhecimentos baseados nas suas experiências, subjetividades e representações sociais pessoais, porém, a escola tem um papel fundamental em auxiliar e determinar como vai ser construído esse conhecimento, através, da pluralidade de conteúdos educacionais e oportunidades de ensino que integrem esse sujeito para se sentir pertencente à escola e a comunidade, e não como um mero passageiro sem perspectivas futuras (DIAS, ARRUDA, AGUIAR, s/a).

Entretanto, a educação perpassa em outros aspectos sociais, econômicos e cultural, por isso, não basta somente compreender o contexto do desenvolvimento da educação no país, há

de se entender também às pluralidades da vulnerabilização dos adolescentes que recebem esta educação e suas adversidades.

De acordo com Adorno (2001), a compreensão de que embora a educação e a vulnerabilidade sejam um termo amplamente cunhado pelas políticas públicas de assistência social, é preciso considerar seus impactos direto no modo de aprendizagem de estudantes. Uma vez que, seu uso ajuda a ampliar a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos a fruição de sua cidadania, na aprendizagem e desenvolvimento, que são importantes nas dimensões a serem consideradas quando se faz referência à infância e à adolescência.

Para o autor ainda, entende que é necessário destacar diferentes perspectivas da vulnerabilidade que podem se dar no âmbito individual, social e institucional. No individual é marcada pelas ações e experiências do indivíduo, no social quando traduz a forma como a sociedade se estrutura e como as relações são produzidas em diferentes grupos e contextos, e no institucional, que deriva da forma como o Estado responde às necessidades específicas dos indivíduos ou dos grupos sociais no que se refere à garantia dos direitos humanos fundamentais e de cidadania.

Segundo Freire (1967) a pobreza é um dos fatores vulnerabilizantes, juntamente com a não escolarização, que implicam na busca da construção de garantia dos direitos à cidadania. Tendo em vista este pensamento o autor traz a luz no que se refere ao acesso ao conhecimento, ainda nos deparamos com o ensino de péssima qualidade e a falta de recursos e investimentos educacionais. E como consequência, traz situações de analfabetismo, formação e as qualificações de profissionais, inteiramente ligadas a situações vulnerabilizantes e superficiais.

Isso acontece pelo fato das famílias não colocarem a educação como prioridade e reivindicar por um ensino de qualidade, pois, suas preocupações estão voltadas à alimentação, moradia e saúde que são condições básicas de sobrevivência de todos os sujeitos, pois, não há como o sujeito estar em uma escola se a fome, frio, saúde e um lugar seguro onde possa descansar.

Por isso, que para Freire (1967) a educação deve ser baseada na conscientização, na colaboração, participação, responsabilidade social e políticas da comunidade e sociedade, assumindo um papel de mudança e transformação social. Além disso, educar é motivar o sujeito a ser protagonista do mundo e de sua história, para ser um sujeito ativo de transformações e possibilidades, reinventando, empoderando e emancipando de rótulos, representações e crenças, que colocam em uma posição de passividade e de exclusão.

A educação de modo generalizado e universal em seu contexto histórico, criou conceitos baseados no ensino, educação, conhecimento e formação, uma percepção

simplificada sobre um processo ainda mais profundo sobre o ato de educar, que obrigatoriamente deveriam ser exigidas por gerações, condicionando comportamentos futuros que até então foram-se perdidos. É preciso submeter a limitações e regras, para possibilitar a construção de uma sociedade mais segura e estável, atendendo as necessidades sociais.

Contudo, a educação somada à outras ações complementares se tornam uma forte aliada no combate ao estado de vulnerabilidade. A escola constitui uma experiência organizadora central na vida da maioria das adolescentes, oferecendo oportunidades para obter informação e organizar os processos cognitivos, aprender novas habilidades e aperfeiçoar antigas, participar de atividades esportivas, artísticas e grupos dos mais variados âmbitos, explorando opções vocacionais e fazer amigos, ampliar os horizontes intelectuais e sociais de que o mundo pode ser além do que se conhece a ser explorado.

Algumas adolescentes, porém, vivenciam a escola não como uma oportunidade, mas como, mais um obstáculo no caminho para a vida adulta e um lugar de fazer amigos e passar tempo. Segundo a Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo (2021) a ideia supracitada pode também ser sustentada quando observa adolescente ao receber a educação adequada para sua idade/ano, concretizam a aprendizagem e o desenvolvimento em um espaço/tempo. Que são permeados por oportunidades que ofereçam condições materiais, ambientais, metodológicas e psicossociais adequadas às necessidades dos estudantes, disponibilizando práticas pedagógicas que contemplem as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de aprendizagem a se fortalecerem.

Para Vigotski (2007), a educação tem como função potencializar as funções psicológicas superiores como atenção, memória, linguagem e autorregulação, que possibilita as adolescentes um desenvolvimento psicoeducacional de melhor qualidade.

Portanto, quando a educação é oferecida aos sujeitos em condições objetivas, materiais e de qualidade, as mesmas conseguem alterar suas realidades, reforçando a ideia de que as situações de desigualdades produzem o efeito e o distanciamento entre o indivíduo e os seus direitos. Por isso, não se pode usar o conceito de que o sujeito em vulnerabilidade se revitimiza e não consegue ter resiliência para superar as adversidades, pois, seria o mesmo que negar os impactos de estruturas do poder público na proteção social de estudantes, para o rompimento dos ciclos de precarização da vida fragilizada que dificulta os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Destaca-se ainda, que por mais que a educação seja um fator diferencial no combate a vulnerabilidade e o enfrentamento as adversidades, mesmo que embora esteja presente nas populações empobrecidas, em razão das injustas distribuições de renda e das precárias políticas

públicas, voltadas para a equiparação de oportunidades não se cumpre o seu papel estabelecido. As políticas educacionais são escassas quando se retrata a essa demanda, em que coloca o sujeito em situações de adoecimento e marginalização pelo o contexto em que está inserido e por apenas uma cobrança dos órgãos de proteção à criança e adolescente.

Pois, nas sociedades capitalistas observa-se modos de vida complexos, nos quais as questões de cunho econômico não são as únicas determinantes para que uma adolescente seja vista como vulnerável, as violências praticadas contra as adolescentes e conflitos familiares são variáveis sociais que expõem esses indivíduos à extrema vulnerabilidade e sofrimento (ARROYO, 2012).

De acordo com o autor supracitado:

Não há dificuldades em se admitir os danos e o sofrimento causado pelas violências física ou sexual sobre o corpo físico e emocional de uma adolescente, mas ainda há, grandes desafios quando se busca estabelecer relações entre a educação promotora de saberes e fazeres e a violência psicológica ou institucional e o baixo desempenho acadêmico de um estudante, uma vez que tendemos a atribuir tal questão às características biológicas e intrínsecas aos sujeitos, negando o papel do meio e das relações sociais perversas nos processos de vulnerabilização da aprendizagem (ARROYO, 2012, p. 30-31).

Para que esta população possa ter, e que a educação chegue a atingir suas diretrizes, é preciso que os envolvidos no processo educacional entendam as vertentes sociais e pessoais das adolescentes de comunidades pobres, trabalhando a partir de suas representações, subjetividades e oportunidades futuras. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 15 toda criança e adolescente tem direito a liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

4.2 Deficiências do sistema educacional e do Estado na garantia de direitos de adolescentes em condições socialmente vulneráveis

Um das maiores dificuldades do Estado em garantir os direitos de adolescentes, no tocante à educação, em estado de vulnerabilidade é a própria exclusão e evasão escolar. Segundo Puente (2021) no ano passado a evasão escolar no Brasil chegou a mais de duzentos e quarente e quatro mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. Outro fator que contribui para a não garantia do sistema educacional é a própria cultura do fracasso escolar, dado este que

aumentou devido à pandemia da covid-19, uma vez que uma das principais causas da vulnerabilidade de jovens no país é a pobreza. Na qual, o estado de calamidade pública contribuiu com a cultura do fracasso escolar, uma vez, à falta de acesso de aparelhos eletrônicos e o ensino remoto à educação, milhões de jovens ficaram sem acesso às aulas escolares.

Para Carara (2017) no cenário social da adolescência, com toda a representatividade de dificuldades o mesmo não consegue lidar, na escola com os profissionais da educação também não é diferente, por isso, que buscam ajudar como podem, mas, suas limitações diante de classes superlotadas e falta de tempo para uma dedicação efetiva, fazem com que esta fique sem ajuda diferenciada que precisaria para se desenvolver intelectualmente. A vulnerabilidade social enfrentada por adolescentes aborda diversas modalidades de desvantagens sociais, principalmente, a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais ou vinculados à violência. As relações em contexto de vulnerabilidade social geram adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida.

A escola por ser o local da comunidade onde se encontra uma grande parcela de adolescentes que convivem durante a maior parte do tempo de suas vidas, é também além da família uma instituição que exerce forte influência no desenvolvimento das mesmas. A escola, junto com a família, permite a humanização e a educação, a construção da autonomia e o sentimento de pertencimento ao grupo social. Neste sentido, a escola deve promover um ambiente e práticas que facilitem à aprendizagem, a criatividade, a expressão dos potenciais, a socialização, através de uma conduta ética de respeito, apoio recíprocos e empatia (DABAS, 2005).

A escola também dispõe de uma autoridade em continuação com a da família, por ser uma instituição responsável pelos processos de desenvolvimento educativo e afetivo da adolescência, pois, a mesma também é instituidora de normas, regulamentos e proibições. Porém, atualmente nas escolas enfrenta-se desafios como políticas culturais e educacionais desarticuladas e com lacunas, com falta de recursos e de continuidade de programas e projetos pedagógicos, as escolas ficam paralisadas, fragilizadas diante das situações adversas que enfrentam (PEREIRA, 2009).

De acordo com Fonseca (1995) as dificuldades encontradas nas escolas vêm desde antigamente, no século XII e XIV em que a iniciação escolar começava aos treze anos de idade, desde então, historicamente falando a sociedade e o ensino educacional passou por diversas transformações. Assim como, também o reconhecimento das dificuldades de aprendizagem que podem ter diversos fatores interligados e ser um fenômeno que afeta a vida de várias pessoas,

e por isso, não se pode falar somente de crianças com diagnósticos de transtornos ou déficits de aprendizagem, mas também, adolescentes e adultos.

A dificuldade de aprendizagem também se encontra em vários fatores como: fome, desmotivação, falta de estímulo, desestrutura familiar, problemas pessoais, que interferem na aprendizagem e prejudicam no desenvolvimento do aluno.

Nesse cenário, o Estado revela o seu papel punitivo em detrimento da garantia da proteção integral. As poucas e tímidas tentativas de oferecer resposta às expressões da questão social na contemporaneidade, pauta-se na aquisição de medidas coercitivas para se reestabelecer a ordem pública, sustentando a falsa promessa de uma cultura de paz em defesa dos direitos de todos em uma sociedade que também clama por justiça, como se essa pudesse ser legitimada em um sistema opressor e eficaz, capaz de garantir o encarceramento indiscriminado dessa população socialmente vulneráveis.

Desta forma, a vulnerabilidade vivenciada pelas adolescentes possui fortes vínculos com a condição socioeconômica, culturais e as relações do contexto onde estão inseridas, principalmente, em comunidades pobres, que dificulta, por conseguinte, o seu acesso às estruturas de oportunidades e instrumentos disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Ocasionalmente em grandes tensões, agravando a inserção e integração de adolescentes diretamente em algumas situações e relações de riscos a integridade física e psicológica, aumentando a violência e criminalidade (ABRAMOVAY, 2002).

Em consequência disso, são delimitadas as políticas com efeitos parciais, incidindo em situações difíceis e graves por haver uma diversificada demanda e aspectos. Desse modo, as experiências negativas e a negação dos direitos aos princípios básicos de sobrevivência e de cidadania, torna-se um fator que marginaliza e as adocece durante o processo de socialização.

De acordo com Oliveira, *et al*, (2020) as pressões socioeconômicas vividas, constantemente, somam ainda mais o aumento dos riscos acerca da pobreza, que são classificados como fatores vulnerabilizantes para o adolescente, e, o principal reflexo nas iniquidades sociais em seu bem-estar muitas vezes é a dificuldade de acesso à educação e saúde pública um retrato das exclusões sociais no país.

Quando esse processo é ineficiente, ocorrem diversos fenômenos sociais e pessoais que desencadeiam fatores negativos, ocorrendo o desenvolvimento não saudável, levando a promover características de insuficiência, agressividade e de vulnerabilidade (PAPALIA, FELDMAN, 2013). Esse acesso aos fenômenos sociais negativos demonstra ainda mais os aspectos da desigualdade social que se faz tão presente no país.

Para Bourdieu e Passeron (1992), o sistema educacional converte-se em uma engrenagem de reprodução cultural e social que, por meio de processos caracterizados como violência simbólica, transformando a desigualdade social em desigualdade escolar, e estas formam desiguais a distribuição do capital simbólico, cultural, social e econômico. Desse modo, considera-se que quanto maior o nível de vulnerabilidade econômica, maior é a evasão escolar entre adolescentes socialmente vulneráveis, devido à descrença e a limitação para novas possibilidades de perspectivas de futuro melhores.

Assim como, quanto maior o nível de vulnerabilidade social maior é o nível de riscos, maior é a necessidade de criar condições de enfrentamento para adolescentes em comunidades pobres, fazendo-se imprescindível olhar para as mesmas dando visibilidade e voz, para que encontrem alternativas para enfrentar adversidades diante de sua condição. No entanto, quanto maior o nível de vulnerabilidade social menor é a influência das políticas públicas de atenção às adolescentes em condições de vulnerabilidade.

4.3 As políticas públicas de assistência social voltadas a comunidades pobres

Segundo BRASIL (1988) a assistência social é uma política de seguridade social não contributiva, de responsabilidade do Estado, que visa garantir aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais a sobrevivência, a acolhida e o convívio familiar e comunitário, por meio de programas, projetos, serviços e benefícios de proteção social, hierarquizados em proteção básica e proteção especial.

A seguridade social compreende-se como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar, prevenir e reparar danos com objetivo de garantir os direitos relacionados à saúde, à previdência e à assistência social. A inserção da assistência social na seguridade social destaca o seu caráter de política de proteção social, articulada a outras políticas sociais para garantia de direitos e condições dignas de vida.

Articulado como sistema, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS pressupõe a gestão compartilhada e o cofinanciamento da política de assistência social pelas três esferas de governo, com clara definição das responsabilidades técnico-políticas de cada uma delas. Além disso, o sistema define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política, o que possibilita à normatização dos padrões dos serviços prestados, a exigência de qualidade do atendimento, a definição de indicadores para o monitoramento e a avaliação das ações, a nomenclatura e estratificação dos serviços e da rede socioassistencial (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS/2004).

A Política Nacional de Assistência Social (2004) se subdivide em três tipos de serviços: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional. Os serviços de proteção social são destinados à segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar. Incluem-se na vigilância social as ações direcionadas ao conhecimento da demanda por proteção social, ou seja, a construção de indicadores e de índices territorializados para sistematizar informações sobre situações de vulnerabilidade da população. Por fim, as ações destinadas à defesa social e institucional buscam informar a população a respeito dos direitos socioassistenciais.

Em 1988 a Constituição Federal afixou os direitos humanos e sociais como responsabilidade do Estado, isso contribuiu para um importante marco na construção das políticas públicas no Brasil. Em 1993 a assistência social foi regulamentada através da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS na Lei nº 8.742/1993, instituindo os artigos constitucionais que se referem a assistência social, possibilitando mudanças na estrutura e nos conceitos de assistência. Contudo, estes avanços enfrentaram inúmeras barreiras para efetivação dos direitos garantidos pelo texto constitucional (SIMÕES, 2011).

A LOAS complementa os art. 203 e 204 da Constituição Federal Brasileira, transformando aquilo que era campo de assistencialismo em área de política pública, na perspectiva de garantia de cidadania sob vigilância do Estado. A Lei Orgânica de Assistência Social estruturou o financiamento das políticas de assistência assegurando a participação de representantes da população e o controle das ações desta política, isso por meio dos Conselhos de Assistência Social (Municipais, Estaduais e Nacional).

Em dezembro de 2003, com a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), diante da proposta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), numa versão preliminar, elaboraram e aprovaram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com objetivo de redirecionar a política de assistência social e de construí-la de forma coletiva. Desta forma, se tem a deliberação pela construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisito importante para materializar o conteúdo da LOAS (BRASIL, 2005). A PNAS/2004 organiza e estabelece o SUAS como modelo de gestão descentralizado e participativo.

Em 2011 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da Lei nº 12.435, altera a LOAS, dispondo sobre a organização da Assistência Social. Contudo, cada uma dessas conquistas e regulamentações contribuiu para o fortalecimento do SUAS e das políticas de Assistência Social. O processo de implantação do SUAS, na direção da universalização dos

direitos socioassistenciais, produziu impactos na vida da população usuária dos serviços, tendo como estratégia central a implantação dos Centro de Referência Assistência Social – CRAS e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Segundo a PNAS/SUAS para o atendimento de indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, são ofertados serviços de proteção social básica (CRAS) e especial (CREAS), de acordo com o nível de vulnerabilidade dos indivíduos e famílias. A Proteção Social Básica busca ofertar serviços de prevenção de situações de risco pessoal e social através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A unidade de referência desse serviço é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública da Assistência Social que oferece atendimentos individualizados (ou em grupos) a indivíduos e famílias. Nestes atendimentos, as pessoas podem compartilhar questões diversas relativas ao seu dia-a-dia em família e na comunidade, a exemplo das suas dificuldades de relacionamento, de sobrevivência, dos cuidados com os filhos e até situações mais delicadas como violência doméstica.

Segundo o Ministério da Cidadania (2021), as equipes profissionais do CRAS procuram compreender a situação de cada família e identificar as suas necessidades, indicando como a Assistência Social poderá contribuir para melhorar suas condições de vida e suas relações familiares e comunitárias.

No CRAS também são organizados grupos, de acordo com a idade dos participantes que vivem na área de abrangência da unidade. Nesses grupos são desenvolvidas atividades com o objetivo de promover a socialização, a integração e o fortalecimento dos relacionamentos familiares e comunitários além de outros processos como:

- Encaminhar para acesso a serviços socioassistenciais;
- Encaminhar para as demais políticas públicas;
- Incluir no Cadastro Único para Programas Sociais;
- Orientar e encaminhar para acessar benefícios eventuais e ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Ter acesso a programas sociais do município;
- Emitir a Carteira do Idoso, que dá direito ao transporte gratuito interurbano e interestadual;
- Tirar suas dúvidas sobre seus direitos e como conseguir acessá-los.

Enquanto que, a proteção social especial é destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social devido à violação de direito, como por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias

psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil e outras (BRASIL, 2005).

Sendo assim, é organizada em dois níveis específicos de complexidade, em Média e Alta Complexidade, cuja unidade de referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para o Ministério da Cidadania (2021), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da Assistência Social que atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências. Uma pessoa será atendida no CREAS, entre outras situações, por sofrer algum tipo de assédio, de discriminação, de abuso, de violência ou por demandar cuidados em razão da idade ou deficiência.

No CREAS são realizados atendimentos especializados de forma individual ou em grupo, que envolvem atividades coletivas e comunitárias. Além disso, no CREAS também é realizada orientação sobre acesso a benefícios e programas da Assistência Social e de outras políticas públicas e são fornecidas informações para defesa de direitos. Alguns exemplos das situações que são atendidas no CREAS são:

- Violências que ocorrem na família, a exemplo de: abandono, negligência, violência física ou violência psicológica;
- Discriminação por raça/cor e etnia, gênero, idade, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência;
- Trabalho infantil;
- Afastamento ou rompimento do convívio familiar;
- Cumprimento de Medidas Socioeducativas: duas modalidades são acompanhadas pelas equipes do CREAS: prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida;
- Violência Sexual (tanto o abuso, quanto a exploração sexual);
- Dependência de cuidados por causa da idade (idosos) ou por causa de deficiência (qualquer idade);
- Vítimas de calamidades ou emergência social, como no caso do rompimento de barragens, enchentes, secas e migrantes.

No âmbito do trabalho do CREAS são ofertados serviços de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade que são destinadas as famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, e ainda, não houve o rompimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005), buscando a reconstrução de vínculos, visando o fortalecimento da função protetiva da família para o enfrentamento de situações de violação de direitos. E por fim, A Proteção Especial de Alta Complexidade, é destinada as famílias e indivíduos que necessitam

ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário, devido a rompimento de vínculos por meio de abrigo ou acolhimento em casas lares.

4.4 O papel das políticas públicas no enfrentamento das adversidades para meninas adolescentes

Segundo Amaral (2008) a função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram, atualmente, a função do Estado se estendeu para promover o bem-estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, assistência social, economia, direitos humanos, entre outros.

Para atingir resultados em diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas que são um conjunto de ações e decisões, voltadas para a solução ou não de problemas da sociedade.

Para Souza (2006) as políticas públicas são como o campo do conhecimento que busca a resolução de um problema de uma determinada demanda, e ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação variável independente, e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações variável dependente. Portanto, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais ou municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público de uma necessidade da sociedade, comunidade ou grupo.

Continuando seu pensamento, o autor supracitado ressalta que as ações que os governantes selecionam como prioridades são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Nesse sentido, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade, isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral, fazendo solicitações aos seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos, tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República para que atendam as demandas da população.

Para entender as ações das Políticas Públicas em relação as adolescentes vulneráveis, Brasil (2004), revela que as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas com base na capacidade de os indivíduos lidarem e enfrentarem as situações de risco.

Portanto, a vulnerabilidade social enfrentada por meninas estaria relacionada à aptidão das mesmas e das suas famílias ou grupos para controlarem as forças que afetam negativamente seu bem-estar, ou seja, se têm recurso para enfrentar as dificuldades e manter o equilíbrio, assim como também recursos para lidar com as adversidades.

Sendo assim, os gestores das políticas avaliam se o que é comumente o que é apresentado pode ser contestável e moldado, se as situações e comportamentos são verdades absolutas devido a constante mutação que as sujeitas vivenciam, em um processo de construção e constituição. Para tanto olha-se todos os fatos com o viés de qualidade, para que dessa forma não às falte as possibilidades e oportunidades dentro da sociedade.

Embora as Políticas Públicas sejam preparadas para atender as demandas que surgem, há muitos fatores que atrapalham os desenvolvimentos dessas estratégias dentro dos espaços, nas quais, essas mesmas políticas são desenvolvidas, seja no campo de acesso, seja no campo do desenvolvimento, há muitas barreiras que por si só acabam por dificultando o trabalho dos profissionais que atuam direto e indiretamente com tais processos (GESUAS, 2017).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um sistema público brasileiro que tem, como objetivo organizar os serviços socioassistenciais prestados no país, de forma descentralizada e valorizando suas articulações nas três esferas do governo. Porém, como qualquer sistema político-social no país, o SUAS encontra dificuldades e desafios que devem ser ultrapassados, não somente por sua equipe de gestão, mas também, por sua equipe técnica que é responsável pelo relacionamento direto com as famílias e indivíduos que recebem os cuidados de cada serviço (GESUAS, 2017). Não é segredo que a obstrução dos recursos públicos no que se refere aos processos de assistências, não dão conta da alta demanda existente no país, principalmente, nos CRAS e nos CREAS, órgãos estes que cotidianamente recebem as maiores demandas de pessoas em vulnerabilidade do país

Para COUTO (2014) tanto o CRAS como CREAS, enfrentam diversos desafios para desenvolver com excelência seus trabalhos, um exemplo é a falta da ampliação das equipes de referência, pois, influencia na qualidade dos resultados produzidos pela política da Assistência Social a qual é diretamente influenciada por equipes de referência reduzidas. Além dos salários, na maioria das vezes, são baixos e a demanda é sempre maior do que a capacidade das equipes, desencadeando relações de trabalho precarizadas para profissional e usuário, tanto na informalização, nos trabalhos terceirizados, temporários, e em tempo menor que o exigido para um trabalho de qualidade.

Outro aspecto segundo o autor é a precarização da articulação intersetorial, como os setores da saúde, educação e assistência social, que precisam trabalhar articulados para terem

consistência e efetividade em suas ações. A intersetorialidade tem o propósito de abrir oportunidades de trabalhos e compreender a complexidade de cada caso nas suas individualidades, principalmente em caráter preventivo. Através de dados dessas três áreas, possibilita analisar a ameaça de fragilidade e rompimento dos vínculos familiares e comunitários, agindo antes que isso tudo aconteça.

A superação de subalternidade também é um aspecto a ser melhorado nas redes do SUAS, uma vez que, os usuários dos serviços e beneficiários precisam compreender que a Assistência não oferece favores ou doações, mas sim, a garantia de seus direitos. Da mesma forma, os trabalhadores do SUAS não podem pensar que são subalternos ou agirem por benevolência, pois a lei lhe dá poder de decisão e autonomia, devendo ser usada sempre que necessário e na sua integralidade. Os sintomas de inferioridade, muitas vezes, são alimentados pela ausência desse posicionamento, é preciso desmistificar a ideia de esmola e defender o que garante a lei, que é o direito à proteção social a todos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social (LAURIANO, 2011).

Outro fator que desestimula os trabalhos tanto no CRAS como no CREAS, é a execução da política de forma articulada, pois a política da Assistência Social é normalmente executada em locais distintos, divididos pelos serviços e benefícios que oferecem. Essa fragmentação pode resultar em ações dispersas e desarticuladas, gerando custos em excesso e confunde o usuário, que precisa se deslocar e circular em vários equipamentos, dependendo da sua necessidade.

Existem ainda, os municípios que repassam os benefícios pelo órgão gestor, e não pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) como deveria ser. O que faz com que o usuário imagine que é um oferecimento do gestor municipal, fortalecendo a ideia de caridade e pedidos eleitorais.

Cruz (2014) revela ainda que a Assistência Social precisa executar os serviços, programas, projetos e benefícios articulados e integrados, superando o velho “Plantão Social”; garantindo Secretarias próprias e adequação de suas nomenclaturas como já foi citado, e está contemplado no Pacto de Aprimoramento do SUAS, que tem como base o Aperfeiçoamento Institucional, visando conforme descrito no PACTO: “Meta 9: Instituir Lei estadual que organiza a Política de Assistência Social; e regionalizar a alta complexidade para municípios de pequeno porte para atender as demandas da proteção social especial de alta complexidade em municípios pequenos, assim como garantir a regionalização do acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

O Pacto também cita a Superação do assistencialismo e do clientelismo, ainda impregnados na Assistência Social, o assistencialismo e o clientelismo precisam ser desvinculados definitivamente dessa política. Cabe também aos trabalhadores tentarem desconstruir essa visão estereotipada, trabalhando de maneira articulada e sistemática, e fazendo cumprir o que está descrito na lei.

O usuário precisa ser orientado para entender que possui direito à proteção social, e não a favores. O trabalhador do SUAS deve defender a importância do seu trabalho, e que se trata de uma ciência e não de caridade. Além do fortalecimento de conselhos municipais e estaduais, conferências e fóruns para que haja o fortalecimento dos movimentos sociais, bem como, os espaços de lutas e resistências, se mostram importante para garantir o debate democrático, controle social e a busca constante por melhorias na política da Assistência Social.

Sabe-se que as dificuldades das políticas públicas no tocante à Assistência Social na contemporaneidade vão além das citadas, e embora as mesmas existam, umas das principais dificuldades é solucionar as questões para além das discussões assim como citadas no PACTO DE APRIMORAMENTO do SUAS 2016-2019.

Contudo, há de se entender que uma vez que as vozes são caladas, as políticas públicas voltadas às adversidades das adolescentes sucumbem ainda mais dentro do processo de vulnerabilização, contribuindo para este Estado, no qual o suporte não dá conta da gama das problemáticas que surgem neste contexto pela escassez de projetos e programas voltados somente ao gênero feminino. Pois, as políticas públicas apresentadas no CRAS e CREAS no âmbito da assistência social para meninas adolescentes, são voltadas as famílias e aquelas que já tiveram seus direitos violados, em uma perspectiva de prevenção e de empoderamento para que sejam emancipadas e reconheçam seu lugar na sociedade, demonstra-se as fragilidades das políticas públicas de assistência social e educacional.

5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MENINAS ADOLESCENTES EM CONDIÇÕES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO

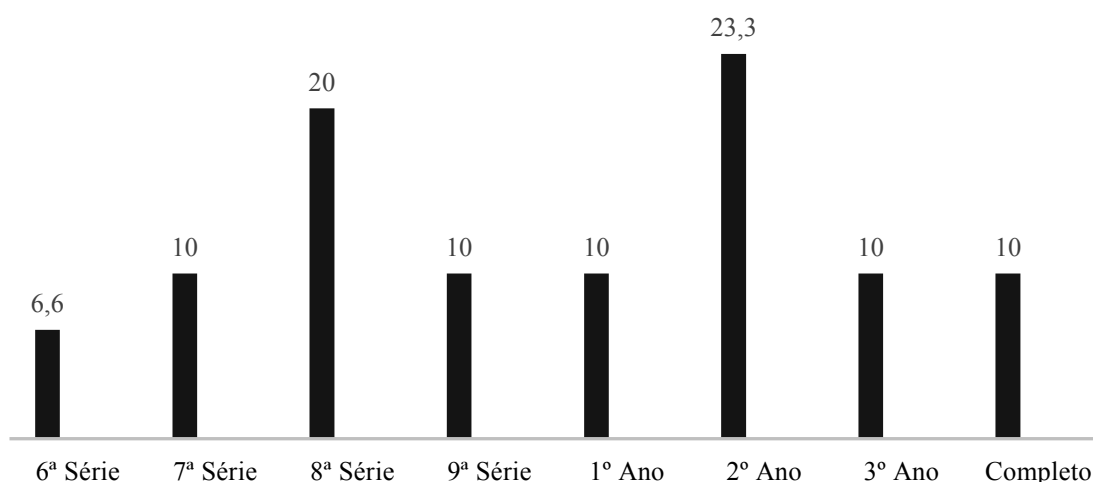
Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.
Paulo Freire

Na presente pesquisa, a totalidade das entrevistadas são beneficiárias do Cadastro Único e pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), adolescentes que tem sido acompanhada a longo tempo, sendo classificados como famílias em condições de vulnerabilidade social.

A pesquisa revelou que entre as entrevistadas 86,6% são solteiras, e entre as casadas 3,33% possuem filhos, e 90% das entrevistadas ainda estudam o ensino fundamental ou médio. Das adolescentes 96,6% não possuem filhos, 86,6% estão solteiras e 13,4% estão casadas. Esses dados indicam que as mesmas possuem conhecimento e informações de prevenção a gravidez precoce, havendo uma queda nos números de adolescentes grávidas entre 12 a 18 anos, como podemos observar nesses percentuais, apenas 3,33% das entrevistadas possuem filhos.

Outro ponto, é questão da escolaridade, todas as meninas estão cursando ou não concluíram os estudos apenas o ensino médio (GRAFICO 1).

Gráfico 1: Grau de escolaridade das adolescentes entrevistadas em vulnerabilidade do Município de Mamborê/PR



Fonte: A autora

Os dados indicam não possuir evasão ou abandono escolar no Município de Mamborê em relação as meninas adolescentes entrevistadas. De acordo com Leite, *et al.* (2016), as adolescentes em contexto de vulnerabilidade social reconhecem a escola como lugar de conhecimento e aprendizagem, com perspectivas de um futuro digno por meio da qualificação. Porém, a permanência e frequência escolar possui o sentido em que proporciona um espaço privilegiado para encontros com amigos, para vínculos afetivos, diálogos, diversão e passar o tempo.

Por outro lado, a família tem papel fundamental na formação humana de qualquer ser humano, e nos aspectos de instituir a educação e preparar o indivíduo para viver a vida, responsável pelas primeiras relações sociais através dos vínculos afetivos, socialização, interação, nas diferenciações entre o mundo da criança, adolescente e adultos, sendo que a família tem importante influência na determinação e organização da personalidade (DURKHEIM, 2007).

Atualmente, as famílias passaram por várias transformações na sociedade, sendo estruturadas em diversos arranjos, as funções básicas e responsabilidades são as mesmas no processo de desenvolvimento físico e psicológico dos membros da instituição familiar. O estudo revelou que a grande maioria das entrevistadas possuem um arranjo familiar tradicional ou próximo dessa condição (quadro 3), compostas em média 3,9 pessoas por família.

Quadro 2: Constituição familiar das adolescentes em vulnerabilidade social

Constituição familiar	%
Residem com a família (pai e mãe)	43,3
Residem somente com a mãe	30,0
Residem com o esposo	13,3
Residem com os avós	6,60
Residem no Abrigo Provisório de Criança e Adolescente – APCA	6,60

Fonte: A autora

Haja vista que, a instituição familiar independentemente da sua constituição exerce a função do processo de formação humana e na personalidade de adolescentes, é o centro e o início das relações essenciais para o desenvolvimento de todo ser humano.

Os processos de formação e constituição da identidade, acontecem através das ambiências culturais por meio das famílias e pelos estabelecimentos de ensino educacional (ABERASTURY, KNOBEL, 1981). Sendo assim, a constituição familiar apresenta um sentido próprio e pessoal para o desenvolvimento essencial em todos os sentidos, caracterizando os

comportamentos, atitudes, ideias, relacionamentos pessoais e interpessoais, além do modo como interpreta a constituição e o significado de família.

Um dado que se destaca em relação ao gênero feminino, é o fato de mulheres criarem seus filhos sozinhas, como demonstraram 30% das adolescentes entrevistadas que vivem somente com suas genitoras. Mas afinal, é possível acreditar que a mulher tem papel importante na sociedade e condições de transformar a realidade? Sendo que, são exigidas diversas tarefas que consomem o seu “ser” e delimitam novas possibilidades, por ter que ser compatível com a rotina dos filhos e sua condição materna.

Além disso, por meio das fragilidades familiares o estudo revelou que 13,3% das adolescentes estão casadas, pois, veem no casamento e no relacionamento a figura de apoio e amparo como descritas pelas mesmas.

Bem como, revelou que 6,6% das adolescentes entrevistadas se encontravam acolhidas no Abrigo Provisório de Crianças e Adolescentes – APCA, sendo que entre os motivos principais é ressaltado que as mesmas foram vítimas ou estavam sobre eminente risco a integridade física, psicológica e social dentro de suas próprias famílias em não garantir os seus direitos que foram violados.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, toda criança e adolescentes tem o direito ao convívio familiar, para o seu desenvolvimento pleno e saudável e quando esta passa a ser violadora perde o direito sobre a tutela do violado.

Mas, quando o risco para as adolescentes está no ambiente familiar, é possível que as mesmas percebem as ameaças e não possuem conhecimento dos fenômenos sociais? Haja vista que não, pois observa-se que a condição psicológica de fragilidade e instabilidade emocional serve como gatilhos para a incidência aos riscos e para perpetuação, devido à escassez de informação e orientação. Por isso, que de acordo com Durkheim (2011) a educação tem papel social importante na formação humana de sujeitos, em levar meios de percepção de ameaças e riscos a sua integridade e possibilidades de buscar a garantia de seus direitos.

Em relação a renda familiar das meninas adolescentes, 40% disseram que em suas famílias alguma pessoa ou os responsáveis possuem emprego, seja formal ou informalmente, no entanto, significativa parcela das entrevistadas (23,3%) relata múltiplos problemas em seu arranjo familiar oriundo do desemprego, dificultando ainda mais as vivências e a qualidade de vida das mesmas. Nessa questão, observou-se elevado nível de desconforto nos relatos em relação a renda familiar, em especial, 20% das entrevistadas não souberam responder por considerar a renda baixa ou não possuíam, esses casos são reportados a famílias que sobrevivem exclusivamente com o benefício do Cadastro Único da Assistência Social, por meio de cestas

básicas e bolsa família. Este fato pode ser comprovado no presente estudo que revelou que 30% das famílias das entrevistadas, possuíam renda familiar menor que R\$ 178,00 reais/mensais, portanto, a condição econômica está abaixo da linha da pobreza definido pela ONU (2020). Destaca-se que outra parte das famílias das entrevistadas (26,6%) possuíam renda mensal menor ou igual a um salário mínimo, portanto classificadas como famílias socialmente vulneráveis.

No município de Mamborê de acordo com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, através dos cadastrados, calcula-se que 37,5% da população vive em condições de pobreza e 12% vive em extrema pobreza com renda de até R\$89,00 reais/mensais. Um número considerado altíssimo comparado a população do Brasil, o que torna mais afirmativo que a realidade não condiz com os dados, pois de acordo com o IBGE (2020), a população apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 0,719.

Com base nisso, as famílias que vivem na pobreza estão em condições vulneráveis e compreende o “ter um emprego” como uma maneira de superação e mudança na qualidade de vida, para suprir suas necessidades e da família.

Segundo Ribeiro (2009) o trabalho possui três dimensões: existencial, socioeconômica e psicossocial. Para a dimensão existencial o emprego possui o papel de estar ativo na sociedade, a possibilidade de existir e construir um mundo à sua volta e as relações psicossociais; a dimensão socioeconômica permite o controle sobre o intercâmbio entre natureza e bens materiais; já as psicossociais é a maneira de dar sentido às experiências, subjetividades e sentimentos na construção ativa do mundo com a realidade.

Contudo, o emprego possui o conceito para as classes sociais com renda baixa, um recomeço, um dar sentido à vida, vista como a única maneira para superar as dificuldades e adversidades.

5.1 Os fatores de risco e ameaças na percepção das adolescentes em vulnerabilidade social

O ambiente onde tradicionalmente vivem as adolescentes em condições socialmente vulneráveis, é mais propício a ocorrência de riscos a integridade física e danos psicológicos gerados pelos variados tipos de violações (Tabela 3).

Tabela 3. Fatores de riscos e ameaças na auto percepção das adolescentes relacionado ao ambiente onde vivem.

Riscos e ameaças percebidas pelas adolescentes		%
1	Conflitos familiares	26,6
2	A falta de compreensão por parte da família sobre a saúde mental das adolescentes	16,6

3	A falta de compreensão por parte dos professores sobre a saúde mental das adolescentes	16,6
4	Cobranças de padrões estéticos e físicos exigidas culturalmente pela sociedade atual	13,3
5	Alcoolismo no ambiente familiar	10,0
6	O desemprego das pessoas da família	10,0
7	Dificuldade de acessar os direitos de adolescentes	10,0
8	Abuso sexual	6,66
9	A pandemia e os efeitos do isolamento social	6,66
10	Violência doméstica	3,33
11	Feminicídio nas comunidades	3,33
12	A falta de policiamento nas comunidades empobrecidas	3,33

Questão com múltiplas escolhas. **Fonte:** a autora

O estudo revelou que os conflitos familiares foram apontados pelas entrevistadas como sendo um dos riscos mais importantes na sua formação presente, e, na estruturação de seus projetos de futuro. No entanto, a família deveria ter um papel fundamental na formação humana e responsável pelo aprendizado empírico nas relações sociais, em especial, pela formação dos vínculos afetivos, para Durkheim (2007) a família tem importante influência na determinação e organização da personalidade do indivíduo, especialmente aquelas na fase de formação.

A instituição familiar independentemente do arranjo que é constituída deveria exercer a orientação do processo da personalidade de adolescentes, essa base familiar deveria também ser o centro das relações essenciais para o desenvolvimento do sujeito.

Os conflitos familiares, em sua maioria das vezes tem origem na fragilidade das relações pessoais e interpessoais no ambiente onde vivem as adolescentes, a não correção desse modelo de relacionamento impossibilita que as adolescentes que vivem no ambiente, com essa fragilidade não tenham o desenvolvimento afetado. E, as primeiras relações sociais acabam gerando influências culturais, subjetividades e comportamentos, muitas vezes, nocivos a vida plena e saudável.

Sendo assim, é relevante considerar o descrito por Aberastury e Knobel, (1981) que a constituição familiar apresenta um sentido próprio e pessoal para o desenvolvimento essencial em todos os sentidos das adolescentes, caracterizando os comportamentos, atitudes, ideias, relacionamentos pessoais e interpessoais, além do modo como interpreta seu dia a dia, a constituição e o significado de tudo relacionado a família e suas relações sociais.

Os conflitos familiares conforme descritos por Terres e Mosmann (2016) está mais fortemente relacionada aos problemas emocionais e de comportamento expressos na adolescência, e em vias de regra estão associados a problemas internalizantes e externalizantes em adolescentes, podem ocorrer por diversos motivos, principalmente àqueles vinculados ao cotidiano familiar, em especial onde a relação conjugal é conflituosa. Os resultados nocivos desta relação, provocam grandes influências negativas na relação com os filhos, contribuindo

para um ambiente familiar permeado por discórdias e promovendo a manifestação de múltiplos sintomas em adolescentes.

O contexto da pandemia do novo corona vírus, embora não tenha sido objeto desse estudo, surgiu nas falas das entrevistadas, é novo vírus altamente perigoso e letal, de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2020), tem causado inúmeras incertezas, é evidente que possuem impactos diretos na adolescência, devido ao isolamento social que prejudica as relações e interações sociais fundamentais para a constituição da identidade, assim como, as perdas do ensino educacional e de aprendizagem.

Porém, a OMS (2020) garante que o isolamento social é o único meio de prevenção e cuidados para a saúde, além das máscaras e o uso do álcool, como meio de proteção coletiva e individual. A pandemia tem agravado os conflitos familiares pelo isolamento social em que os sujeitos ficaram privados de liberdade em suas residências, sem contato com outros ambientes, pessoas e de atividade prazerosa, de algo que considera importante que foi interrompida de forma abrupta. De acordo com a ONU (2022), acarretou em uma série de problemas econômicos com as ondas de infecção por COVID-19, problemas esses persistentes no mercado econômico e de trabalho, com uma perspectiva crescente pela pressão da infração.

Isso gera efeitos nas famílias tensões e conflitos pela falta de acesso a condições básicas de sobrevivência, assim como, problemas de ordem psicológica além das patológicas específicas da COVID-19. Diante dos múltiplos reflexos da pandemia com mudanças significativas na questão social, econômica e psicológica, principalmente nas adolescentes tem gerado reações intensas emocionais e comportamentais, como angústia, medo, tédio, solidão, insônia ou raiva e consumo de álcool e drogas no ambiente doméstico que leva ao agravamento de condições psíquicas já preexistentes, causando uma vulnerabilidade psicossocial maior, com impactos que fomenta a crise familiar e as relações pessoais e interpessoais (SILVA, SANTOS, OLIVEIRA, 2020).

O tratamento desses sintomas físicos e psíquicos derivados da exposição e vivências em situação de riscos, necessita de atendimento especializado como alternativa, para que as adolescentes compreendam a realidade por elas vivenciadas e a partir disso possam ter condições de enfrentamento das situações vivenciadas. Anacleto et al. (2021) relata, que o atendimento a adolescentes é esparso no Brasil, sendo possível aferir o descritivo de que existe uma negação por parte do poder público da necessidade de atendimento diferenciado a esse grupo de pessoas, que necessita de profissionais capacitados para lidar com situações extremadas como a violência física e sexual nas adolescentes e as questões dos conflitos familiares.

A violência física e sexual, é também, uma das principais preocupações dos órgãos de defesa da criança e adolescente, pela incidência maior entre os adolescentes, especificamente o sexo feminino, da faixa etária entre os 10 a 19 anos, violências estas que geram traumas psicológicos para toda vida como transtornos, fobias, síndromes, ansiedade, depressão e dificuldades nas relações sociais. Isso acontece pelas relações estabelecidas de poder dos homens em relação ao gênero feminino, que se convertem em dominação e desigualdade de gênero, que se perpetuam toda a existência do sexo feminino, diversas culturas e povos. (COSTA, BARREIRA, BARROS, SOUZA, 2021; MIRANDA, FERNANDES, MELO, MEIRELES, 2020).

Assim como, a violência doméstica, na qual as genitoras das adolescentes entrevistadas são vítimas e se sentem reprimidas por suportar e lidar com agressões diárias no ambiente familiar. Para Assis e Avanci (2004) quando o ambiente familiar é vivenciado por agressões, intolerância e medo, consequentemente, impactará na autoestima das adolescentes devido as inseguranças, por falta de limites e atitude parental de respeito.

E umas das consequências mais graves da violência contra a mulher é o feminicídio, uma violência fatal ao gênero feminino e o sofrimento advindo é catastrófico (SAAD, 2018). Principalmente, para aquelas que perdem os pais, especificamente a mãe de uma maneira tão banal, isso faz com que, reafirme ainda mais o papel da mulher para as adolescentes de submissão e de dominação, colocando-a em uma posição desagradável a vontades alheias, por não reconhecer e não conseguir se ajustar na sociedade em sua nova condição, pois, suas necessidades básicas serão implicadas na sobrevivência e na proteção social, vindas de relações abusivas e instáveis.

Essas situações negativas, proporcionam as meninas a entender e aceitar a visão de que mulheres devem ser obedientes e submissas. Para Guareschi (2012) a adolescência pode ser considerada um período perigoso ou frágil, propício a contrair os males da sociedade, por isso, da necessidade de regular as experiências e proteger as adolescentes de situações conflituosas e de grandes tensões, para alcançar a maturação e o ajustamento na sociedade.

Bem como, garantir as necessidades básicas de sobrevivência econômica do cotidiano, além de várias outras situações de risco que evidenciam a frágil e debilitada política pública e os atendimentos assistenciais e psicossociais realizados no Brasil. Ainda segundo Anacleto et al. (2021), há um grande número de situações adversas, recorrentes e perversas em que são submetidas as meninas adolescentes no Brasil, tem gerado de forma recorrente a depressão oriunda do sofrimento psíquico, a inserção de jovens na criminalidade, a prática de homicídios, os conflitos familiares, o sentimento de ser oprimido, o uso de drogas, que muitas vezes tem

como reflexo indireto no abandono à educação e a gravidez precoce, que são problemas de saúde pública considerando que as jovens devem ter o direito a um futuro saudável, equilibrado e justo. Pois, o Estado não tem cumprido com o seu papel de provedor da assistência e garantia de serviços de qualidade no atendimento humanizado e necessário as adolescentes socialmente vulneráveis.

Neste contexto, muitas vezes as jovens se sentem abandonadas pela família, abandonadas pelo Estado, e se sentem sujeitadas a uma condição agravante devido as dificuldades econômicas e sociais que gera inúmeras vezes o constrangimento, vergonha e o sentimento de rejeição que pode, inclusive, limitar as possibilidades de futuro pelas violências sofridas. Nesse ponto destaca-se a falta do Estado, de apoio e recursos que deveriam ser garantidos por lei sobre a segurança pública de comunidades pobres, no entanto, acabam sendo esquecidas tornando-se comum a falta de acesso à segurança, o que afirma que o Estado é ineficiente e ausente em suas políticas públicas de segurança e proteção.

Aparentemente, as questões de riscos e ameaças relacionada as meninas adolescentes em condições de vulnerabilidade social, se apresentam em um cenário pouco esperançoso onde a assistência e cuidados específicos a esse grupo de pessoas, são marcados por ações esparsas e fragmentadas. Evidenciando uma lacuna entre as necessidades reais e os serviços disponíveis ao atendimento das mesmas, e aparentemente esse cenário no que tange aos conflitos familiares não apresentam perspectivas de mitigação, dado que são atrelados a outros fatores como a educação, economia, e meio social.

O processo de construção das identidades em adolescentes se dá nos espaços por elas vivenciados, sejam no ambiente familiar ou nos espaços sociais das comunidades onde vivem, e de suas relações de gênero, classe social, raça e sexo. No entanto, as adolescentes em sua maioria têm a construção de suas identidades alteradas conforme a situação econômica a que suas famílias são submetidas. Muito embora, a questão econômica não tenha sido evidenciada pelas adolescentes entrevistadas que podem está impactando em significativa parte dos fatores observados no presente estudo, dado que afeta os espaços pelas adolescentes vivenciadas.

Anacleto et al. (2021) relata que as questões socioeconômicas provocam fortes influências nos vínculos sociais e familiares, sendo que deste contingente pode resultar em aumento dos riscos enfrentados no ambiente em que a adolescente está inserida. E, quando a questão econômica é refletida nas adolescentes, em especial nas meninas adolescentes, os danos podem ser ainda maiores por ecoar na visão de mundo e futuro, gerando o descrédito por condições melhores e transformadoras condições de vida, tornando um ciclo perverso de desesperança de sua condição, culminando em culpas, medo e perplexidade.

O contexto econômico brasileiro afetado pela pandemia como já citado, gerou problemas para as famílias mesmo em áreas do interior e pequenos municípios, dado que provocou forte redução de empregos e da renda regional, o que por consequência afetou a renda familiar e ampliou os níveis de endividamento das famílias. Schneider et al. (2020) que revela que o Brasil teve queda no poder econômico da população, e nesse contexto as formas de consumo de antes, durante e pós período mais crítico da pandemia sofreram alterações significativas, que podem variar pelas influências situacionais como o desemprego, fator que afeta em maior profundidade as famílias e que pode ser fonte de ampliação de conflito entre as adolescentes e a família.

A pandemia explicitou os efeitos negativos em meninas adolescentes, segundo Neves et al. (2021) as respostas governamentais de combate as questões econômicas e a crise gerada pela pandemia tem se mostrado inadequadas e insuficientes, a pandemia do Covid-19 consiste em um novo elemento potencializador do aumento recente da fome no Brasil, que ocorre paralelamente ao desmonte dos programas de saúde e de combate à fome, assim urge que seja devolvido contribuições mais robustas sobre o impacto da pandemia nos fenômenos da pobreza e da fome nesse grupo de pessoas. Conforme o descrito por Martins e Alagia (2020), foram as mulheres que sentiram os impactos do vírus e de uma crise que é marcada pela precariedade, e atualmente as adolescentes sentem ainda mais fortemente esses impactos e podem ter os riscos e ameaças consolidados ampliando a carga de dor e sofrimento (ONU, 2020).

Esses foram os riscos e ameaças físicas, psicológicas e sociais que perpassam o cotidiano das adolescentes, vivenciadas no ambiente familiar e no contexto onde estão inseridas por meio das relações pessoais e sociais.

5.2 As adversidades que dificultam as vivências das adolescentes e suas percepções

A relação e a interação social são de extrema importância como já citado, para a constituição e formação humana de adolescentes. Na interação estabelecem trocas, influências, ideologias, crenças, entre outros. Pois, os indivíduos são formadores e produto da sociedade, construídos e constituídos pela mesma, em uma relação dialética (JOVCHELOVITCH, 2008; DURKHEIM, 2001; GUARESCHI, 2011).

Além disso, a constituição da identidade por meio das relações construímos as subjetividades que implicam nas diferenças individuais e coletivas, para a aceitação mútua e o reconhecimento das singularidades. Os aspectos psicológicos são caracterizados por vivências

relacionadas ao contexto onde está inserido, as manifestações da condição de vida material, determinam as concepções e percepções que foram sendo construídas.

Os aspectos psicológicos, em uma perspectiva construtiva das representações sociais são elementos mediadores entre as características do contexto e das ações comportamentais, mas, também determinam a realidade dos atores sociais, o ambiente e os comportamentos (MOSCOVICI, 2007).

Desse modo, o estudo revelou as adversidades, comportamentos e influências que as adolescentes enfrentam diariamente, advindas do contexto e das relações sociais, como ilustradas na Tabela 4.

Tabela 4. As dificuldades vivenciadas pelas meninas adolescentes em vulnerabilidade

Dificuldades	
1	Minha maior dificuldade foi perder os meus pais e ter que morar no abrigo, porque o restante dos meus familiares são um bando de drogados.
2	[...] quando meu pai bebe ele agride minha mãe, eu acho que ele tem que melhorar.
3	Meu maior perigo é minha mãe, ela me batia e me xingava. Tudo o que eu fazia não estava bom, ela me falava coisas ruins que me magoava, dói mais do que bater e por isso tenho vontade de sumir. Magoa demais e minha mãe faz questão de falar que foi um erro me ter, ela era muito jovem, que só dou trabalho, que faço ela passar vergonha e me chama de sapatona até, só porque gosto de vestir roupas mais largas e cortei o cabelo curto, aparência não define quem eu sou.
4	Dos erros que os pais cometem e afastam os filhos, ou não contam quem é o pai. A adolescência é um período complicado para os pais e filhos, as relações ficam mais difíceis, as preocupações aumentam e é preciso administrar com calma. Tudo o que eu sinto e os motivos das minhas tristezas é o meu pai. Ele nem fala comigo, quando vem pegar meu irmão para ir para a casa dele, ele nem olha em mim.
5	Ficar longe do meu pai, por ele morar longe em outro Estado, fico meio triste porque sinto a falta dele. Algo que me deixaria muito feliz é que meu pai se importasse comigo e me amasse mais, porque um dia eu tive que fazer uma cirurgia e ele nem se importou comigo, não foi me ver e nem mandou mensagem para perguntar de mim, quem ficou horas para o lado de fora da sala de cirurgia me esperando foi minha mãe e depois que tive alta ele nem foi me ver e nem perguntou se estava bem.
6	Estar longe do meu pai, não estar sempre com minha mãe e passar por problemas de pânico, ansiedade e depressão.
7	Que meu pai melhore, ele é uma pessoa boa, mas com as bebidas e agressões ele tem que mudar.
8	Minha ansiedade, a separação dos meus pais e o distanciamento do meu pai.
9	São as crises, as brigas em casa e as minhas inseguranças.
10	Melhorar de vida, ter uma vida melhor, o financeiro e os conflitos, brigas com a família.
11	Que minha família tivesse uma boa condição de vida.
12	Me sinto ruim, com as brigas, sou infeliz e muita tristeza sinto.
13	Estudar, vida social e a pandemia hoje.
14	Não ter emprego e não aprender nada em aula online.
15	Falta de emprego, ansiedade e essa pandemia me sinto mal, ficar em casa, não conversar com meus amigos, ir na escola, lá tinha meus amigos desabafar me ajudava a resolver um pouco dos meus problemas.
16	A falta de livros, que todos pudessem ter acesso mais facilmente a livros, terminar o colégio e fazer faculdade para trabalhar em uma boa área.
17	É muito difícil me juntar às outras pessoas conversar, e quando as pessoas me criticam por algo que não fiz, eu me sinto cada vez mais com medo de me juntar com outros

-
- 18 [...] minha dificuldade é que tenho muita timidez e vergonha. Eu sinto que o lugar que eu moro não dá mais para mim não, é um lugar que não tem serviço e nada que preste, como trabalho para de menor, de jovem aprendiz.
 - 19 Fazer amizades com as pessoas certas e não com pessoas erradas, pessoas assim nos leva a lugar nenhum, hoje vejo isso, que tinha umas amizades ruins, era difícil para me afastar.
 - 20 Ir à escola porque sofria muito bullying, isso acontece desde criança quando comecei a tomar remédios antidepressivos e isso fez com que criasse mais corpo, e isso era motivo de bullying e sou antissocial, tenho dificuldade fazer amigos por causa disso tinha medo de ser zoada na escola, principalmente as meninas me olhavam e davam risadas por serem magras e eu não.
 - 21 Minha dificuldade é a preguiça, tenho muita preguiça porque todo dia é a mesma coisa, isso me irrita. Acho que o que falta é colocar regras em casa, só sujam e não limpam.
 - 22 Não consigo dançar mais, sinto tristeza e ansiedade, ultimamente me sinto mal com tudo.
 - 23 Primeiro perder pessoas que amamos, dois, lidar com pessoas falsas, e três ficar longe de Deus. Com um sorriso no rosto e uma oração dá certo.
 - 24 Um perigo também é um homem que tem lá, ele foi preso por abusar de crianças quatro vezes, ele está com tornozeleira e fica passando em frente à minha casa faltando me comer com os olhos, fica me mandando mensagens no facebook e fez até um perfil falso, mas eu sei que é ele. Ele fica mandando mensagens perguntando como estou, porque não vamos na casa dele passear. Antes meu pai ia na casa dele conversar quando eu era criança, daí um dia fui sozinha lá ele colocou a mão dentro da minha calcinha, não me esqueço disso, lembro até hoje eu tinha uns 9 anos, foi antes de sabermos que ele abusava de crianças. Ele ainda me falou nossa aqui dentro está tão quentinho e eu contei para minha mãe, ela nunca deixou mais sair sozinha e nem fomos lá. Eu queria denunciar, mas minha mãe não quis, ela fala que depois as pessoas ficam julgando e falando, é pior ainda mais que aqui é uma comunidade pequena todo mundo vai saber. E fiquei sabendo que ele ameaça e fica perseguindo, morro de medo ele é louco
 - 25 Fui estuprada, a casa me lembra muito disso, por isso, que choro toda noite, tenho medo dele, me ameaçou de entrar na minha casa com uma arma e me matar. E ele foi solto vi na rua, quando estava com meu namorado.
 - 26 Uma das dificuldades é o policiamento, a segurança, no meu patrimônio, tem muitas brigas e arruaças onde moro.
-

Fonte: A autora

No estudo revelou-se nos relatos das adolescentes a falta de responsabilidade afetiva nas relações, ao mesmo tempo que amam e estabelecem vínculos, descartam aqueles que não cumprem com as expectativas e agem de forma diferente da esperada, perdendo-se os valores que até então eram essenciais à sociedade. Sendo que, a condição socioeconômica não surge como um motivo de conflito e divergência, mas sim, o modo como são estabelecidas as relações.

De acordo com Bauman (2001), o conflito familiar pode ocorrer por vários fatores e fenômenos sociais, as fragilidades das relações pessoais e transformações da civilização têm causado muitas separações e divórcios, pelos sujeitos serem intolerantes a falhas e as relações que se tornaram descartáveis.

Um das maiores questões que têm atingido os núcleos familiares é a separação dos genitores, causando grandes impactos na constituição e formação humana, o que reforça ainda mais o conceito de relações fragilizadas, se propagando para todas as relações pessoais e interpessoais proporcionando ambientes instáveis. “As mudanças ocorridas no modelo familiar

são oriundas, principalmente, do aumento do número de divórcios e separações, atingindo todos os estratos sociais” (ASSIS, AVANCI, 2004 p. 82).

O divórcio dos pais revelou no estudo grande impactos para as adolescentes, além do abandono afetivo e das novas estruturas familiares que são constituídas, pois, o afastamento provoca instabilidades emocionais que variam de intensidade, nos aspectos sentimentais e a relação consigo mesmo, a partir dos relacionamentos familiares possibilitam ou dificultam os contatos afetivos com os demais sujeitos.

Para Assis e Avanci (2004) quando o ambiente familiar é vivenciado por agressões, intolerância e medo, conseqüentemente, irá impactar principalmente na auto estima das adolescentes, devido a inseguranças por falta de limites e atitude parental de respeito.

Sendo assim, o conflito familiar com os genitores tornou-se mais frequentes, como o estudo comprovou pela quantidade de mães solteiras, ainda se percebe, que muitos dos genitores não priorizam o convívio com as filhas e as responsabilidades de educar e proteger como relatadas pelas adolescentes, fazendo com que as mães também exerçam o papel paterno se tornando mais frequente na atualidade. No caso de conflitos com a genitora é mais raro, porém existe, o motivo está relacionado a procura por aceitação dentro do convívio familiar.

Os conflitos familiares são voltados na falta de apoio e amparo, dificuldade no convívio social, em ser adolescente, sentir-se pertencente a um grupo de identificação e mais propício aos fatores de riscos. Muitos desses conflitos são refletidos na identidade por timidez e sentimento de não pertencimento, por consequência, acabam se retraindo e dificultando ainda mais as relações sociais, gerando comportamentos agressivos e de rebeldia. Segundo Souza, Silva (2019), a partir de situações conflitantes, muitas clamam por um olhar acolhedor da sociedade e por oportunidade, ainda mais, quando as histórias das adolescentes são atravessadas pela desigualdade social.

As concepções familiares indicam a existência de diferenciações nas mesmas, a família ideal, profissional e em vulnerabilidade social. Quando se referem às famílias pobres em vulnerabilidade logo associam a expressão desestruturação, problemas conjugais, conflituosos, escasseies de bens materiais e afetividade. No entanto, essas representações sociais de “famílias desestruturadas”, contribui para a culpabilização das mesmas e dos responsáveis, mantendo e legitimando a desigualdade social, como se os mesmos desenvolvessem condutas que incidem em comportamentos antissociais, rebeldia e problemas escolares. Conseqüentemente, essa falta de estrutura estaria relacionada ao despreparo dos pais em educar e impor limites, ou ausência da figura paterna (BELFORT, BARROS, GOUVEIA, SANTOS, 2015).

Partindo desse pressuposto, as adolescentes classificam suas famílias como tendo um ambiente agradável, e, no entanto, apresentam um ambiente conflituoso, com brigas constantes, cobranças, violência doméstica e o envolvimento de outros fatores como o alcoolismo nas famílias, que também afeta e dificulta as relações pessoais apresentando-se ambientes instáveis. Além disso, tem aquelas famílias que não conseguem lidar com as diferenças físicas, comportamentais (roupas, ideologias) e as condições vulneráveis em ser adolescente reproduzindo conflitos familiares internos.

De acordo com Bauman (2001) a modernidade trouxe benefícios, mas, também expôs fragilidades de nossas relações e existência, que são baseadas em rótulos, julgamentos e dicotomias. As relações se afrouxaram se diluindo, devido a fluidez e liquidez com que os acontecimentos ocorrem, comprometendo a construção da identidade, dos sentimentos de pertencimento, aceitação e segurança, imprescindível para a estruturação do ser humano.

É preciso promover a reflexão sobre os processos familiares nas suas determinações, trazer um novo significado para adotar novas ações e políticas, reordenando percepções sobre, para minimizar o sofrimento e efetivar a proteção das mesmas, garantindo os seus direitos, rompendo com paradigmas que deterioram os núcleos familiares de comunidades socialmente vulneráveis.

A experiências familiares baseiam-se os modos e a convivência sobre outros grupos sociais que serão presentes como a escola, amigos e trabalho, isto é, os passos iniciais são dados pelas relações familiares, que irão abrir as portas para a conquista de espaços em outras relações sociais ou para conflitos e questionamentos, que levam a pertinente estagnação ou contingências de ideais e atitudes de uma pessoa.

Por isso, as representações sociais de relacionamentos e famílias precisam ser mudadas, valorizando, cultivando e propagando sentimentos, afetos e atitudes, assegurando as necessidades e as relações, construídas com o alicerce do respeito mútuo e afetividade. Para que as adolescentes consigam torná-las donas de si, empoderadas para que não sejam dominadas por representações sociais machistas que ainda são presentes na sociedade, valorizando as potencialidades de comunidades pobres e os sujeitos que estão inseridos.

As representações sociais construídas em ambientes socialmente vulneráveis são refletidas como a sociedade é regida, por pensamentos equivocados e marginalizados, camuflando a potência de comunidades pobres e sujeitos que tem grande potencialidade para mudar e transformar a realidade.

A vulnerabilidade social de comunidades pobres é uma consequência que retroalimenta a desigualdade e vínculos fragilizados, perpassando por gerações nos núcleos

familiares que se encontram socialmente vulneráveis. A formação humana em decorrência será fragilizada e limitada, propensa aos fenômenos sociais como a violência física e sexual, drogas e problemas psicológicos.

Diante disso, as condições psicológicas foram relatadas por sintomas de ansiedade, pânico, depressão e relatos de suicídio, relacionados a falta de compreensão, apoio, conflitos familiares, bullying e a negação aos seus direitos que deveriam ser garantidos.

É como se a sociedade estivesse reprimindo os jovens, agravando e intensificando ainda mais os conflitos que já existem que são característicos da adolescência. Com isso, o desenvolvimento da personalidade está sendo anormal implicando em autodestruição suicida da sociedade, os adolescentes estão lutando frente ao mundo que marginalizam e os reprimem (ABERASTURY, KNOBEL, 1981).

Para as meninas adolescentes existe uma cobrança maior pelas concepções e representações sociais machistas, que foram criadas ao gênero feminino de subordinação, advinda desse mundo adulto enraizada em culturas em que coloca a mulher em posições inferiores aos homens, devendo seguir um comportamento considerado adequado, assim como as vestes, características que impõe a personalidade feminina. Desses padrões surgem estereótipos e rótulos que as caracteriza por não se vestirem como a sociedade determina, gerando sofrimento como estudo revelou.

De acordo com Berni e Roso (2014) as dificuldades apresentadas pelas as adolescentes em relação aos padrões comportamentais e de aparências, nessa fase da adolescência tem efeitos nocivos ao desenvolvimento, por estarem em busca de reafirmação da identidade, enquadrando a aparência a qual é definida por identificação com a personalidade ocasionando em sentimentos de não pertencimento.

E as implicações para as adolescentes são inúmeras, pode se observar pelos comportamentos que foram apresentados por elas, como: insegurança, timidez, medo excessivo, autoestima baixo, sentimento inferioridade, ansiedade, agressividade, tristeza, depressão, desesperança, falta de sonhos e objetivos futuros, que dificulta a constituição de uma personalidade empoderada e confiante em mudar sua realidade e lidar com as dificuldades, adotando meios de enfrentamento.

5.3 Meios de enfrentamentos adotadas pelas adolescentes em condições de risco físico, psicológico e social

Diante de tais situações, o ser humano se vê obrigado a enfrentar as adversidades cotidianas e a busca pela superação. No caso, as adolescentes em vulnerabilidade social não são diferentes, pois, as formas de enfrentamento utilizadas estão relacionadas às características psicológicas, dentre elas: as crenças, valores culturais e existenciais.

Para isso, Durkheim (2007;2011), Guareschi (2001; 2005) Moscovici (2007) e Aberastury e Knobel (1981) fazem discussões importantes acerca das relações, interações sociais e contexto. Sendo que, os sujeitos são constituídos por meio destes, adotando comportamentos e meios de enfrentamento que podem variar de acordo com cada situação e adversidade. E quando a identidade é constituída por subjetividades negativas, impossibilita novas formas comportamentais.

No caso, as adolescentes em situação de risco e dificuldade adotam determinados comportamentos e meios de enfrentamento, que são descritas na Tabela 5 pelas mesmas, com base, em suas experiências e subjetividades.

Tabela 5. Meios de enfrentamento aos riscos na percepção das adolescentes entrevistadas

Enfrentamentos aos riscos	
1	Ameaçar para ficar com medo e parar de provocar ou incomodar
2	Ouvir músicas para não pensar
3	Em momentos de crise crises se ocupar com outros afazeres
4	Olhar o lado bom das situações
5	Mudar a rotina do dia-a-dia
6	Tentar lidar da melhor forma para resolvê-los buscando compreender
7	Dormir, na psicologia é um mecanismo de defesa quando se tem dificuldade em lidar com determinadas situações
8	Ir embora para trabalhar
9	Ter o próprio dinheiro
10	Economizar para comprar uma casa dos sonhos.
11	Ter segurança, colocando policiamento na comunidade
13	Tentar o suicídio, beber vários remédios do psiquiatra.
14	Se enforcar com uma corda ou pular da ponte do parque do lago, sabe-se que não resolve o problema, mas acredita-se que é a única maneira de aliviar o sofrimento
15	Sair de onde está o problema
16	Focar nos estudos
17	Pensar no futuro
18	Tomar remédios psiquiátricos para controlar os sintomas desenvolvidos pelo sofrimento psíquico
19	Tentar ser forte
20	Respirar para manter a calma
21	Ler livros
22	Manter as recomendações médicas de segurança da pandemia do coronavírus
23	Evitar pensar no problema

Fonte: A autora

O estudo revela os meios de enfrentamento adotados pelas adolescentes, comportamentos estes que são individuais, utilizam recursos pessoais, emocionais, sociais e materiais podendo variar dependendo do contexto onde está inserida, no modo como percebem as adversidades e o mundo.

A primeiro momento, o comportamento das adolescentes pode ser impulsionado, após é negado ou utilizam-se da esquiva⁴, como uma maneira de evitar lidar ou não dar tanta importância ao fato em si, porém, quando ignoram essas situações de alguma maneira ativa questões emocionais e psíquicas, que desestabilizam e são refletidas em seu comportamento e no emocional.

Para Souza e Silva (2019), as adolescentes que se encontram em situações vulnerabilizantes, passam a repensar na condição pela intensificação do sofrimento, diante da gravidade, procurando por ajuda somente em situações extremas de agressões, abusos e riscos à vida. Principalmente, aqueles que a família não proporciona segurança e bases sólidas de confiança e diálogo.

Quando o núcleo familiar, das adolescentes rescinde a confiança e o diálogo os riscos aumentam, e quando são rompidos por não ter cumprindo as expectativas a que se espera, tende a ser ocultados por medo e vergonha, que também foram impostas.

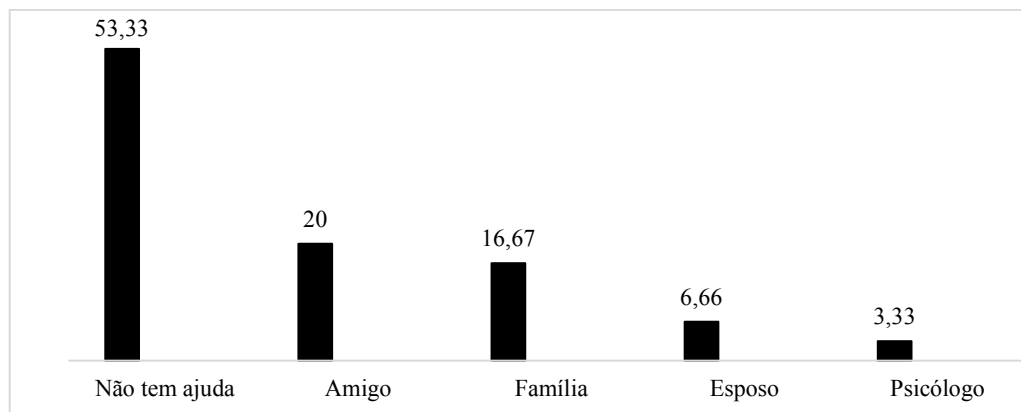
O cenário que as adolescentes apresentam, de acordo com Durkheim (2007) nesse mundo moderno, a rapidez com que as coisas exigem e acontecem, são deixados de lado sentimentos e afetos que são fundamentais para formação enquanto seres humanos, esquecendo de viver o presente preocupados com o futuro, e, com as adolescentes também não é diferente. Não são possibilitadas lembranças e a transformação no ser social, que ocorrem a partir das vivências familiares e da escola, causando nostalgia, melancolia e saudade por viver pela metade.

Por isso, da necessidade de estabelecer a educação como instrumento de enfrentamento das adversidades e da exclusão social para que, de acordo com Freire (1967) as meninas adolescentes sejam protagonistas do mundo e de sua história, empoderando-as para que consigam transformar sua realidade e visualizar novas possibilidades.

As adolescentes precisam ser amparadas e apoiadas, dentro de sua condição, promovendo ações de empoderamento para o enfrentamento dos problemas sociais e psicológicos, garantindo os seus direitos. Uma das formas que podem ser realizadas além da educação, é através do desenvolvimento de políticas públicas voltadas às meninas.

Desse modo, observa-se que em situações de risco, ameaça e dificuldade, as adolescentes quando se sentirem desprotegidas, procuram por ajuda ou alguém (Gráfico 2).

⁴ Para a psicologia esquiva é o comportamento aversivo, ao mesmo tempo é adaptativo e generalizado impedindo as punições. Mas, o adolescente reconhece seu lado prejudicial e evita esses comportamentos aversivos. Porém, não reduz sentimentos dolorosos, pelo contrário estimula ataques ao próprio "eu", situações externas causam emoções negativas desencadeando raiva, angústia, irritação com o seu próprio ser, por não conseguir lidar e até mesmo se culpabilizando.

Gráfico 2: Quais as pessoas que as adolescentes procuram quando percebem suas dificuldades em suas vivências

Fonte: A autora

Observa-se que a maioria das adolescentes entrevistadas não procuram ou não tem ajuda, o que demonstra a necessidade em comunidades pobres de levar informações, que existem órgãos de proteção à criança e adolescente, para garantia de seus direitos e o Estado ser mais atuante quando se fala em comunidades socialmente vulneráveis, em risco a integridade física e psicológica nas políticas de assistência social e educacional.

Pois, esse comportamento de procurar por um adulto, relatar e denunciar provoca transformações e o rompimento do ciclo da violência com o gênero feminino, com o propósito de minimizar as dificuldades no cotidiano. A violência pode ser denominada em psicológica, física e sexual, independente de qual seja possui um significado sociocultural advindas pelo gênero ou poderes hierárquicos.

Os fenômenos sociais apresentam inúmeros fatores, esses são acompanhados por representações e crenças sociais, quando acontecem casos que a família decide por não denunciar contribui para negligência, omissões e a propagação da violência. Desse modo, a omissão e o denunciar é acompanhado de receio e angústias, movidos pelo medo dos julgamentos da sociedade, colocando em questão o caráter da família enquanto protetores e guardiões da integridade física e psicológica, para o desenvolvimento pleno e saudável dos integrantes do núcleo familiar

Além disso, segundo Souza, Panúncio-Pinto, Fiorati (2019) a saúde mental é determinada pelos fatores biológicos, psicológicos e sociais, e os riscos psíquicos está relacionado a modo de vida não saudáveis, rápidas mudanças sociais, exclusão social, discriminação de gênero e violações de direito, com prejuízos a condição mental e somadas as pressões socioeconômicas, pobreza e baixa escolaridade os riscos são ainda maiores para as adolescentes e a não procurar por ajuda ou orientação dos órgãos competentes.

Desse modo, é de extrema importância e necessidade o estabelecimento de vínculos afetivos estáveis, relações sociais produtivas para a orientação e ajuda nos problemas das adolescentes. É essencial os vínculos, pois, muitas das vezes, a ajuda é direcionada aos amigos com objetivo de compartilhar dores e angústias, buscando amparo e não formas de romper com os riscos ou ameaças. Isso acontece pelo medo, insegurança e vergonha da exposição e dos julgamentos, que podem acontecer na maioria das vezes no ambiente familiar ou até mesmo que ameaça seja neste contexto, ainda sim, há uma busca pela aceitação familiar.

É preciso reconstruir a representação de família como fonte de proteção, amor e vínculos que devem ser positivos, sobretudo a figura materna. Porém, quando são perdidos vínculos através de violência intrafamiliar, interfere no grau e na qualidade das relações, o mesmo compromete o suporte necessário para superar essa perda. Essas situações fazem com que as adolescentes passem a viver sem os pais, diante disso, o sujeito não encontra o suporte necessário para superar as limitações, pois as relações familiares são a base para a constituição da identidade.

Desse modo, Bauman (2001) salienta que em tempos de modernidade líquida e de consumo exagerado, as vulnerabilidades sociais no contexto social empobrecido, tudo serve para ser passageiro e para o refúgio.

Assim sendo, no estudo revelou-se que o casar-se cedo também está atrelado a esse fato familiar, a procura por respeito, segurança, confiança, apoio e ajuda, por estarem deparadas com vivências que até então não tiveram ou foram rompidos. E no casamento veem a oportunidade de estabelecer vínculos afetivos estáveis, buscando constantemente o bem-estar emocional e físico que muitas das vezes não são supridos.

Portanto, atualmente deve-se repensar o conceito de relações e família, que não são descartáveis e aqueles que deixam ou não aceitam em suas falhas, contribuindo para que essa pessoa desestabilize, sofra e passe a desconfiar daqueles que estão a sua volta, tornando-se um ciclo e propagando relações fragilizadas. Na adolescência, esses sentimentos de não aceitação e abandono se intensificam devido às várias transformações e os conflitos internos, por meio do ajustamento para a reafirmação da identidade.

A relação de apoio e segurança, está sendo fragilizadas pelas concepções que foram adquiridas culturalmente, não havendo interesse em querer estar ao lado das adolescentes, contribuir para que o “tornar-se adulto” ou “ser adulto”, seja motivo de ser ativo na sociedade e querer fazer parte deste mundo.

Ao contrário, isso está possibilitando a constituição de identidades de sujeitos desestabilizados, incompletos e vazios de sentimentos de pertencimento, amor e esperança, por

falta de preparo das famílias advindas de uma cultura e um Estado que desconsidera a adolescência.

Para Jovchelovitch (2008), as relações e interação social, é um fenômeno que proporciona a compreensão de ideias, valores e práticas comunicativas, de diálogos que constroem a realidade social e nesse período de adolescência é de grande valia. Sobre isso, Moscovici (2007) ressalta que as representações sociais fazem parte da vida diária compondo todas as relações e comunicações, constituindo a realidade e construindo o mundo, através de lutas e ideologias.

5.4 A educação como meio para enfrentar a exclusão e a desigualdade social

A educação tem papel fundamental no desenvolvimento psíquico, físico e social, aonde acontecem as primeiras relações institucionais, além da família. Desse modo, a educação e a vulnerabilidade social é condicionada por olhares fragmentados sobre os fenômenos sociais, contribuindo para ações desarticuladas por parte dos jovens e professores, expressando o funcionamento inerente a tais condições sociais.

De acordo com as meninas adolescentes entrevistadas, 33,33% acham que a escola não traz nada de bom, dessas 63,33% acreditam que a escola traz algo de bom e 3,33% não souberam responder.

Analisa-se as percepções da escola/educação, como boas de maneira limitada, como descritas pelas adolescentes na Tabela 6.

Tabela 6. Na percepção das adolescentes o que a escola traz de bom

	O que a escola traz de bom?	%
1	Ensinaamentos, conhecimento e aprendizagem	23,33
2	Trabalho	20
3	Profissão	13,33
4	Amigos, interação e convívio com as pessoas	10
5	Analisar o que realmente quer para o futuro	6,67
6	Educação	6,67
7	Respeito	3,33
8	Inteligência	3,33
9	Felicidade	3,33
10	Leitura	3,33
11	Sabedoria	3,33
12	Disciplina	3,33

Fonte: A autora

No estudo revelou as percepções das adolescentes, referente ao que escola traz de bom é limitada, sem muitas justificativas com um sentido mais sobre conhecimento e aprendizagem. Percebe-se que o sentido de escola de educação social se perdeu na relação comunidade, escola, família e professores com o papel de orientar e proporcionar subsídios para as adolescentes em perceber e enfrentar os riscos perante ao mundo.

Independentemente, da época ou período a educação possui a mesma importância e processo, ocorrendo a socialização com o caráter de formar o ser social e ajustá-lo. Porém, Durkheim (2011) afirma que a educação é compreendida pela sociedade de maneira equivocada em aspectos generalizados e universais, com instruções coletivas aos indivíduos, dificultando o processo de aptidões e escolhas. Para Freire (1967) o índice de evasão e abandono escolar, demonstra que a educação não está sendo vista como instrumento para evitar a exclusão social, com capacidade revolucionária para transformação da realidade.

A condição socioeconômica é um fator para as famílias de precariedade e desmotivação que levam a obstáculos, inclusive nos anos finais da educação básica. Pois, os alunos são carregados de representações sociais de inferioridade e rótulos, que deterioram a capacidade das adolescentes em se destacar no meio acadêmico, um tipo de desqualificação familiar peculiar da pobreza e de suas derivações.

Haja vista, que o educador tem a funcionalidade de desenvolver o pensamento crítico, um ato de coragem e amor sustentado pelo diálogo (FREIRE, 2008). Os professores nos últimos anos têm perdido esse conceito de educação, como meio de transformação, da participação de todos em um lugar privilegiado para o ensino de aprendizagem. Pois, de acordo com Durkheim (2011), a escola tem influência e contribui para a formação humana de meninas adolescentes em vulnerabilidade, sendo crucial para o rompimento de preceitos e culturas ultrapassadas.

Além do mais, o estudo revelou que devido a vulnerabilidade psicológica as mesmas apresentaram dificuldades de compreensão acerca do que é risco e ameaça à integridade física e psicológica, o que delimitou a percepção do que a escola deveria fazer para ajudá-las nos riscos. Ainda mais, que de acordo com 60% das entrevistadas a escola não promove ações para auxiliarem nas dificuldades e riscos.

Assim como, não percebem o papel e a importância da escola/educação no enfrentamento das desigualdades sociais, como pode-se observar na Tabela 7.

Tabela 7. A percepção das adolescentes se a escola pode ajudar nos problemas vivenciados pelas mesmas.

A escola pode ajudar nos problemas?

SIM

- 1 Através de uma boa educação é possível resolver todos os tipos de problemas.
- 2 Em dias ruins a escola me ajuda, pois, os professores são bem acolhedores.
- 3 Acho que para minha timidez não me traz nada de bom, agora para arrumar emprego e sair para outra cidade sim.
- 4 Acredito que sim, mas é muito difícil eu me enturmar com os outros, porque tem colegas e professores para te ajudar.
- 5 Lá na frente os estudos vão valer muito.
- 6 Por poder me motivar em coisas boas, não me faz pensar só no meu problema.
- 7 Porque lá tem várias pessoas para se interagir e acaba esquecendo do problema.
- 8 Sim, porque lá tem os professores
- 9 Porque a gente pode desabafar com alguém na escola.
- 10 Sim, porque me ensina a crescer como pessoa e lidar com meus problemas.
- 11 Sim, pois tem muitas pessoas dispostas a ajudar.

NÃO

- 1 Não, porque os professores também não estão nem aí para a saúde mental dos alunos, mal ensinam a escrever e dizem que é o bastante saber tabuada.
- 2 Acho que não, os professores acham que nossos problemas são frescuras ou falta de educação.
- 3 [...] as atividades que passam na escola são muito fraquinhas para nossa idade, por exemplo estou na 8ª série são muito fáceis, fáceis demais.
- 4 Não muito, só na parte de trabalho, porque tendo o estudo e o conhecimento é melhor para conseguir emprego.
- 5 Porque na escola você esquece os problemas e foca no objetivo de vida.
- 6 Não, porque desde que começou a ter aula online eu percebo que eu aprendi um pouco mais sobre as coisas comigo mesma.
- 7 Não, porque o problema está na minha casa.
- 8 A escola é um lugar bacana para fazer amigos e tals, mas também é tóxico ao mesmo tempo por causa do bullying, os professores não se importam com os alunos.
- 9 Não, muitas vezes fizeram bullying comigo.
- 10 Não, porque lá é pior, muito bullying.
- 11 Eu não gosto de ir na escola porque acho que as pessoas estão falando mal de mim, eu já sofri bullying na escola, me atentavam demais me colocando apelidos. Sofri muito bullying, isso acontece desde criança quando comecei a tomar remédios antidepressivos e isso fez com que criasse mais corpo, e isso era motivo de bullying e sou antissocial, tenho dificuldade fazer amigos por causa disso tinha medo de ser zoada na escola, principalmente as meninas me olhavam e davam risadas por serem magras e eu não sou.

Fonte: A autora

Nos relatos das adolescentes observa-se que a percepção das mesmas sobre a escola no ajudar na resolução dos problemas diários, são limitadas devido a vulnerabilidade psicológica, e também, são percepções focadas na esquiva, como uma maneira de fugir dos problemas ou dificuldades em lidar, de ordem individual e não coletiva que visam o contexto e a comunidade. Entretanto, aquelas que disseram não ajudar na resolução dos problemas trouxeram percepções de ordem coletiva, problemas que afetam quase toda classe das adolescentes, principalmente, quando envolve questões sociais, econômicas e físicas.

O estudo nos revela que existem alguns problemas de ordem escolar, do convívio com os colegas produzindo riscos e ameaças a integridade física e psicológica, que dificulta as mesmas a frequentar e motivar a continuar indo à escola, perceber e valorizar a educação como meio para transformar a realidade.

Muitos adolescentes adotam comportamentos não aceitáveis como uma maneira de proteção, um mecanismo de defesa para lidar com situações estressantes no ambiente escolar e de grande sofrimento psíquico. A educação deveria ocupar um espaço para aprender formas de lidar com os sujeitos, através das práticas relacionais, mas quando alunos vão à escola também trazem instituições externas que são projetadas aos outros.

No ambiente escolar, como nos relatos das entrevistadas são vivenciados fenômenos sociais que implicam na constituição da identidade, muitas das vezes a experiência pode ser traumática, causando um intenso sofrimento por não conseguir a aceitação e o pertencimento naquele ambiente. As violências na escola podem ser representadas por agressões físicas, verbais e assédio sexual, e a negligência por parte dos professores e agente educacionais.

Desse modo, a violência e o bullying⁵ no ambiente escolar tem se tornado um fator de risco, e não podem ser vistos e analisados separados do contexto e da sociedade, é o reflexo de modelos sociais violentos vivenciados pelos alunos em casa e nas ruas, são vítimas de um sistema de exclusão, ocasionadas por outros fatores como a falta de acessos básicos de sobrevivência e convivência para as relações de respeito mútuo.

Ao mesmo tempo, que a escola se apresenta como meio de transformação, desenvolveu fenômenos internos, como o bullying que se tornou uns dos fatores de risco mais presentes e emergentes nas escolas.

O bullying é caracterizado por comportamentos violentos e intencionais, “os atos agressivos implicam condutas ou comportamentos de dano, menosprezo, de desdém, de ataques, à integridade física, social, simbólica, psicológica ou patrimonial do outro” (SALLES, SILVA, CASTRO, VILLANUEVA, 2014 p. 149). Com o objetivo de ferir e causar sofrimento, de reprimir e intimidar, se apresentam muitas das vezes em outros contextos, e em forma de brincadeiras, existem banalizações acerca das violências (NASCIMENTO, MENEZES, 2013).

As formas de expressão, não podem ser baseadas somente e através de comportamentos agressivos. Logo, compreendemos que a humanidade enquanto sociedade deve ser construída pela palavra e diálogo, para colaborar para constituições de mulheres fortes e críticas, protagonistas de suas próprias histórias, para que não sejam silenciadas.

Freire (2008) nos apresenta a principal ferramenta para essa construção, o diálogo, é através deste e da educação dialógica, que o gênero feminino tem a possibilidade de empoderar-se ao dizer sua palavra, movidas pelas ações que humaniza, questiona, reflete e recria novas possibilidades de mundo e de si mesmo.

⁵ O termo de língua inglesa bullying, significa tirano, valentão e briguento. É a prática pejorativa contra uma pessoa indefesa e de atos violentos repetitivos e intencionais, que podem causar danos físicos e psicológicos a quem sofre.

O estudo também nos revela a desvalorização e o descaso com a saúde mental das adolescentes na escola, que faz refletir como os estereótipos, rótulos e crenças criados em ser adolescente tem afetado as mesmas como mera forma de chamar atenção ou exagero. Sendo que, a condição de saúde mental tem consequências sobre o modo de ver a vida, as dificuldades e enfrenta-los, muitas falam de sentimento de vazio, medo e tristezas intensas, e até mesmo o desejo de sumir e de suicídio. Para que possam conseguir seguir em frente, recorrem ao uso de medicamentos, para ajudar a aliviar os sintomas e do sofrimento, reconhecendo-as o estado de saúde mental e que a todo momento necessita de força para não desistir.

Nesse sentido, a escola de acordo com as adolescentes entrevistadas, 60% disseram que na escola onde estudam não promovem ações que auxiliam no enfrentamento dos riscos a integridade física e psicológica, dessas 26,67% afirmaram que as escolas promovem ações descritas por elas como: handebol, futsal, vôlei, projeto meio ambiente, educação financeira e dança, e 13,33% não souberam responder. Desse modo, observa-se que a escola/educação não está preparada para tal problemática e as demandas envolvendo as adolescentes em vulnerabilidade diante das adversidades e riscos a integridade física e psicológica.

Esses dados demonstram a falta de recursos e investimentos em educação profissional de capacitação e projetos sociais para a inclusão e fortalecimentos de vínculos. De acordo com Aberastury, Knobel, (1981) os processos de formação e constituição da identidade, acontecem através das ambiências culturais por meio das famílias e pelos estabelecimentos de ensino educacional.

E das influências do meio social que permite o ajustamento do adolescente na sociedade, para que possam permitir, perceber, aprender e motivar os mesmos, viabilizando a necessidade que as vivências sejam positivas, para que tenham a oportunidade de se ajustar em seu desenvolvimento de maneira plena e saudável, determinando o indivíduo que será ao “tornar-se adulto”.

5.5 Perspectivas de futuro das adolescentes em condições socialmente vulneráveis

Quando o sujeito reflete pensamentos, ideias, planos futuros causa receio, angústia e medo, isso é normal, pois são deparadas com coisas incertas e a insegurança se faz presente, assim como a ansiedade. Com adolescentes isso não é diferente, pelo contrário, vivem demasiadamente preocupadas com o futuro, o quão serão realizadas. Para Baumam (2001), isso é consequência da modernidade e dos processos industrializados, passam a viver em agitação

de maneira imediata e exagerada, com que acontecem as mudanças em sua liquidez e fluidez.

Assim como, podem ser observadas os relatos das adolescentes na Tabela 8:

Tabela 8. Perspectivas de futuro das adolescentes entrevistadas

Futuro	
1	Terminar os estudos, estar trabalhando
2	Eu desejo ter um emprego bom e ter uma vida muito melhor.
3	Estar formada na faculdade, ter um emprego e dar o melhor para minha mãe e meu pai
4	Ter um emprego e que minha família tenha boas condições em casa
5	Eu desejo que eu seja muito feliz, quero ter um bom emprego e uma família.
6	Ter uma família, emprego, casa, carro e filhos
7	Eu quero ter minha própria casa, com a minha faculdade pronta, trabalhando e ter minha família unida
8	Trabalhar de médica, trabalho, esperança e felicidade.
9	Desejo passar faculdade de direito e ser juíza
10	Em fazer uma faculdade da minha vontade e estar bem de vida.
11	Terminar uma faculdade, ter uma casa própria e ter um carro
12	Eu queria fazer uma faculdade, de psicologia ou para professora de espanhol ou de artes, que gosto de desenho, mas não sei é bem difícil ter dinheiro para pagar, mas vamos ver.
13	Fazer faculdade, trabalhar como professora, estar empregada e tentar ser uma pessoa melhor
14	Começar a faculdade, ter minha casa e um trabalho
15	Eu quero me formar e agronomia, comprar minha casa, meu carro e dar uma vida melhor para minha mãe e meu irmão
16	Eu quero estar formada em direito, fazendo graduações, ser juíza, ficar rica para poder viajar o mundo a fora.
17	Trabalhar em mercado, fazer faculdade e que eu realize meus sonhos
18	Eu desejo para mim, ter concluído a faculdade de medicina, passar em concursos que quero fazer e assim com eles aprender, ter minha casa e ter minha própria fonte de renda.
19	Espero que eu esteja formada em veterinária, com um trabalho, casa, carro talvez viajando com a família e amigos.
20	Eu queria ser professora, mas vejo os alunos batendo nos professores me dá um medo. Deus me livre, na minha sala eram muito briguentos os alunos, ainda mais que tinha 48 alunos na sala agora diminuiu um pouco porque alguns reprovaram, faziam muita bagunça, deixavam de fazer as tarefas, pulavam os muros da escola para ir fumar e usar drogas, faziam essas coisas.
21	Sou uma pessoa que tem objetivos e regras, apenas quero segui-los para ter um bom futuro e viver com a minha família e serem muito felizes.
22	Eu quero ter uma vida digna e ir no beto carreiro.
23	Que eu tenha a minha casa e que esses problemas passem
24	Nada além do que um trabalho, ver meu pai livre da prisão e minha mãe feliz
25	Queria que a pandemia acabasse, que fossemos vacinados contra a covid-19, me mudar para outra cidade ou ir para algum sítio, e mudar de rotina.
26	Eu sonho em ter uma casa bonita e grande, com escadas de andar e corredor.
27	O que eu queria que aconteça na minha vida, é eu ajudar a minha família e conhecer meus maiores fãs
28	Quero estar casada, com um neném e dar muito amor para a família que eu construir
29	Ficaria muito feliz se eu casasse e fizesse faculdade
30	Desejo vencer meus medos e sair das crises de ansiedade

Fonte: A autora

O estudo revela que todas as adolescentes desejam terminar os estudos, tendo perspectivas futuras de iniciar a faculdade ou arrumar emprego com objetivo principal de realizar seus sonhos. Todavia, as adolescentes demonstram insegurança e medo ao se reportar

pensamentos ao futuro. Dessas adolescentes 73,33% relataram o desejo de ter uma profissão seja por meio de faculdades ou emprego, e 26,67% relataram não desejam, pois, seus interesses são voltados a família e casamento.

Logo, compreende-se que as adolescentes apresentaram a consciência e a realidade exterior de sua existência. Segundo Guareschi (2012), é fundamental, profundo e insubstituível que a essência do ser humano, construa a partir de seu entorno existencial e do que fizeram dele, o ser humano começa a se subjetivar, a construir e ter consciência no momento em que descobre respostas às perguntas.

Assim, como revelou o estudo as adolescentes com 17 e 18 anos de idade, totalizando 23,33% demonstraram mudanças de comportamentos e pensamentos comparadas aquelas com menos idades, por meio da maturidade que advém de aprendizados, pois, toda relação e interação permite instruir-se, constantemente aprende-se e se ensina, em uma relação dialética.

É neste sentido, que precisasse ter como ponto de partida o entendimento das interações, tais como elas se apresentam neste dado momento histórico, como as personalidades se expressam historicamente através da vida institucional e social mais ampla que norteiam tais relações.

A escola para as adolescentes se apresenta em vertentes além de instituição formadora, que contribui para o desenvolvimento psicológico e social, possui para as mesmas perspectivas negativas, principalmente em relatos do quanto as relações no ambiente podem ser tóxicas e prejudiciais. Sendo que, o espaço deveria ser para relações humanas saudáveis, negligenciado seu papel na formação das adolescentes.

Esse tipo de situação escolar descritas pelas entrevistas, como excessos de alunos e condições precárias para o desenvolvimento do trabalho do professor, funcionam como uma aversão para alunos, em atuar na área educacional e manter a frequência escolar. A falta de valorização contribui para sentimentos de desânimo e preguiça, não vendo uma possibilidade para ter uma profissão e sim “ter um trabalho”, para ajudar a família nos requisitos econômicos. Colocando as necessidades em primeiro plano, o foco e os objetivos ficam nesse sentido, o que dificulta nas adolescentes em encontrar algo que promova satisfação em busca da autorrealização.

E assim, ficam mais expostas aos fatores de riscos e ameaças, para Abramovay *et al.* (2002) as drogas ilícitas e lícitas dentro das escolas e ambientes públicos, estão se tornando mais frequentes, o que permite compreender também as violências no ambiente escolar, sendo um dos responsáveis por maior incidência a violência entre adolescentes.

As dificuldades vivenciadas pelas mesmas, e as representações que as permeiam dificultando ainda mais seu processo de transição para a vida adulta, legitimando e regulando os modos de viver, impostas pelos processos econômicos, culturais e políticos para a constituição e reafirmação identitárias (GUARESCHI, 2012). Sempre e em todo lugar, quando encontramos pessoas ou coisas, nos identificamos a partir das representações sociais, isso por familiarizarmos com elas e atribuímos os significados (MOSCOVICI, 2007).

Por isso, urge a necessidade de adotar para as adolescentes, meios de valorização do cuidado e do controle, em diversos contextos sociais para que haja mudanças de comportamentos e de pensamentos, sucedidas através da maturidade que advém de aprendizados.

Toda relação e interação permite aprender e ensinar, constantemente em uma relação dialética, assim passa a perceber e valorizar as melhores coisas do viver como ilustradas pelas adolescentes (Tabela 9).

Tabela 9. As 3 melhores coisas do viver das adolescentes

As melhores coisas do viver		%
1	Família	86,67
2	Amigo	30
3	Deus	23,33
4	Namorado/marido	13,33
5	Estudo	10
6	Saúde	10
7	Animais	10
8	Moradia	6,67
9	Amor	6,67
10	Sonhos	6,67
11	Alegria	6,67
12	Conquistas	6,67
13	Psicólogos e Psiquiatras	3,33
14	Alimento	3,33
15	Roupas	3,33
16	Emprego	3,33
17	Esperança	3,33
18	Escola	3,33
19	Esporte	3,33
20	Futuro	3,33
21	Natureza	3,33
22	Livros	3,33
23	“EU”	3,33

Fonte: a autora

Observa-se que no estudo revela que as melhores coisas do viver das adolescentes entrevistadas, são baseadas em suas vivências e contexto social onde estão inseridas, conforme suas necessidades de sobrevivência, desejos, sonhos e o que oferece apoio nos acontecimentos diários. Ainda, demonstra que mesmo com todas as adversidades que enfrentam no contexto e

nas relações, não deixam de acreditar que conseguiram construir uma vida cheia de conquistas, mesmo para aquelas que as vivências são dolorosas.

Isso acontece, por vários fatores e devida a condição das adolescentes na procura pelo seu “eu” em constante transformação da identidade, facilitando a conexão com questões internas nesse processo de perdas e substituições, podendo muitas das vezes enriquecer o ego (ABERASTURY, KNOBEL, 1981).

Pois, nas comunidades pobres é preciso lidar com a escassez e muitas das vezes perdas afetivas e materiais, vivendo pessoas quase ou completamente excluídas das possibilidades, não possuindo meios de escolher o modo ou estilo de viver, apenas são levados a viver como tal, em uma sociedade excludente e desigual.

De fato, divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, como as que dizem respeito a gênero ou etnicidade, podem ser em parte definidas em termos do acesso diferencial a formas de auto realização e de acesso ao poder discutidas aqui. A modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade da emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu (GIDDENS, 2002 p.13).

Contudo, as adolescentes buscam e necessitam de relações estáveis e fortalecidas, que suas experiências sejam positivas e enriquecedoras para a sua formação humana, de proteção ao desenvolvimento saudável, agregando coisas boas do viver à identidade e subjetividade, para que assim consigam visualizar um futuro melhor, novas possibilidades e perspectivas futuras.

De acordo Zappe *et al.* (2013), a construção das expectativas futuras na adolescência, é um fator importante, pois, pensar sobre o futuro motiva comportamentos diários, influenciando escolhas, decisões e atividades futuras, baseadas em suas concepções das melhores coisas que tem em suas vidas. A adolescência é marcada de intensa exploração e descobertas de múltiplas oportunidades, o apoio familiar contribui para melhor ajustar as percepções futuras, de possibilidades durante a adolescência para transição da vida adulta e o bem-estar.

O autor supracitado, revela que as metas futuras podem ser relativamente próximas e realistas com suas percepções diárias do contexto social e pessoal, com interesses nas suas preocupações relativas a trabalho e educação. A ideia de contexto sociocultural em que adolescente está inserida, exerce influência em seu desenvolvimento e modo de ver a vida para expectativas futuras. Por isso, da importância da rede de apoio social na promoção do desenvolvimento saudável de meninas adolescentes.

Para que reafirme ao gênero feminino suas potencialidades e que o lugar de mulher é onde quiser estar, não aceitando menos que cada uma merece, exigindo igualdade de gênero, fortalecendo e empoderando cada vez mais as adolescentes, para que no futuro possam transformar a realidade.

6 RECOMENDAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE DE MENINAS ADOLESCENTES

Diante dos resultados obtidos por meio das entrevistas com as adolescentes, analisa-se que se faz necessário pensar ações voltadas a problemática de vulnerabilidade social e dos riscos a integridade física e psicológica, buscando auxiliar as meninas adolescente socialmente vulneráveis.

Além disso, com políticas públicas ausentes ou ineficiente, esse grupo acaba ficando desassistido pelo Estado e pelas gestões públicas tornando-se mais propensas aos riscos com o aumento da pobreza, das relações fragilizadas e do ensino educacional que precisa mudar a concepção sobre as adolescentes que vivem em comunidades pobres. Concepção esta dotada de preceitos e crenças que desmotiva e descaracteriza as adolescentes, como sujeitos de mudança limitando as possibilidades e oportunidades para transformar a sua realidade, colocando-as em uma posição de revitimização.

Vale ressaltar que as ações desenvolvidas pela Assistência social são voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares, emancipação do indivíduo e reparação de danos (CREAS e CRAS), e educação tem o intuito na aprendizagem, não há políticas públicas que visam exclusivamente as adolescentes. Por isso, sem excluir as ações possíveis por meio do Estado e das políticas públicas, o que poderia ser feito em paralelo? Que ações comunitárias poderiam contribuir para o enfrentamento da pobreza e da violência, para uma educação libertadora, como diria Paulo Freire?

A necessidade de ações pode ser demonstrada por 53,33% adolescentes entrevistadas, quando disseram que não tem para quem pedir ajuda, isso traz mais certeza de constituir essas ações, em espaços comuns, privados e públicos. Mas algo que pode se produzir no “entre” desses e tantos outros sujeitos, constituindo dispositivos dentro e fora de equipamentos sociais e educacionais, que sejam capazes de fazer emergir e auxiliar as adolescentes a transformar sua realidade, indo além do desenvolvimento da capacidade de sobreviverem.

6.1 Possíveis contribuições pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no desenvolvimento de ações para meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis.

Frente a todo o exposto, apresentam-se sugestões que podem ser desenvolvidas na Assistência Social na promoção e no desenvolvimento de ações, para o enfrentamento as adversidades de meninas adolescentes.

- Promover encontros com as adolescentes para dialogar sobre suas experiências, expectativas e necessidades que estejam vivenciando no cotidiano.
- Incentivar e fornecer cursos expressão corporal, tecnologia, atividades físicas, agricultura, entre outros, em parceria com o SENAC, SEBRAE e CAR.
- Ofertar cursos de artesanatos e gastronomia em parceria com o SENAC e SEBRAE, com objetivo nas possibilidades para a geração de renda.
- Criar um espaço para a comercialização dos produtos produzidos nos cursos de artesanato e gastronomia ou a oferta da oportunidade comercial em feiras já existentes na cidade.
- Criar processos facilitados de acessos básicos de sobrevivência.
- Criar reuniões quinzenais com temáticas com os grupos familiares para o fortalecimento de vínculos e se tornar potencializadora para as adolescentes.
- Promover a facilitação da inserção de meninas adolescentes maiores de 14 anos em programas de jovem aprendiz.
- Acesso as informações das famílias aos benefícios do Cadastro Único do Governo Federal, que possa atender às necessidades desde alimentos, reformas e residências (casas populares) para melhoria da qualidade de vida, através do meio de comunicação (redes sociais, rádios, reuniões).
- Divulgar informações sobre os trabalhos realizados com as adolescentes com intuito de motivar outras adolescentes em vulnerabilidade social a participar de eventos sociais.

6.2 Possíveis contribuições pelas instituições educacionais

Diante do exposto e da dificuldade que se encontra no ensino educacional e as vivências das adolescentes neste ambiente como apresentado nesta pesquisa, se faz pensar em algumas ações e possibilidades para mudar as concepções das adolescentes sobre a escola e os profissionais envolvidos.

- Promover estudos aos adolescentes sobre respeito, bullying, violências no ambiente escolar e as implicações que se tem para a formação humana e constituição da identidade.

- Inserir a problemática bullying no calendário acadêmico como forma de protesto e repúdio a esse tipo de ação e violência.
- Ofertar aos alunos panfletos e palestras sobre violência psicológica, física e sexual, bullying, evasão escolar, o uso de drogas, gravidez precoce, violência doméstica e feminicídio.
- Trabalhar em sala de aula sobre os fatores de riscos, sendo que, as escolas estão perdendo a função social de informar, orientar e instrumentalizar os alunos sobre questões sociais.
- Realizar grupos focais com meninas adolescentes abordando temas como: autoestima, autocuidado, feminismo, empoderamento, valorização pessoal e corporal, trocas de experiências, entre outros.
- Desenvolver palestras das temáticas das violências, bullying e a importância da família nos processos escolar e na formação humana das adolescentes, potencializando a percepção das mesmas para valorização do ensino escolar.
- Dinâmicas de grupos com objetivo de se expressar, timidez e autoconhecimento.
- Palestras com profissionais mulheres das mais variadas áreas como: médica, policial, odontóloga, motorista, empresária, mecânica, agricultora, entre outros, expondo sua trajetória e dificuldades enquanto gênero feminino, motivando as mesmas que apesar das batalhas tudo é possível quando se persiste.
- Ofertar cursos técnicos profissionalizantes em todas as redes de ensino, com intuito de possibilitar e motivar para áreas afins.
- Orientar as adolescentes sobre a importância da educação e do conhecimento para a vida pessoal e profissional.
- Capacitar profissionais da educação a respeito das violências, o que fazer, como agir e para trabalhar em sala de aula com os alunos.
- Humanizar professores que estão diretamente em contato com as adolescentes a respeito do comportamento e detectar condições de saúde mental que exigem atenção.
- Criar momentos/espços de discussão entre os professores sobre o gênero feminino, experiências dentro do ambiente escolar sobre as adolescentes, identificação de lacunas e principalmente a elaboração de estratégias de intervenção e metodologias.

6.3 Possíveis contribuições da comunidade

O sujeito é constituído de relações pessoais e sociais, o contexto tem influências na percepção e no modo de viver. Por isso, que a comunidade também precisa pensar em ações para que possa auxiliar as adolescentes em vulnerabilidade social diante do que foi exposto.

- Implantar hortas comunitárias nas comunidades pobres para unir os moradores enquanto comunidade e terem acesso aos alimentos orgânicos para o consumo das famílias em vulnerabilidade social e que possuem baixa renda.
- Organizar eventos técnicos em conjunto com outras instituições visando capacitar os moradores para os cuidados com a horta comunitárias e alimentos orgânicos para melhorar a qualidade dos cultivos.
- Informatizar a comunidade a respeito do uso de drogas lícitas e ilícitas, violência psicológica, física e sexual, violência doméstica e feminicídio, os meios de denúncias e como proceder.
- Estimular na comunidade aqueles que tem conhecimento a passar para outras pessoas.
- Realizar grupos de apoio na comunidade com as temáticas de violência doméstica e feminicídio, pois, nos relatos das adolescentes no ambiente familiar onde vivem possui esse tipo de violência contra a mulher, pensando que no futuro não muito distante essas adolescentes também podem ser vítimas.

6.4 A importância de desenvolver ações para a problemática das adolescentes em situação de risco a integridade física e psicológica.

Diante de situações de risco e da necessidade de apoio, orientação e informação abordadas pelas adolescentes, é possível adotar ações que possibilita esse auxílio, que conseqüentemente, terá impacto na percepção de vida, de expectativas, possibilidades e motivação para que possam transformar a sua realidade, buscando seu espaço enquanto mulher e profissional.

Por isso, as sugestões e contribuições acima se tornam essenciais no ambiente social, escolar e nas comunidades, gerando uma rede de apoio as adolescentes. Principalmente, pelo fato de terem destacado relações familiares frágeis e ambientes escolares que tem funcionado como uma aversão a educação. A ausência ou fragilidade de redes de apoio, tanto na oferta de ações como a de atividades e projetos destinadas as adolescentes, especificamente no período contraturno, tem por objetivo de minimizar a exposição à vulnerabilidade e situações de risco.

Nesse sentido, ações envolvendo esporte e outras práticas corporais tem contribuído para o fortalecimento de vínculos sociais e a socialização de adolescentes em comunidades

pobres. Além de melhorar a condição psicológica minimizando sintomas de ansiedade e estresse, auxiliando na expressão de emoções e sentimentos que muitas das vezes surgem pela falta e negação dos direitos básicos para a sobrevivência e a qualidade de vida.

Além da necessidade de ações que busca minimizar os riscos, também é preciso fortalecer ações integradas entre as adolescentes, famílias, escolas, profissionais e comunidade. Estas precisam ser desenvolvidas e identificadas de maneira conjunta, analisando o ambiente e os riscos que estão correlacionados, envolvendo a dimensão individual, social, de vulnerabilidade e prevenção. Este processo pode minimizar o estado de vulnerabilidades das adolescentes, situações de riscos a que estão submetidas, protegendo-as de possíveis violências há que estão mais expostas durante o período em não estão na escola.

Os professores também se veem numa situação difícil e de extrema dificuldade, se sentem impotentes e despreparados para se comunicar com as adolescentes, quando ouvem um relato de violência na escola ou até mesmo ao visualizar comportamentos de sofrimento emocional, em decorrência de situações vivenciadas por elas, não sabem como agir e acabam se referindo suas ações como medidas temporárias e não resolutivas.

Para isso, as ações precisam ser estratégias voltadas para o diálogo, para compartilhar dúvidas e curiosidades, alertando as adolescentes de diversas situações de riscos, uma ação conjunta da comunidade, das famílias, assistência social e educação unificando e efetivando a prevenção e na garantia de direitos. Pois, quando as adolescentes se sentem amadas e valorizadas reduz a probabilidade em estar mais propensas aos riscos pela necessidade de apoio, diálogo e orientação, relações afetivas sólidas e monitoramento. Superando atual concepção baseada na culpabilização das famílias, das adolescentes pelas dificuldades enfrentadas no cotidiano e por situações em que as mesmas possam se colocar em riscos.

Portanto, as ações e recomendações possíveis pode promover a minimização, a superação e prevenção das situações de vulnerabilidade, auxiliando, regulando suas experiências e a construir seus projetos, atendendo às necessidades das adolescentes e fortalecendo os princípios de uma assistência qualificada, integral e humanizada para a formação humana e constituição das identidades das adolescentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base, nas discussões abordadas e nos resultados apresentado do estudo acerca da vulnerabilidade social de meninas adolescentes, envolvem um problema social e cultural apreendendo essa fase de desenvolvimento. É carregada por diversos estereótipos como: os problemáticos, rebeldes, a pior fase e como são difíceis de lidar, dificultando a verdadeira importância dessa fase de transição para a vida adulta, de reafirmação da constituição da personalidade e das subjetividades, marcada por conflitos, inseguranças, medos e dúvidas pela dificuldade em abandonar infância e assumir o papel de adulto e de responsabilidades.

No que diz respeito ao gênero feminino, as meninas adolescentes são mais suscetíveis aos riscos devido à cultura que são impostas de dominação, subordinação e representações sociais machistas, que ainda, são presentes na atualidade. O desenvolvimento da sociedade moderna trouxe diversos avanços consideráveis. Ao que tudo indicava a sociedade abandonaria velhos hábitos, e o progresso fruto da era moderna, que seriam capazes de dissolver qualquer vestígio de desigualdade social e de gênero.

No entanto, o papel designado às mulheres no contexto social, houveram mudanças consideradas grandes revoluções no decorrer dos tempos, porém, ainda é preciso fazer com que as mulheres, especialmente, as adolescentes compreendam a sua importância dentro do contexto social em que estão inseridas. Este processo deve ocorrer o mais cedo possível, de preferência, na infância enfatizando o poder da mulher e de seus direitos. Além disso, a sociedade cresceu e se desenvolveu, abolindo a história das mulheres que contribuíram significativamente para o crescimento e expansão social.

Aliás, as vulnerabilidades sociais surgem pela condição em “ser adolescente”, pelo fato de ser vista como algo ruim, fase de dificuldade e rebeldia, foram criadas representações que descaracterizam a verdadeira importância desse período de desenvolvimento. Desse modo, dificulta a inserção das adolescentes nessas perspectivas, diminuídas por sua condição de conflitos, inseguranças, medos e angústias, características essas normais da fase de transição para a vida adulta. Isto é, criou-se estereótipos e rótulos que adoecem e marginalizam as adolescentes, e conseqüentemente, a família não consegue lidar com todos esses aspectos, por também serem construídos por estas representações sociais e da mesma forma encontrar-se em um estado de vulnerabilidade social.

As maiores dificuldades acometidas às adolescentes é a falta de apoio, orientação, compreensão e vínculos afetivos estabelecidos e fortalecidos por parte do núcleo familiar. As

dificuldades encontradas não possuem ligação direta com a questão econômica, mas envolve a fragilidade das relações, a qual impacta diretamente por trazer consigo sentimentos de abandono, não aceitação, inferioridade e auto estima baixo. As dificuldades que se apresentam pelas representações sociais que foram criadas pelos sujeitos que as colocam em posições vulneráveis, incidindo nos fenômenos e fatores de risco.

As adolescentes precisam estabelecer vínculos afetivos sólidos, pois, a família precisa funcionar de forma potencializadora da vida. De igual maneira, trata-se de questionar que tipo de educação os sujeitos em formação e constituição de identidade estão tendo. É preciso repensar o aparelho educacional para que ele faça sentido já no presente e não em um futuro distante.

E tudo isso diz respeito ao tipo de Estado e de governo que estão representando essa população em vulnerabilidade social. Ou seja, cumprindo o papel de responsabilizar as famílias pelas vidas precárias delas ao invés de denunciar a ação ou inação do Estado, assim como do próprio sistema capitalista que produz as vidas precárias que legitimam a condição de marginalização e pobreza existentes.

O contexto das adolescentes onde vivem e a limitação de condições básicas de sobrevivência, são mais propícias a vulnerabilidade social e a incidência aos riscos a integridade física e psicológica devida a negação dos direitos, aumentando as dificuldades de suas vivências e a percepção de mundo e de futuro. Assim como, impõe situações as mesmas que impossibilita buscar meios para transformar a realidade, estas condições funcionam como ameaças e fatores de riscos que limitam, colocando-as em posições de conformismo de sua realidade econômica, psicológica e social.

Com isso, as adolescentes se tornam mais propensas aos fenômenos sociais por sua vulnerabilidade, somadas a condição socioeconômica demonstrando que as pressões vividas constantemente somam ainda mais o aumento dos riscos acerca da pobreza. Sendo um fator agravante, para a vivência de meninas adolescentes em comunidades pobres, facilitando o acesso e incidindo-as nas drogas; gravidez precoce; conflitos familiares, abandono escolar por descrença de novas possibilidades e transformação da realidade; violência física, sexual e psicológica, violência doméstica e feminicídio como uma maneira de silenciar e de dominação.

Diante disso, percebe-se que os meios de enfrentamento pelas adolescentes são adotados de maneira como acham possível e conseguem, ainda mais, quando não possuem apoio ou a quem recorrer em momentos de dificuldades e ameaças. Assim sendo, não percebem a educação como instrumento de enfrentar as adversidades, devido às influências e a vulnerabilidade psicológica e os riscos que também permeiam os ambientes escolares.

Portanto, o público em condições de vulnerabilidade precisa ser ouvido, e a coletividade advinda desse convívio social (demais sujeitos das comunidades menos favorecidas), para o reconhecimento de si, de sentimentos, comportamentos relacionados à interação na sociedade. E, que o Estado desenvolva políticas públicas ao gênero feminino de pequeno a longo prazo, para que consiga desenvolver-se de maneira plena e saudável sem danos e prejuízos para a constituição e formação humana, rompendo com o ciclo de gerações que vivem em condições socialmente vulneráveis.

Os mecanismos de enfrentamento diante dos fatores de risco e as percepções que representam esses fenômenos no seu “ser”, na identidade e personalidade, estão sendo fragmentadas por sua condição de estarem vivendo por meio da repressão social, não as permitindo meios e possibilidades para se tornarem ativas e produtivas na sociedade.

Conclui-se, que as responsáveis por esse processo tem sido as representações sociais que foram criados ao longo da história sobre o gênero feminino e a adolescência, por isso, deve-se romper com significações que tem causado condições vulneráveis que são refletidas na educação, nas relações e interações sociais. Haja vista, a necessidade de construir um novo significado para que possamos minimizar os danos psicológicos e sociais, acolhendo e amparando as adolescentes, pois, as mesmas têm capacidade para transformar sua realidade e buscar a autorrealização.

Com a pandemia da COVID -19, mesmo não sendo o foco desse estudo as adolescentes trouxeram as consequências e o agravamento do isolamento, no que diz respeito às dificuldades econômicas por conta do desemprego, conflitos familiares, ensino educacional e a violência contra a mulher, que se esbarra na necessidade de uma rede de enfrentamento mais eficaz.

Existe uma relação clara do contexto e dos fatores de riscos, pois as vítimas que se encontra em vulnerabilidade social estão mais sujeitas a violência, por falta muitas das vezes de acesso a informações, meios de acolhimento, amparo do Estado e da gestão pública para o enfrentamento.

No entanto, as adolescentes são vítimas diretamente por aquelas que vivenciam ou presenciam alguma forma de violência, muitas vezes, são submetidas a opressão e repressão simplesmente pelo fato de serem mulheres. Considerando, a urgência das transformações da modernidade que devem contribuir nesse aspecto, as vítimas não podem ser mais invisíveis e silenciadas, precisam de dar voz para incentivar outras mulheres a terem coragem, o que gera uma corrente de justiça e luta ao combate da violência contra a mulher.

As adolescentes também estão sujeitas a violência contra mulher e o feminicídio, por algum familiar ou até mesmo pelo companheiro, já que muitas estão casando precocemente no

intuito de buscar relações sólidas. No entanto, essas vítimas são esquecidas desconsiderando a realidade atual de agressões e violências ao gênero feminino de modo geral, independentemente da idade, raça, cor e etnias.

O que está tornando um problema social, necessitando de políticas públicas para minimizar os efeitos dos traumas e das consequências psicológicas, que agravam ainda mais a condição de medo e insegurança ao sexo feminino e a transmissão entre culturas e gerações patriarcais, é necessário romper com o ciclo da violência, além de políticas de prevenção.

É preciso infringir a invisibilidade da problemática, nomeando o problema, desconstruindo estereótipos e discriminatórios, denunciando para não compactuar com a violência, conhecendo as dimensões que vai além do fenômeno social, desnaturalizando práticas, enraizadas pelas gerações e relações pessoais que está contribuindo para a perpetuação das mortes de mulheres.

Principalmente, no que diz respeito à elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas para essa população, para o reconhecimento do lugar de meninas adolescentes enquanto mulheres na sociedade, incluindo a produção acadêmica além da técnica de aprendizagem. Assim como, no desenvolvimento de ações que auxiliam as adolescentes no processo de superação nos ambientes escolares e sociais.

Só assim, poderemos começar a construir uma modernidade compatível com as transformações da globalização para perspectivas futuras que auxiliam as adolescentes em suas escolhas e comportamentos visando o desenvolvimento saudável das mesmas, tornando-as decididas e maduras, com relações estáveis e sólidas, para um futuro melhor onde o gênero feminino não precise viver com medo.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda.; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência Normal: Um Enfoque Psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 1981. Reimpressão 2011.

ABRANCHES, C. D. e ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(5):843-854, maio, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/NK6yYNGyW5QxfWKYcNcV7pq/abstract/?lang=pt>> Acesso em 16 de out. 2021.

ABRAMOVAY, Miriam.; *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, T.W. A arte é alegre? In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno (Orgs.). **Teoria crítica, estética educação**. Campinas: Unimep, 2001. p. 11-18.

ALVARENGA, A. T. de. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. – Barueri, SP: Manole, 2011.

ARIÈS, P. O sentimento da Infância. In. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, G. M. Pobreza desigualdades e educação. **Ministério da Educação**. s/a. Disponível em : <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf> acesso em 15 de abr. 2022.

ASSIS, Simone Gonçalves.; AVANCI, Joviani Quintes. O adolescente e sua família: prismas que constroem o 'eu'. In: **Labirinto de espelhos: formação da auto-estima na infância e na adolescência** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vdywc/pdf/assis-9788575413333-05.pdf>> acesso em 10 de mai. 2021;

ARPINI, Dorian Mônica.; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro.; Cibele dos Santos. O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), São João del Rei, maio-agosto de 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/02.pdf>> Acesso em: 01 de mar. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. Prefácio: Ser leve e líquido. In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BARRETTO, Raquel Silva. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. **Revista GÊNERO**, Niterói - v.18, p. 142-154, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312>> Acesso em 14 de nov. 2021.

BERNI, Vanessa. Limana.; ROSO, Adriane. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, 126-136, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/14.pdf>> acesso em 09 abr. 2021.

BEE, Helen. **O ciclo Vital**. Editora: Artmed, 1997.

BELFORT, Pollyanna Brandão.; BARROS, Sibelle Maria Martins de.; GOUVEIA, Maria Lígia de Aquino.; SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 42-51. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v17n3/04.pdf>> acesso em 03 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Capítulo III da educação, da cultura e do desporto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08 de fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS. **Temática prevenção de violência e cultura de paz III**. Brasília, DF: Organização PanAmericana de Saúde, 2008. Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_prevencao_violencia.pdf> Acesso em 11 de mar. 2021.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS** - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB - SUAS**. Brasília, DF. 2005.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004: Norma Operacional Básica NOB/SUA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> acesso em 10 de fev. 2021.

BRASIL. Decreto 8.069/1990. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acessado em 10 de outubro de 2020.

CAMPELLO, T. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**. – Rio de Janeiro, v. 42, n. Especial 3, p. 54-66, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf> acesso em 02 de fev. de 2020.

CANAVEZ, Márcia Figueira. *et al.* Gravidez precoce na concepção dos adolescentes. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, vol. 2, pp. 477-480, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750987016.pdf>> acesso em 17 de fev. 2021.

CARARA, L.M. Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar. s/a. Disponível em : <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf> acesso em 11 de abriu de 2022.

COUTO, B. R., YAZBEK, M. C, & RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In B. R. Couto, M. C. Yazbek, M. O. S. Silva & R. Raichelis (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento** (4a ed.). São Paulo: Cortez,2014.

COSTA, Irlena Maria Malheiros da.; BARREIRA, César.; BARROS, Luis Silva.; SOUZA, Jackeline S. Jerônimo de. Abuso sexual infantojuvenil enquanto problema social em Fortaleza, Ceará. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-17, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/GDjXcZp9GrrjFR9pckPNVQq/?lang=pt>> acesso em 10 de dez. 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 02 de abriu de 2022.

CURY, C. R. J. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/2007. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/563> acesso em 10 de jan. 2022

CRUZ, L. R. da.; GUARESCHI, N. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. – 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DABAS, E. **Redes sociales, familias y escuela**. Buenos Aires: Paidós, 2005. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxbw3J0YWZvbGlvMmRvc2VtZXN0cmVkaWFuYXxneDozMGU2MGQzYzA2MmJmOGZI> acesso em 03 de mai. 2022

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

DURKHEIM. Émile. **As regras do método sociológico**. – 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

IBGE, Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mambore/panorama>, acesso em 01 de setembro de 2020.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/fazenda-org-o-que-c3a9-interdisciplinaridade.pdf>> acesso em 10 de fev. 2021.

FERNANDES, Wania Lima. **Reconstruindo o conceito de vulnerabilidade econômica a**

partir da problemática da financeirização da riqueza social e seus impactos em Araguaína – TO. Universidade Federal do Tocantins Câmpus de Araguaína - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2020. Disponível em:

<<http://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/2678/1/Wania%20Lima%20Fernandes%20-%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o.pdf>> acesso em 10 de nov. de 2021

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt> acesso em 29 de abr. 2020.

FONSECA, V. **Introdução as dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra LTDA, 1967.

GESUAS. **Os desafios mais comuns dos profissionais do SUAS. (2017)** Disponível em : <https://www.gesuas.com.br/blog/profissionais-do-suas/> acesso em 18 de abr. de 2022

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 10º ed. – Rio de Janeiro: Editora Record 2007.

GUARESCHI, Neuza. Infância, adolescência e a família: práticas psi, sociedade contemporânea e produção de subjetividade. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), **Diálogos em Psicologia Social**. Rio de Janeiro – Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-17.pdf>> acesso em 01 de abr. 2021.

GUARESCHI, Pedrinho. Arcides. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação** (3ª ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. Arcides. Pesquisa em Psicologia Social: de onde viemos para onde vamos. In: N. E. E. Rivero (Org.). **Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações**. Porto Alegre: Evangraf/Abrapso-Sul, (2001).

GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade. In: _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. É a modernidade um projeto ocidental. In: _____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991,

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, RJ – Editora: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: - Editora: Vozes, 2000.

JUNG, V. F.; CAMPOS, C. H. de. Órfãos do feminicídio: vítimas indiretas da violência contra a mulher. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais** – Goiânia, v. 5, n. 1, p. 79–96, 2019. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/5573/pdf>> Acesso em: 10 de fev..21

LAURIANO, C. V., SILVA, M. C. O., & PESSINI, M. A. Os desafios e as perspectivas da inserção do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (Cras). **Akrópolis Umarama**, 19(4), 229-239. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276547749.pdf> acesso em 11 de abr. 2022

LEITE, Fernanda Moreira. O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 20, Número 2, 339-348 - Maio/Agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/B7NjXy9PnppzZr9kDBZMGtP/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 18 de abr. 2022.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. **Psicologia & Sociedade**, 20 (1), 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/9bZdr3zfr5YYtyb3m8c5KZS/?lang=pt>> acesso em 15 de jan. 2021.

MIRANDA, Millena Haline Hermenegildo; FERNANDES, Flávia Emília Cavalcante Valença; MELO Rosana Alves de; MEIRELES, Raísa Cardoso. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. **Revista Escola Enfermagem** – USP, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/ZNWxspGSCQyb47WBfft3GxB/?lang=pt>> acesso em 22 de dez. 2021.

MIURA, P. O.; *et al.* Vulnerabilidade cumulativa: Estudo de um Caso de Violência Doméstica, Toxicodependência e Gravidez na Adolescência. **Rev Esc. Enferm. USP**; 48(Esp2): 55-61, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00053.pdf> Acesso em: 08 de mar. 2021

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Centro de Referência de Assistência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br> acesso em 11 de abr. de 2022.

MORENO, Rafael Souza; VENTURA, Renato Nabas; BRÊTAS, José Roberto S;. Ambiente familiar e consumo de álcool e tabaco entre adolescentes. **Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)**, São Paulo – SP, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpp/a/bB673FYvzvkhqT8hCxqty7D/?lang=pt>> acesso em 18 de dez. 2021.

MOSCOVICI, Sergie. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. -5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Alcione Melo Trindade do.; MENEZES, Jaileila de Araújo. Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 142-151, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/zQsHtg63hbg6WQQhF67mKGt/abstract/?lang=pt>> acesso em: 05 de jan. 2022.

OKABAYASHI, Nathalia Yuri Tanaka.; *et al.* Violência contra a mulher e feminicídio no brasil-impacto do isolamento social pela covid-19. **Brazilian Journal Health Revista**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.4511-4531 may./jun. 2020. Disponível em: <

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9998/8381>> Acesso em: 09 de mar. 2022.

OLIVEIRA, Patricia. Carvalho.; *et al.* “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface. Comunicação, Saúde, Educação**. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100233> acesso em 24 jun. 2020.

PAPALIA, Diane. E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. – 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA, Vinicius Tonollier.; GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais da psicologia sobre os usuários do cras: culpabilização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. **Diálogo Canoas**, n. 26, ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/>> acesso em 10 maio. 2021.

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4416/1/2009_SandraEniFernandesNPereira.pdf acesso em 28 de fev. 2022.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **“Ser jovem” e “ser adulto”**: identidades, representações e trajetórias. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo do Departamento de Sociologia, 2007. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15052007-111215/publico/SerJovemeSerAdulto.pdf>> acesso em 21 de março de 2021.

PONTES, Mariana Leme da Silva.; *et al.* A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 12, núm. 1, pp. 85-96 Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2010. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/1938/193814418008.pdf>> acesso em 11 de jul. 2021.

PUENTE, B. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Disponível em : <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-maior-numero-em-seis-anos-brasil-tem-244-mil-jovens-de-6-a-14-fora-da-escola/> acesso em 20 de abril de 2022.

RAPPAPORT, C. R. Modelo piagetiano. In: RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. da R.; DAVIS, C. **Psicologia do desenvolvimento**. – São Paulo: EPU, 1981-1982. Cap. 3, p. 51-75.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção de conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v.11, n.1, p. 1-22, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1>> acesso 21 de fev. 2021.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho. **Psicologia Política**. Vol. 9. Nº 18. PP. 331-346. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a10.pdf>> acesso em 03 de mai. 2021.

SAAD, M. A. P. A Trama Das Mulheres Invisíveis: Análise Da Abordagem De Femicídio Íntimo No Jornalismo Popular. **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30944/2/maria_saad_iff_mest_2018.pdf> Acesso em: 09 abr. 2022

SALEES, Leila Maria Ferreira.; SILVA, Joyce M. A. de Paula e.; CASTRO, Juan Carlos Revilla.; VILLANUEVA, Concepción Fernandez. Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. **Psicologia & Sociedade**, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/dDZWLtsDWckfn8xfG95VQBS/abstract/?lang=pt>> acesso em: 05 de jan. 2022.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6º ed. – Rio de Janeiro: Editora: DP&A 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Enfrentamento de Evasão Escolar 2021**. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeituralancaplanodeenfrentamento-a-evasao-escolar-e-fara-busca-ativa-para-localizar-alunos-fora-da-escola/> acesso em 05 de abr. de 2022.

SCHENKER, Miriam.; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva** – 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gkX7PLctLG7ZB7w6VRzVznp/?lang=pt>> acesso em 14 de jan. 2021

SCOTT, Juliano. Beck.; *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v24n2/v24n2a13.pdf>> acesso em 04 de mai. 2021.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa.; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>> acesso em: 20 de mai. 2021.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e ao adolescente** / - Recife: EDUPE, 2002. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf> Acesso em 22

de out. 2021.

SILVA, R. M. da; et al. **Estudos qualitativos**: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações. – Sobral: Edições UVA, 2018.

SILVA, M. O. da S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>> acesso em 03 de fev. de 2020.

SOUZA, Marjane Bernardy.; SILVA, Maria Fernanda Silva da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando Famílias**, 23(1), jul. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n1/v23n1a12.pdf>> acesso em 24 de mai. 2021.

SOUZA, Larissa Barros de.; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula.; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional**, 27 (2) Apr-Jun 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt>> acesso em: 21 de mar. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf>> Disponível em: acesso em 15 de abril de 2022.

TERRES-TRINDADE, Michele.; MOSMANN, Clarisse Pereira. Conflitos familiares e práticas educativas parentais como preditores de dependência de internet. **Psico-usf**, v. 21, p. 623-633, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusf/a/4RPRYYqrYvgn6KRHdrV9GVn/?lang=pt>> Acesso em: 02 de fev. 2022.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 507-514, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000300025&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 27 mar. 2020.

UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>> Acesso em: 10 de març. 2022.

VERGARA, S. C. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAPPE, Jana Gonçalves. *et al.* Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. **Acta Colombiana de Psicología** 16 (1): 91-100, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-91552013000100009&script=sci_arttext&tlng=pt> acesso em 01 de mai. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Possui filhos (as):

Estado civil:

Escolaridade:

- 1) Você mora onde e com quem? (estrutura familiar)
- 2) Como é a sua família?
- 3) Seus responsáveis estão empregados?
- 4) Você sabe qual é a renda da sua família?
- 5) Quantas pessoas existem na sua família?
- 6) Você poderia me contar como é seu dia?
- 7) Como é o lugar ou ambiente onde mora?
- 8) Quais dificuldades ou perigos você enfrenta no seu dia-a-dia?
- 9) Como você entende esses riscos para o seu futuro?
- 10) O que você entende por enfrentar esses riscos? O que faz para enfrentá-los?
- 11) Quais são as três piores dificuldades de seu viver?
- 12) E como se sente diante dessas dificuldades e perigos?
- 13) Quando você percebe essas dificuldades ou se sente desprotegida, o que faz?
- 14) Você procura alguém? Por quê?
- 15) Frequenta a escola?
- 16) Como é frequentar uma escola?
- 17) O que a escola te traz de bom?
- 18) Você acredita que frequentar a escola pode ajudar você a enfrentar seus problemas? Por quê?
- 19) A escola onde você estuda promove alguma ação que possa te auxiliar no enfrentamento a esses riscos?
- 20) O que a escola deveria fazer para poder ajudar você nestes riscos?
- 21) Na sua escola oferece atividades para pessoas da sua idade? Quais?
- 22) Você participa de algum grupo ou atividade oferecida na sua escola? Por quê?
- 23) Na sua comunidade oferecem atividades para pessoas da sua idade? Quais?
- 24) Você participa de algum grupo ou atividade oferecida na sua comunidade? Por quê?
- 25) Quais são as suas perspectivas para o futuro?
- 26) Que profissão você deseja ter?
- 27) Quais são as três melhores coisas do seu viver?

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
MENORES DE 18 ANOS

Prezado (a),

Solicitamos sua autorização para a participação de seu filho(a) na pesquisa intitulada “VULNERABILIDADE E CONSTRUÇÕES DE ENFRENTAMENTO COM BASE NA EDUCAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MENINAS ADOLESCENTES EM COMUNIDADES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS”, que faz parte do curso do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPSeG), sob a responsabilidade de Adilson Anacleto que também contará com apoio da pesquisadora Vanessa Santana Godoy da instituição Universidade Estadual do Paraná – Unespar Campus de Campo Mourão. O objetivo da pesquisa é identificar a autopercepção de meninas adolescentes em condições socialmente vulneráveis, queremos saber como pensa e percebe a sua condição social, os fatores de riscos, como enfrenta e os apoios que recebe, tendo a finalidade de gerar subsídios teóricos para a orientação de profissionais que atuam com esta realidade e de políticas públicas que venham a beneficiar esta população.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP UNESPAR.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR.

Número do parecer: 4.386.398

Data da relatoria: ____/____/202__

1.PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: A participação de sua filha é muito importante, que se daria da seguinte forma: a pesquisa será realizada através de entrevista semidirigida, de forma presencial que deverão obedecer às mesmas normas sanitárias de proteção a pandemia Covid-19, já adotadas no CRAS em suas atividades diárias, que terão algumas perguntas com duração de 30 a 40 minutos, suas respostas serão tratadas de forma não identificada e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade será assegurada uma vez que o nome será substituído.

Lembramos que a participação de sua filha é **totalmente voluntária**, podendo você

recusar-se a autorizar tal participação, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa ou ao seu filho.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Informamos que a menção de que a afirmação de que “Não há riscos ou desconfortos envolvidos na pesquisa” não é aceitável eticamente, conforme a Resolução 466/12-CNS, item V, assim neste contexto na presente pesquisa poderão ocorrer os seguintes riscos e desconfortos a seguir:

- i) As entrevistadas se sentem constrangidas em responder algumas perguntas.
- ii) As entrevistadas sentem que houve invasão de sua privacidade pessoal.
- iii) As entrevistadas se sentem abaladas por revelar problemas pessoais durante as entrevistas.

Cabe destacar que para minimizar ou eliminar estes riscos e desconfortos as entrevistas ocorrerão no mesmo local de permanência das adolescentes por ser um ambiente que contribui para a realização da mesma, proporcionando um ambiente seguro, sala individual, sigilo, sem interferências externas e para não constranger a entrevistada diante de outras pessoas. Em caso de necessidade devido a abalos psicológicos, uma das componentes da equipe de pesquisa que é psicóloga fará o atendimento necessário para a normalização das situações que possam acontecer.

Será destacado e explicitado que a participação é totalmente voluntária, podendo a adolescente recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa, assim finalmente o tempo gasto para a resposta ao questionário, que será minimizado pela equipe de pesquisadores esclarecendo todas as questões e ficando a disposição o tempo que for necessário para diminuir as dúvidas.

3. BENEFÍCIOS: A pesquisa não trará benefícios diretos para a entrevistada, mas contribuirá com informações importantes para o enfrentamento da vulnerabilidade social, aumentando o conhecimento científico para a área das ciências sociais, humanas e estudos envolvendo meninas adolescentes, que finalmente irá gerar um conjunto de informações para subsidiar ações relacionadas a adolescentes. Assim, socializar a dissertação de mestrado ou artigo com o CRAS ou as escolas, que as meninas frequentam para que o trabalho contribua também com a comunidade local.

4. CONFIDENCIALIDADE: As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar

a sua identidade, sua e a de sua filha. A entrevista será gravada em aparelho de áudio para posterior transcrição – que será guardada por dez (10) anos e incinerada após esse período. Além disso, os dados a serem coletados só poderão ser utilizados para fins de publicações científicas, num período de até 10 anos, contados a partir do ano de 2021. Após este período os dados serão descartados.

5. SEGURANÇA: Foi informado de que será assegurada, bem como sobre a garantia do livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da participação. No caso de necessidade durante e após a entrevista fica assegurada a assistência psicológica, assim como também outras orientações.

6. ESCLARECIMENTOS: Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o **pesquisador responsável**, conforme o endereço abaixo:

Nome: Adilson Anacleto

Endereço: Guaratuba – PR

Telefone: (44) 984158481

E-mail: adilson.anacleto@unesapr.edu.br

Assim como também dúvidas poderão ser esclarecidas com a **pesquisadora auxiliar**, conforme o endereço abaixo:

Nome: Vanessa Santana Godoy

Endereço: Mamborê – PR

Telefone: (44) 9998512613

E-mail: psico.vanessagodoy@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo:

CEP UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná.

Avenida Rio Grande do Norte, 1.525 – Centro, Paranavaí-PR

CEP: 87.701-020

Telefone: (44) 3482-3212

E-mail: cep@unespar.edu.br

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7.1 CUSTOS: Foi esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, e, que não haverá qualquer despesa decorrente da participação do sujeito na pesquisa.

8. PREENCHIMENTO DO TERMO: Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos pelo pesquisador e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

TERMO 1

Eu _____ (nome por extenso do responsável pelo menor), declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Prof. _____ (nome do pesquisador responsável).

Cidade, _____ de _____ de 20__.

Assinatura ou impressão datiloscópica

TERMO 2

Campo para Consentimento do sujeito menor de pesquisa (para crianças escolares e adolescentes com capacidade de leitura e compreensão):

Eu _____ (nome por extenso do sujeito de pesquisa /menor de idade), declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma, desde que meu pai/mãe (responsável) concorde com esta participação.

Cidade, _____ de _____ de 20__.

Assinatura ou impressão datiloscópica